

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 17.420, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017.

Nomeia os integrantes da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI.

O PREFEITO DE SÃO BORJA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 50, Inciso VIII, e nos termos do Artigo 31, Inciso I, Alínea "h", da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando, a Lei Municipal nº 3.133/2003, que "Cria a Junta Administrativa de Recursos de infrações - JARI, e dá outras providências", alterada pela Lei nº 4.774/2013;

Considerando, o Mem. nº 002/2017/JARI, de 01.11.2017, da Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, protocolo eletrônico nº 17.365/2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica **NOMEADA** a **JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI**, órgão colegiado responsável pelo julgamento dos recursos interpostos contra as sanções impostas pelo Município, em cumprimento a sua competência disposta no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, para o mandato de um ano a contar de 04.11.2017 a 03.11.2018, composta pelos seguintes integrantes:

I - Representante Servidor do Órgão ou Entidade que impôs a penalidade:

Titular: RONALDO DE SOUZA FONTELA

Suplente: ANTÔNIO CARLOS BECH ROHD

II - Representante de Entidade Representativa da Sociedade ligada à área de trânsito:

Titular: LUCAS MENDES ESPÍNDOLA

Suplente: CRISTIANO SANTOS RAMBORGER

III - Integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade:

Titular: HELIO SOARES DOS SANTOS JÚNIOR

Suplente: JOSÉ ANTÔNIO GIMENEZ ROMUALDO

Parágrafo único. Por indicação do Senhor Prefeito, presidirá a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI o Senhor Ronaldo de Souza Fontela, representante Servidor do Órgão ou Entidade que impôs a penalidade, de acordo com §1º do art. 2º da Lei nº 4.774/2013.

Art. 2º. Fica revogado as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Borja, 06 de novembro do ano de 2017.

Eduardo Bonotto,
Prefeito.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Registre-se e Publique-se:
29/12/2017

Reinaldo Menezes Garcia,
Chefe de Gabinete.

DECRETO Nº 17.467, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de São Borja, no valor de R\$ 141.00,00 (cento e quarenta e um mil reais).

O PREFEITO DE SÃO BORJA, nos usos das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 50, inciso VIII e nos termos do Artigo 31, I, "c", ambos da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o Artigo 6º, inciso I, da Lei Municipal nº 5.197, de 15 de Dezembro de 2016 alterada pela Lei Municipal nº 5.208, de 05 de Janeiro 2017 alterada pela Lei Municipal 5.241, de 21 de agosto de 2017.

Art.1º Fica aberto ao Orçamento Geral do Município de São Borja, Lei Municipal nº 5.197, de 15 de Dezembro de 2016 alterada pela Lei Municipal nº 5.208, de 05 de Janeiro 2017 alterada pela Lei Municipal 5.241, de 21 de agosto de 2017, um Crédito Adicional Suplementar no valor global de R\$ 141.000,00 (cento e quarenta e um mil reais), para atender a seguinte programação:

05	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
02	Encargos Gerais do Município	
3.3.90.91.00.00.0001	Sentenças Judiciais	30.000,00
09	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA SERVIÇOS URBANOS E TRÂNSITO	

01	Gabinete do Sec. e Unidades Subordinadas	
2.067	Manutenção das Atividades da Secretaria	
3.1.90.04.00.00.0001	(429) Contratação por tempo determinado	4.000,00
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04	Manutenção da Educação Básica	
2183	Manutenção da Educação Infantil- FUNDEB 60%	
3.1.91.13.00.00.0001	(1423) Obrigações Patronais	11.000,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
01	Fundo Municipal da saúde	
2082	Manutenção das Atividades da Secretaria	
3.1.90.04.00.00.00040	(566) Contratação por Tempo Determinado	2.000,00
2088	Atenção Básica	
3.1.90.04.00.00.00040	(651) Contratação por Tempo Determinado	34.000,00
3.1.90.04.00.00.000401	(652) Contratação por Tempo Determinado	30.800,00
3.1.90.04.00.00.0004090	(653) Contratação por Tempo Determinado	6.500,00
3.1.90.04.00.00.0004510	(654) Contratação por Tempo Determinado	1.600,00
3.1.91.13.00.00.0004521	(696) Obrigações Patronais	3.500,00
2092	Programa de Vigilância e Promoção da Saúde	
3.1.90.	(796) Contratação por	16.100,00

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

04.00. 00.00. 00.471 0	Tempo Determinado	
2.100	Manutenção do CAPS-AD e Ações para Recuperação de Dependentes	
3.1.90. 04.00. 00.00. 00.422 0	(823) Contratação por Tempo Determinado	1.500,00

Art.2º Os créditos a que se refere o Artigo 1º, terão como recursos para o seu atendimento a redução parcial no valor de R\$ 141.000,00 (cento e quarenta mil reais) das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município:

05	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
02	Encargos Gerais do Município	
0.001	Pagamento da Dívida Interna	
3.2.9 1.21. 00.00 .00.0 0.000 1	(131) Juros sobre a Dívida por Contrato	30.000,00
0.002	Pagamento de Encargos Gerais do Município	
3.3.9 0.47. 00.00 .00.0 0.000 1	(136) Obrigações Tributárias e Contributiva	4.000,00
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
04	Manutenção da Educação Básica	
2179	Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB 60%	
3.90. 11.00 .00.0	(1415) Vencimentos e Vantagens Fixas-	11.000,00

0.00. 0031	Pessoal Civil	
10	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
01	Fundo Municipal da Saúde-Recurso Vinculado	
2103	Transporte de Usuários do SUS	
3.3.9 0.32. 00.00 .00.0 0.004 0	(857) Material bem ou serviços para distribuição gratuita	36..000,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE	
02	Fundo Municipal da Saúde – Recursos Vinculados	
2088	Atenção Básica	
3.1.9 0.16. 00.00 .00.0 0.401 1	(684) Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	19.600,00
3.1.9 1.13. 00.00 .00.0 0.401 1	(692) Obrigações Patronais	2.800,00
3.3.9 0.30. 00.00 .00.0 0.401 1	(711) Material de Consumo	1.100,00
3.3.9 0.39. 00.00 .00.0 0.401 1	(726) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Juridica	6.200,00
3.3.9 0.46. 00.00 .00.0 0.401 1	(732) Auxílio Alimentação	1.100,00
3.3.9 0.46.	(733) Auxílio Alimentação	6.500,00

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

00.00 .00.0 0.409 0			
3.3.9 0.14. 00.00 .00.0 0.451 0	(706) Diárias – Pessoal Civil		1.600,00
3.3.9 0.39. 00.00 .00.0 0.452 1	(729) Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica		3.500,00
2092	Programa de Vigilância e Promoção da Saúde		
3.3.9 0.39. 00.00 .00.0 0.471 0	(816) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica		16.100,00
2100	Manutenção do Caps AD e Ações para Recuperação de Dependentes Quím.		
4.4.9 0.52. 00.00 .00.0 0.422 0	Equipamento e Material Permanente		1.500,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Borja, 22 de Dezembro do ano de 2017.

**Eduardo Bonotto,
Prefeito.**

Registre-se e publique-se:

Publicado no Diário Oficial de São Borja,
DOESB(www.saoborja.rs.gov.br) em:
29/12/2017

**Reinaldo Menezes Garcia,
Chefe de Gabinete.**

**DECRETO Nº 17.413 DE 20 DE
OUTUBRO DE 2017.**

“Regulamenta o Diário Oficial Eletrônico do Município de São Borja-DOESB, na forma da Lei nº5.251, de 8 de setembro de 2017 e dá outras providências.”

O PREFEITO DE SÃO BORJA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, incisos VIII, e nos termos do artigo 31, inciso I, alínea “h”, ambos dispositivos da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 5.251, de 8 de setembro de 2017, que institui o Diário Oficial Eletrônico do Município de São Borja - DOESB, como meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos dos Poder Executivo e dos entes da administração indireta do Município de São Borja,

DECRETA:

Art. 1. A regulamentação da Lei Municipal nº 5.251, de 8 de setembro de 2017, obedecerá o disposto neste Decreto.

**SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 2. O Diário Oficial Eletrônico do Município de São Borja - DOESB é o meio oficial pelo qual serão publicados os atos do Poder Executivo e entes da administração indireta do Município de São Borja.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

§ 1º: O Departamento de Comunicação - DECOM é o órgão responsável pela implantação e manutenção do Diário Oficial Eletrônico do Município de São Borja - DOESB, devendo adotar as providências técnicas e administrativas necessárias e arcar com os respectivos custos financeiros.

§ 2º Caberá ao Departamento de Tecnologia da Informação - DTI dar o suporte técnico para a implantação e manutenção do Diário Oficial Eletrônico do Município de São Borja - DOESB.

Art. 3. o Diário Oficial Eletrônico do Município de São Borja - DOESB terá publicação diária, de segunda-feira a sexta-feira, até as 16h00 de cada dia, exceto nos dias considerados feriados ou que o expediente não se realizar.

SEÇÃO II DO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA - DOESB

Art. 4. O Diário Oficial Eletrônico do Município de São Borja - DOESB será disponibilizado através da rede mundial de computadores com acesso através do endereço da Prefeitura Municipal de São Borja, www.saoborja.rs.gov.br, podendo ser criado link, atalho ou colocado em destaque no sitio para facilitar o acesso.

Art. 5. A disponibilização e o acesso através da rede mundial de computadores serão sempre na forma gratuita.

Art. 6. O website do Diário Oficial Eletrônico deverá utilizar um sistema gerenciador de conteúdo, o qual deverá apresentar as seguintes características:

- I - exibir, de forma simples e fácil, os atos publicados;
- II - permitir a pesquisa de atos publicados por data, palavra chave, número ou espécie;
- III - possibilitar a autenticidade,

integridade, validade jurídica e temporalidade dos atos publicados por meio de assinatura digital (certificação digital integrante da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil) em arquivos padrão PDF;

IV - possuir recursos técnicos que impeçam a exclusão ou alteração de um ato publicado;

V - possuir um sistema de segurança com log de eventos.

SEÇÃO III DAS PUBLICAÇÕES

Art. 7. A data de publicação será considerado o dia em que o Diário Oficial Eletrônico do Município de São Borja - DOESB for disponibilizado na rede mundial de computadores.

Parágrafo Único. Tratando-se de publicação em que haja prazo a ser cumprido, a contagem iniciar-se-á no primeiro dia útil subsequente à data do respectivo DOESB.

Art. 8. Serão, obrigatoriamente, publicados na integra:

- a) As Leis e demais atos resultantes da Câmara Municipal de Vereadores que dizem respeito ao Poder Executivo;
- b) Os decretos e demais atos normativos baixados pelo Prefeito;
- c) Os atos dos secretários baixados para execução de normas;

Parágrafo Único: As leis e os decretos poderão ser publicados apenas com seu número, data, ementa e link onde se encontra o texto completo, desde que o mesmo esteja hospedado no sitio www.saoborja.rs.gov.br, permitindo-se o acesso ao conteúdo integral do

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

documento.

Art. 9. Não requerem publicação na íntegra:

- a) Atas e decisões desde que exigidas em Lei específica;
- b) Editais, avisos e comunicados;
- c) Contratos, convênios, aditivos e distratos;
- d) Outros atos oficiais não elencados no art. 8º.

Parágrafo Único: os atos oficiais elencados neste artigo poderão ser publicados em resumo restringindo-se o extrato aos elementos necessários à sua identificação e aos exigidos em lei, permitindo-se a consulta na íntegra através do sítio www.saoborja.rs.gov.br.

Art. 10. Poderão ser publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de São Borja - DOESB os atos de publicação legal facultativa.

Parágrafo Único: Atendidos os critérios do § 1º do art. 37 da Constituição Federal, poderão ser publicados todos os demais atos, programas, obras, serviços, campanhas e informações dos órgãos da administração que, por oportunidade e conveniência, requeiram a publicação.

Art. 11. Os conteúdos flagrantemente inadequados, tanto no teor quanto na forma, serão cancelados pelos operadores do sistema de inserção e somente serão publicados após a devida adequação.

Art. 12. Fica vedada a publicação no Diário Oficial Eletrônico de:
I - atos que caracterizam mera reprodução de norma já publicada por órgão oficial;
II - atos de concessão de medalhas, condecorações, comendas ou homenagens, salvo se efetuada por intermédio de Lei ou de Decreto;
III - desenhos e figuras de tipos diversos,

tais como logotipos e logomarcas, brasões ou emblemas de administrações ou que representem promoção pessoal ou político partidária;
IV - reprodução de discursos.

Parágrafo Único : Podem ser reproduzidos os documentos, formulários e requerimentos expedidos em caráter normativo e de interesse geral.

Art. 13. O DOESB será dividido em número de seções necessárias e específicas para atos oficiais de cada órgão Unidade Administrativa e autarquias e Publicidade de Caráter Informativo/Educativo, obedecendo-se essa ordem.

Parágrafo Único. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

Art. 14. As retificações e as republicações dos atos publicados no DOESB deverão ser publicadas na mesma forma e com referência expressa ao ato retificado ou republicado.

Parágrafo Único: Ressalvada a publicação de retificação e as republicações, não serão admitidas alterações dos atos publicados.

SEÇÃO IV DO PROCEDIMENTO E DAS EDIÇÕES

Art. 15. Os documentos

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

encaminhados o Departamento de Comunicação - DECOM serão somente no formato digital, devendo os originais permanecerem em arquivo no órgão de origem pelo tempo que a lei dispuser.

Parágrafo único. Os arquivos digitais deverão ser enviados para o e-mail doesb@saoborja.rs.gov.br, até às 13 horas do dia anterior à publicação.

Art. 16. O DECOM fará uma publicação diária contendo todos os atos recebidos na forma do artigo 15 deste Decreto, devendo o Diário conter número sequencial, acrescido da data respectiva.

Parágrafo único: Em caso de urgência poderá haver mais de uma edição diária.

Art. 17. O Poder Executivo, especialmente suas Secretarias, as entidades da administração indireta deverão indicar expressamente, aos responsáveis pela publicação do DOESB, os nomes das pessoas autorizadas a repassar as informações requeridas pelo órgão solicitante.

SEÇÃO DA RESPONSABILIDADE PELAS PUBLICAÇÕES V

Art. 18. A responsabilidade pelas publicações será definida segundo a competência sobre a matéria a ser publicada.

Parágrafo Único: Serão de responsabilidade dos respectivos órgãos da Administração Indireta optantes as informações dos atos de sua competência exclusiva.

Art. 19. Será designado 1 (um) servidor titular e 1 (um) suplente, a serem indicados pelo Chefe do Executivo, como operadores do sistema de inserção das publicações.

§ 1º. O servidor designado, mediante Termo de Compromisso, receberá uma senha de acesso ao sistema, ficando responsável pela formatação e envio dos atos a serem publicados no DOESB.

§ 2º. Fica obrigado o servidor, sob pena de destituição e responsabilização disciplinar sem prejuízo de outras sanções passíveis, a providenciar o envio à publicação, de todos os atos que receber dentro da data limite estabelecida no art. 15 deste Decreto.

Art. 20. O servidor designado realizará as publicações com base nos seguintes critérios:

- I - fidelidade as informações e documentos originais, inclusive no que concerne à ortografia oficial e às expressões de pesos e medidas;
- II - não publicação de atos encaminhados em desconformidade com os padrões definidos;
- III - retificação sumária e indicativa, limitando-se à reprodução dos dispositivos ou tópicos estritamente necessários à correção dos erros ou omissões, podendo editar as edições em sessões;
- IV - zelo pela organização dos arquivos de edições disponibilizados para pesquisa;
- V - exercício de outras atividades pertinentes que lhe forem delegadas ou determinadas.

Parágrafo Único: Na ocorrência de dúvida quanto à licitude ou autenticidade, a publicação do ato ou documento dependerá da confirmação da autoridade signatária ou remetente.

SUBSEÇÃO IV Das Disposições Finais e Transi-

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

tórias

Art. 21. Nos casos que a legislação específica exigir a publicação no Diário Oficial da União e/ou no Diário Oficial do Estado, tais atos também deverão ser publicados simultaneamente no DOESB.

Art. 22. Durante o prazo de 30 (trinta) dias a contar do início das publicações no Diário Oficial, o Poder Executivo publicará nos Jornais local e no seu Diário Oficial Eletrônico o **aviso desta norma** e o **aviso da mudança de sistemática** das publicações dos seus atos administrativos e das comunicações em geral.

§1º. No prazo estabelecido neste artigo, os atos que até então vinham sendo publicados no Jornal local ou da região, serão publicados, concomitantemente, no Diário Oficial Eletrônico.

§2º. Findo o prazo estipulado no **caput** deste artigo, a publicação dos atos administrativos e das comunicações em geral se fará no Diário Oficial Eletrônico do Município, ressalvados aqueles para os quais a lei determina outra forma de publicação, observado o disposto no art. 21 deste Decreto.

§ 3º. Em caso de colapso no sistema, por qualquer eventualidade, deverá ser utilizado o meio impresso para divulgação dos atos oficiais.

Art. 23. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Borja, 20 de Outubro do ano de 2017.

Eduardo Bonotto,
Prefeito.

Registre-se e publique-se:

Reinaldo Menezes Garcia,
Chefe de Gabinete.

DECRETO Nº 17.455, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

“Abre **Crédito Adicional Suplementar** no Orçamento Geral do Município de São Borja, no valor de **R\$ 25.150,00** (vinte e cinco mil, cento e cinquenta reais)”

O **PREFEITO de São Borja**, nos usos das atribuições que lhe são conferidas pelo **Artigo 50, inciso VIII e nos termos do Artigo 31, I, “c”**, ambos da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o **Artigo 6º, inciso I e III**, da Lei Municipal nº **5.197, de 15 de Dezembro de 2016** alterada pela Lei Municipal nº **5.208, de 05 de Janeiro 2017** alterada pela Lei Municipal **5.241, de 21 de agosto de 2017.**

Art.1º - Fica aberto ao Orçamento Geral do Município de São Borja, Lei Municipal nº **5.197, de 15 de Dezembro de 2016** alterada pela Lei Municipal nº **5.208, de 05 de Janeiro 2017** alterada pela Lei Municipal **5.241, de 21 de agosto de 2017**, um **Crédito Adicional Suplementar** no valor global de **R\$ 25.150,00** (vinte e cinco mil, cento e cinquenta reais), para atender a seguinte programação:

07	SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO E PROJETOS	
01	GABINETE DO SECRETARIO E UNIDADES SUBORDINADAS	
2.030	Manutenção das Atividades da Secretaria	
3.3.90.14 .00.00.00 .00.0001	(187) Diárias – Pessoal Civil	1.400,00
08	SECRETARIA MUNIC. DO DESENVOLVIMEN TO SOCIAL	
01	GABINETE DO SECRETARIO E UNIDADES SUBORDINADAS	

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

2.039	Manutenção das Atividades da Secretaria	
3.1.90.04.00.00.00.0001	(217) Contratação por Tempo Determinado	10.000,00
3.1.90.16.00.00.00.0001	(221) Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	4.000,00
08	SECRETARIA MUNIC. DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.050	Manutenção das Atividades da Casa de Acolhida Municipal	
3.1.90.11.00.00.00.001098	(258) Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	1.250,00
08	SECRETARIA MUNIC. DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.054	Manutenção das Atividades dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS	
3.1.90.11.00.00.00.001113	(302) Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	2.000,00
08	SECRETARIA MUNIC. DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.228	Manutenção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS	
3.1.90.11.00.00.00.001182	(371) Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	5.250,00
3.3.90.46.00.00.00.001182	(379) Auxílio Alimentação	250,00

09	SEC. DE INFRAESTRUTURA, SERV. URB., SEG. E TRÂNSITO	
03	CIDADE MELHOR	
2.078	Pavimentação, Calçamento e Drenagens	
4.4.20.93.00.00.00.001248	(479) Indenizações e Restituições	1.000,00

Art. 2º - Os créditos a que se refere o **Artigo 1º**, terão como recursos para o seu atendimento o excesso de arrecadação do recurso **1248** (CONTR. REPASSE Nº 799928/2013/MCIDADES/Caixa) no valor de **R\$ 1.000,00** (hum mil reais); e a redução parcial no valor de **R\$ 24.150,00** (vinte e quatro mil, cento e cinquenta reais) das seguintes dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município:

03	CONSULTORIA JURÍDICA	
01	GABINETE DO CONSULTOR E UNIDADES SUBORDINADAS	
2.015	Manutenção das Atividades da Consultoria Jurídica	
3.1.90.13.00.00.00.000001	(62) Obrigações Patronais	1.400,00
08	SECRETARIA MUNIC. DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
01	GABINETE DO SECRETARIO E UNIDADES SUBORDINADAS	
2.039	Manutenção das Atividades da Secretaria	
3.1.91.13.00.	(222)	14.000,00

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

00.00.00.000 1	Obrigações Patronais	
08	SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.050	Manutenção das Atividades da Casa de Acolhida Municipal	
3.1.90.16.00.00.00.00.109 8	(258) Vencimentos e Vantagens Fixas – PESSOAL CIVIL	750,00
3.3.20.93.00.00.00.00.109 8	(260) Indenizações e Restituições	100,00
3.3.90.30.00.00.00.00.109 8	(270) Material de Consumo	400,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.054	Manutenção das Atividades dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS	
3.1.90.16.00.00.00.00.111 3	(304) Outras Despesas Variáveis – PESSOAL CIVIL	1.500,00
3.3.20.93.00.00.00.00.111 3	(306) Indenizações e Restituições	100,00
3.3.90.30.00.00.00.00.111 3	(314) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	400,00

08	SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.228	Manutenção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS	
3.3.90.30.00.00.00.00.118 2	(374) Material de Consumo	4.000,00
3.3.90.33.00.00.00.00.118 2	(376) Passagens e Despesas com Locomoção	500,00
3.3.90.39.00.00.00.00.118 2	(378) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Borja, 11 de Dezembro do ano de 2017.

Eduardo Bonotto,
Prefeito.

Registre-se e Publique-se:

Publicado no Diário Oficial de São Borja -
DOESB (www.saoborja.rs.gov.br)
em: 29/12/2017

Reinaldo Menezes Garcia,
Chefe de Gabinete.

DECRETO Nº 17.470, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017.

“Retifica a ementa do Decreto 17.465, de 20 de dezembro de 2017, que Exonera Ayrton

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

Poerschke Ferrari.”

O SENHOR PREFEITO DE SÃO BORJA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 50, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e, em conformidade com a Lei Municipal nº 5.203/2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica **RETIFICADA** a **ementa do Decreto 17.465, de 20 de dezembro de 2017, que EXONERA** o Senhor **AYRTON POERSCHKE FERRARI**, onde consta “Nomeia”, passa a constar “Exonera”.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Borja, 28 de dezembro do ano de 2017.

Eduardo Bonotto,
Prefeito.

Registre-se e publique-se:

Publicado no Diário Oficial do Município de São Borja –
DOESB (www.saoborja.rs.gov.br) em:29/12/2017

Reinaldo Menezes Garcia,
Chefe de Gabinete.

LEI COMPLEMENTAR Nº 099, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017.

Disciplina o Sistema Tributário do Município, consolida Leis e dispõe sobre o Código Tributário Municipal.

O PREFEITO DE SÃO BORJA.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 50, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art.1º Esta Lei Complementar disciplina o Sistema Tributário do Município de São Borja, consolida leis e institui novos regramentos com fundamento na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional e Leis Complementares, dispondo sobre fatos geradores, contribuintes, responsáveis, base de cálculo, alíquotas, incidência, lançamento, arrecadação e fiscalização de cada tributo, disciplinando a aplicação de penalidades, a concessão de isenções, a administração tributária e os direitos e obrigações que emanam das relações jurídicas referentes aos tributos de competência Municipal, nas relações entre a Fazenda Municipal, os contribuintes e terceiros.

Parágrafo único. Esta Lei tem a denominação de “Código Tributário Municipal de São Borja.”

PRIMEIRO LIVRO DAS NORMAS GERAIS DO DIREITO TRIBUTÁRIO

TÍTULO I DAS NORMAS GERAIS E COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Seção I Das Normas Gerais

Art.2º A expressão “Legislação Tributária” compreende Leis, Decretos e Normas Complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e relações jurídicas a ela pertinentes.

Art.3º Somente a Lei pode estabelecer:

I - a instituição de tributos, ou a sua extinção;

II - a majoração de tributos, ou a sua redução;

III - a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e do seu sujeito passivo;

IV - a fixação da alíquota do tributo e da sua base de cálculo;

V - a cominação de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos, ou para outras infrações nela definidas;

VI - as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários ou de dispensa ou de redução de penalidades.

§1º Equipara-se à majoração do tributo, a modificação de sua base de cálculo que importe em torná-lo mais oneroso.

§2º Não constitui majoração de tributo,

para os efeitos do inciso II deste artigo, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

Art.4º O Poder Executivo poderá expedir regulamentos para fiel execução das Leis que versarem sobre matéria tributária de competência do Município, observando:

I - as normas constitucionais vigentes;

II - as normas gerais de Direito Tributário estabelecidas pelo Código Tributário Nacional e legislação federal posterior;

III - as disposições deste Código e das Leis Municipais subseqüentes ou por ele recepcionadas.

Parágrafo único. O conteúdo e o alcance dos regulamentos restringir-se-ão aos das Leis em função das quais tenham sido expedidos, não podendo, em especial:

I - dispor sobre matéria não tratada em Lei;

II - acrescentar ou ampliar disposições legais;

III - suprimir ou limitar disposições legais;

IV - interpretar a Lei de modo a restringir ou ampliar o alcance dos seus dispositivos.

Seção II Das Normas Complementares

Art.5º São normas complementares das Leis e dos Decretos:

I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, as quais a Lei atribua eficácia normativa;

III - as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;

IV - os convênios que o Município celebrar com a União, os Estados, o Distrito Federal e outros Municípios.

Parágrafo único. A observância das normas referidas neste artigo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base impositível do tributo.

Seção III

Da Vigência da Legislação Tributária

Art.6º Nenhum tributo será cobrado em cada exercício financeiro, sem que a Lei que o houver instituído ou aumentado, esteja em vigor antes do início desse exercício.

Art.7º Salvo disposição em contrário, entram em vigor:

I - os atos administrativos a que se refere o inciso I do artigo 5º, na data da sua publicação;

II - as decisões a que se refere o inciso II do artigo 5º, quanto aos seus efeitos normativos, 30 (trinta) dias após a data da sua publicação;

III - os convênios a que se refere o inciso IV do artigo 5º, na data neles prevista.

Parágrafo único. Ressalvado o disposto no artigo 150, III, "c", da Constituição Federal, entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação, a Lei ou dispositivo de Lei que:

I - instituem ou majorem tributos;

II - definem novas hipóteses de incidência;

III - extinguem ou reduzam isenções, salvo se a Lei dispuser de maneira mais favorável ao contribuinte, e observado o disposto no artigo 178 do Código Tributário Nacional.

Seção IV

Da Aplicação da Legislação Tributária

Art.8º A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início, mas não esteja completa nos termos do artigo 19 desta Lei Complementar.

Art.9º A Lei aplica-se a ato ou fato pretérito:

I - em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

II - tratando-se de ato não definitivamente julgado:

a) quando deixe de defini-lo como infração;

b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado em falta de pagamento de tributo;

c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na Lei vigente ao tempo da sua prática.

Seção V

Da Interpretação da Legislação Tributária

Art.10. A legislação tributária

Municipal será interpretada conforme disciplina adotada pelo Código Tributário Nacional.

Art. 11. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

- I - a analogia;
- II - os princípios gerais de direito tributário;
- III - os princípios gerais de direito público;
- IV - a equidade.

§1º O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em Lei.

§2º O emprego da equidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

Art.12. Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.

Art.13. A Lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.

Art.14. Interpreta-se literalmente___a legislação tributária que disponha sobre:

- I - suspensão ou exclusão do crédito tributário;
- II - outorga de isenção;
- III - dispensa do cumprimento de

obrigações tributárias acessórias.

Art.15. A Lei tributária que define infrações, ou lhe comine penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao contribuinte, em caso de dúvida quanto:

- I - à capitulação legal do fato;
- II - à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;
- III - à autoria, imputabilidade ou punibilidade;
- IV - à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.

CAPÍTULO II DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

Seção Única Das Disposições Gerais

Art.16.A obrigação tributária compreende as seguintes modalidades:

- I - obrigação tributária principal;
- II - obrigação tributária acessória.

§1º A obrigação tributária principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objetivo o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária, extinguindo-se juntamente do crédito dela decorrente.

§2º A obrigação tributária acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

§3º A obrigação tributária acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em principal relativamente à penalidade pecuniária.

CAPÍTULO III DO FATO GERADOR

Seção Única Das Disposições Gerais

Art.17. Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em Lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

Art.18. Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

Art.19. Salvo disposição de Lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

I - tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verificarem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;

II - tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável.

Parágrafo único. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em Decreto do Executivo Municipal, se for o caso.

Art.20. Para os efeitos do inciso II do artigo anterior e salvo disposição de Lei em contrário, os atos ou negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados:

I - sendo suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento;

II - sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.

Art.21. A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:

I - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

II - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

CAPÍTULO IV DO SUJEITO ATIVO

Seção Única Das Disposições Gerais

Art.22. Na qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária, o Município de São Borja é a pessoa de direito público, titular da competência para lançar, cobrar e fiscalizar os tributos especificados neste Código e nas Leis a ele subsequentes.

CAPÍTULO V DO SUJEITO PASSIVO

Seção I Das Disposições Gerais

Art.23. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa física ou jurídica obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Parágrafo único. O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

I - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;

II - responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa em Lei.

Art.24. Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.

Art.25. Salvo disposições de Lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Municipal, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

Seção II Da Solidariedade

Art.26. São solidariamente obrigadas:

I - as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;

II - as pessoas expressamente designadas por Lei.

Parágrafo único. A solidariedade referida neste artigo não comporta benefícios de ordem.

Art.27. Salvo disposição de Lei em contrário, são os seguintes os efeitos da solidariedade:

I - o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;

II - a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

III - a interrupção da prescrição, em favor

ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

Seção III Da Capacidade Tributária

Art.28. A capacidade tributária passiva independe:

I - da capacidade civil das pessoas naturais;

II - de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;

III - de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

Seção IV Do Domicílio Tributário

Art.29. Considerar-se-á domicílio fiscal do contribuinte ou responsável por obrigação tributária:

I - tratando-se de pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

II - tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;

III - tratando-se de pessoa de direito público, o local da sede de qualquer de suas repartições administrativas.

§1º Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos deste artigo, considerar-se-á como domicílio tributário do

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.

§2º A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se então a regra do parágrafo anterior.

Art.30. O domicílio fiscal será consignado nas petições, guias e documentos que os obrigados apresentarem à Fazenda Municipal.

Parágrafo único. Os inscritos como contribuintes habituais comunicarão ao Município toda mudança de domicílio ou qualquer outra alteração cadastral, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ocorrência, sob pena de presumirem-se válidas, para todos os efeitos, as comunicações encaminhadas ao endereço até então cadastrado.

CAPÍTULO VI DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA

Seção I Das Disposições Gerais

Art.31. Sem prejuízo do disposto neste capítulo, a Lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo ao cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

Art.32. Os contribuintes ou responsáveis por tributos facilitarão, por todos os meios a seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal ficando especialmente obrigados a:

I - apresentar declarações e guias, por via epistolar ou eletrônica, e a escriturar em livros ou registros eletrônicos próprios, os fatos geradores da obrigação tributária, segundo as normas deste Código e dos regulamentos fiscais;

II - comunicar à Fazenda Municipal, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da ocorrência, qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir a obrigação tributária.

Art.33. Aplicam-se as disposições do artigo anterior aos contribuintes ou responsáveis ainda que imunes ou isentos.

Seção II Da Responsabilidade dos Sucessores

Art.34. Os créditos tributários referentes ao Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, as Taxas pela prestação de serviços que gravem os bens imóveis ou a Contribuição de Melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sob o respectivo preço.

Art.35. São pessoalmente responsáveis:

I - o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos, sem que tenha havido prova de sua quitação;

II - o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos

devidos pelo *de cujus* até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

III - o espólio, pelos tributos devidos pelo *de cujus*, até a data da abertura da sucessão.

Art.36. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

Art.37. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, a qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos devidos até a data do ato, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido:

I - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria, prestação de serviços ou outra atividade não imune;

II - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6 (seis) meses, a contar da data da sua alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria, prestação de serviços ou profissão.

Seção III Da Responsabilidade de Terceiros

Art.38. Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas quais forem responsáveis:

I - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

II - os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;

III - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

IV - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

V - o administrador-judicial, pelos tributos devidos pela massa falida ou pela empresa em recuperação judicial;

VI - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão de seu ofício;

VII - os sócios, no caso de liquidação de sociedades de pessoas;

VIII - os tomadores de serviços de que tratam as disposições dos artigos 333, 334 e 335, incisos e parágrafos, desta Lei.

Parágrafo único. O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

Art.39. São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos com excesso de poderes ou infração de Lei, contrato social ou estatutos:

I - as pessoas referidas no artigo 38;

II - os mandatários, prepostos e empregados;

III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

Art.40. Salvo disposição de Lei em contrário, a responsabilidade por infrações à legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

Art.41. A responsabilidade é pessoal do agente:

I - quanto às infrações conceituadas por Lei, como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

II - quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;

III - quanto às infrações que decorram, direta ou exclusivamente de dolo específico:

a) das pessoas referidas no artigo 38, contra aquelas por quem respondem;

b) dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;

c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas de direito privado, contra estas.

Art.42. A responsabilidade é excluída pela

denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora e penalidades, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo depender de apuração.

Parágrafo único. Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

CAPÍTULO VII DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I Das Disposições Gerais

Art.43. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art.44. As circunstâncias que modifiquem o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluam sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art.45. O crédito tributário regularmente constituído, somente se modifica ou se extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos expressamente previstos neste Código, obedecidos os preceitos básicos fixados no Código Tributário Nacional, fora dos quais não podem ser dispensados, sob pena de responsabilidade funcional, na forma da Lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Seção II Da Constituição do Crédito Tributário

Subseção I Do Lançamento

Art.46. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo que tem por objetivo:

I - verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente;

II - determinar a matéria tributável;

III - calcular o montante do tributo devido;

IV - identificar o sujeito passivo;

V - propor, sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa do lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Art.47. Com o fim de obter elementos que lhe permita verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e determinar, com precisão, a natureza e o montante dos respectivos créditos tributários, o órgão fazendário competente, por seus Fiscais, poderá:

I - exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e registros eletrônicos, contábeis e fiscais, documentos e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fatos geradores de obrigações tributárias;

II - fazer diligências, levantamentos e plantões nos locais ou estabelecimentos onde se exercem as atividades sujeitas a obrigações tributárias ou serviços que constituam matéria imponible;

III - exigir informações e comunicações escritas ou verbais;

IV - intimar, para comparecer às repartições do Município, o contribuinte ou responsável;

V - requisitar o auxílio da força policial para levar a efeito as apreensões, inspeções e interdições fiscais.

Art.48. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela Lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

§1º Salvo disposição de Lei em contrário, quando o valor do crédito tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.

§2º Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades tributárias, ou outorgados ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

§3º O disposto no § 2º não se aplica aos impostos lançados por períodos certos, desde que a respectiva Lei fixe expressamente a data em que o fato gerador se considera ocorrido.

Art.49. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

- I - impugnação do sujeito passivo;
- II - recurso de ofício;
- III - iniciativa de ofício da autoridade tributária, nos casos previstos no artigo 52.

Subseção II Das Modalidades de Lançamento

Art.50. O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiros, quando, um ou outro na forma da legislação tributária vigente, presta à autoridade tributária, informações sobre matéria de fato, indispensável à sua efetivação.

§1º A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.

§2º Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade tributária a que competir a revisão daquela.

§3º As informações ou declarações do sujeito passivo, de que trata o *caput*, ainda que por meio eletrônico ou epistolar, têm efeito de autolançamento, passíveis de cobrança executiva quando inadimplidos.

Art.51. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Art.52. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade tributária nos seguintes casos:

- I - quando a Lei assim o determinar;
- II - quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária vigente;
- III - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária vigente, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade tributária, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;
- IV - quando se comprovar falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
- V - quando se comprovar omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo seguinte;
- VI - quando se comprovar ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;
- VII - quando se comprovar que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;
- VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;
- IX - quando se comprovar que, no

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.

Parágrafo único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Municipal.

Art.53. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento de atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

§1º O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos deste artigo extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§2º Não influenciarão sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§3º Os atos a que se refere o parágrafo anterior serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação.

§4º É fixado em 5 (cinco) anos o prazo para a homologação contados da ocorrência do fato gerador; expirado o referido prazo sem que a Fazenda Municipal tenha se pronunciado, considerar-se-á homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a existência de dolo, fraude ou simulação.

§5º A omissão ou erro do lançamento, qualquer que seja a sua modalidade, não exime o contribuinte da obrigação tributária, nem de qualquer modo lhe aproveita.

Seção III Da Suspensão do Crédito Tributário

Subseção I Das Modalidades de Suspensão

Art.54. Suspendem a exigibilidade de crédito tributário:

I - a moratória;

II - o depósito de seu montante integral;

III - as reclamações e os recursos, nos termos das Leis reguladoras do processo tributário administrativo;

IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança;

V - a concessão de tutela antecipada requerida em caráter de urgência, tutela cautelar requerida em caráter antecedente, tutela de evidência ou outras espécies de ação judicial;

VI - o parcelamento.

Parágrafo único. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário, não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito esteja suspenso, ou deles consequentes.

Subseção II Da Moratória

Art.55. Constitui Moratória a concessão de novo prazo ao sujeito passivo, após o vencimento do prazo originalmente assinalado para o pagamento do crédito tributário.

§1º A Moratória somente abrange os

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

créditos, definitivamente constituídos à base da Lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data, por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

§2º A Moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros, em benefício daquele.

Art.56. A Moratória somente poderá ser concedida:

I - em caráter geral, pela pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo a que se refira;

II - em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por Lei nas condições do inciso anterior.

Parágrafo único. A Lei concessiva de Moratória deverá especificar expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeito passivo.

Art.57. A Lei que conceder Moratória em caráter geral ou autorizar sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

I - o prazo de duração do favor;

II - as condições da concessão do favor em caráter individual;

III - sendo o caso:

a) os tributos a que se aplica;

b) o número de prestações e os seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I, podendo atribuir a fixação de uns e de outros à autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;

c) as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiado no caso de concessão em caráter individual.

Art.58. A concessão da Moratória, em caráter individual, não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora:

I - com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo, fraude ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

II - sem imposição de penalidades, nos demais casos.

§1º No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da Moratória e sua revogação, não se computará para efeito de prescrição de direito à cobrança do crédito.

§2º No caso do inciso II deste artigo, a revogação só poderá ocorrer antes de prescrito o referido direito.

Seção IV Do Parcelamento

Art.59. O parcelamento será concedido na forma e condições estabelecidas nesta Lei e, complementarmente, em legislação específica.

§1º Salvo disposição de Lei em contrário, o parcelamento do crédito não exclui a incidência de juros e multas.

§2º Aplicam-se, subsidiariamente, ao

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

parcelamento as disposições desta Lei, relativas à Moratória.

Art.60. Salvo disposição em contrário, poderão ser objeto de parcelamento os créditos oriundos de quaisquer débitos de contribuintes para com o Município, inscritos em dívida ativa, observado o disposto no artigo 2º da Lei 6.830 de 22 de setembro de 1980.

§1º Lei específica disporá sobre as condições de parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial.

§2º A inexistência da lei específica a que se refere o § 1º deste artigo importa na aplicação das leis gerais de parcelamento do ente da Federação ao devedor em recuperação judicial, não podendo, neste caso, ser o prazo de parcelamento inferior ao concedido pela lei federal específica.

Art.61. Poderá ser parcelado, a requerimento do contribuinte, o crédito tributário e o não tributário:

I - inscrito em Dívida Ativa, ainda que ajuizada a sua cobrança;

II - que tenha sido objeto de notificação ou autuação;

III - denunciado espontaneamente pelo contribuinte.

Art.62. A forma de parcelamento dos créditos tributários e não tributários de responsabilidade de contribuintes enquadrados no artigo anterior, será definida em legislação específica, de acordo com a natureza do crédito.

Seção V Da Extinção do Crédito Tributário

Subseção I Das Modalidades de Extinção

Art.63. Extinguem o crédito tributário:

I - o pagamento;

II - a compensação;

III - a transação;

IV - a remissão;

V - a prescrição e a decadência;

VI - a conversão do depósito em renda;

VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 53 e seus §§ 1º e 4º;

VIII - a consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do artigo 86;

IX - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

X - a decisão judicial passada em julgado;

XI - a dação em pagamento.

Subseção II Do Pagamento

Art.64. As formas e os prazos para pagamento dos tributos de competência do Município serão definidos nesta Lei e em legislações específicas, conforme o caso.

Parágrafo único. Mediante legislação específica, poderá o Município conceder descontos sobre créditos tributários.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Art.65. Ressalvada a forma de pagamento estipulada para o ITBI, o crédito não integralmente pago no vencimento sofrerá a incidência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, e multa moratória de 2% (dois por cento), e ainda será monetariamente corrigido pela variação anual positiva do Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) ou por qualquer índice que lhe suceder, sem prejuízo:

I - da imposição de penalidades cabíveis, por infração à obrigação principal e/ou acessória;

II - da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas na Legislação Tributária do Município.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na pendência de impugnação ou recurso formulado pelo devedor, dentro do prazo legal para pagamento de seu crédito junto à Municipalidade.

Art.66. O pagamento será efetuado na rede bancária credenciada, mediante guia de arrecadação municipal, emitida por sistema informatizado próprio do Município ou via cartão de crédito ou débito.

Art.67. O pagamento de um crédito tributário não importa em presunção de pagamento:

I - quando parcial, das prestações em que se decompõe;

II - quando total, de outros créditos referentes aos mesmos ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

Art.68. Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com a Fazenda Municipal, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou proveniente de penalidade pecuniária, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação, obedecidas as

seguintes regras, na ordem enumerada:

I - em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, em segundo lugar aos decorrentes de responsabilidade tributária;

II - primeiramente, as Contribuições de Melhoria, depois as taxas e por fim aos impostos;

III - na ordem crescente dos prazos de prescrição;

IV - na ordem decrescente do montante.

Subseção III

Do Pagamento Indevido e do Procedimento de Restituição

Art.69. As quantias indevidamente recolhidas em pagamento de créditos tributários serão restituídas, no todo ou em parte, seja qual for a modalidade de pagamento, nos seguintes casos:

I - pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária aplicável ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

II - erro na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou na conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória.

Art.70. O sujeito passivo terá direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

parcial do tributo, nos casos previstos no Código Tributário Nacional, observadas as condições ali fixadas.

Art.71. A restituição total ou parcial de tributos abrangerá, também, na mesma proporção, os acréscimos que tiverem sido recolhidos, salvo os referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

§1º As importâncias objeto de restituição serão corrigidas monetariamente com base nos mesmos índices utilizados para os débitos fiscais e acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês.

§2º A incidência da correção monetária e dos juros observará como termo inicial, para fins de cálculo, a data do efetivo pagamento pelo contribuinte e, como termo final, a data do deferimento pela autoridade julgadora.

Art.72. A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, em transferência do respectivo encargo financeiro, será feita somente a quem provar haver assumido o referido encargo, ou no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por ele expressamente autorizado a recebê-la.

Parágrafo único. As restituições relativas ao *caput* deste artigo dependerão de requerimento da parte interessada, dirigidas ao titular da Secretaria Municipal da Fazenda, cabendo recurso para o Prefeito.

Art.73. Atendendo a natureza e ao montante do tributo a ser restituído, poderá o titular da Secretaria da Fazenda Municipal, propor que a restituição do valor se processe mediante a compensação com crédito do Município, cabendo a opção ao contribuinte.

Art.74. Quando a dívida estiver sendo paga em prestações, o deferimento do

pedido de restituição somente desobriga o contribuinte ao pagamento das parcelas vincendas, a partir da data da decisão definitiva na esfera administrativa, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.

Art.75. O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos contados:

I - nas hipóteses dos incisos I e II do artigo 69, da data do pagamento;

II - nas hipóteses do inciso III do artigo 69, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a ação condenatória.

Art.76. Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória de decisão administrativa que denegar a restituição.

Parágrafo único. O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando seu curso por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Municipal.

Subseção IV Da Compensação

Art.77. Fica a Secretaria Municipal da Fazenda, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizada a compensar créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra o Município.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

§1º Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, o seu montante será apurado com redução correspondente aos juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, pelo tempo que decorrer entre a data da compensação e a do vencimento.

§2º É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.

Art.78. O sujeito passivo que apurar crédito do imposto, inclusive decorrente de trânsito em julgado de decisão judicial, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

§1º A compensação de que trata o *caput* será efetuada mediante a entrega, pelo sujeito passivo, de declaração na qual constarão informações relativas aos créditos utilizados e aos respectivos débitos compensados.

§2º A compensação declarada à Secretaria Municipal da Fazenda extingue o crédito tributário, sob condição resolutória de sua ulterior homologação.

§3º Em caso de pedido de compensação de dívida por parte do sujeito passivo, este deverá providenciar na desistência da ação judicial.

Art.79. A requerimento do credor, no momento da expedição dos precatórios, deles poderá ser abatido, a título de compensação, valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Municipal, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, ressalvados aqueles cuja execução esteja suspensa em virtude de

contestação administrativa ou judicial.

Subseção V Da Transação

Art.80. A Lei pode facultar, nas condições que estabeleça aos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária celebrar transação que, mediante concessões mútuas, importe em terminação de litígio e consequente extinção de crédito tributário.

Parágrafo único. A Lei indicará a autoridade competente para autorizar a transação em cada caso.

Subseção VI Da Remissão

Art.81. A Administração Municipal poderá, nas condições que a Lei estabelecer, conceder remissão total ou parcial de crédito, a pedido do contribuinte, observado o interesse do Município.

Parágrafo único. O benefício de que trata o *caput* será condicionado a despacho favorável e fundamentado, expedido pela autoridade fazendária municipal e, desde que ouvida a Procuradoria do Município, manifestamente no mesmo sentido.

Subseção VII Da Decadência

Art.82. O direito de a Fazenda Municipal constituir o crédito tributário extingue-se em 5 (cinco) anos contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

efetuado;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

Subseção VIII Da Prescrição

Art.83. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva.

Parágrafo único. A prescrição se interrompe:

I - pelo despacho judicial que ordenar a citação do devedor;

II - pelo protesto judicial;

III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;

IV - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Subseção IX Da Conversão do Depósito em Renda

Art.84. Extingue o crédito tributário, a conversão em renda de depósito em dinheiro, previamente efetuado pelo sujeito passivo:

I - para garantia de instância;

II - em decorrência de qualquer outra exigência da Legislação Tributária.

Art.85. Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado, contra ou a favor do Fisco, será exigido ou restituído da seguinte forma:

I - a diferença a favor da Fazenda Municipal será exigida mediante notificação direta, publicada ou entregue diretamente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos em regulamento.

II - o saldo a favor do contribuinte será restituído de ofício independentemente de prévio protesto, na forma estabelecida para restituições totais ou parciais do crédito tributário.

Subseção X Da Consignação em Pagamento

Art.86. Ao sujeito passivo é facultado consignar judicialmente a importância do crédito tributário nos casos:

I - de recusa de recebimento ou subordinação deste pagamento a outro tributo ou penalidade, ou ao cumprimento de obrigação acessória;

II - de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigência administrativa sem fundamento legal;

III - de exigência, por outro Município, de igual tributo sobre o mesmo fato gerador.

§1º Somente se aceitará o pagamento na forma prevista por este artigo, se a consignação versar, exclusivamente, sobre o crédito que o contribuinte se propõe a pagar.

§2º Julgada procedente a ação de

consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada será convertida em renda;

§3º Julgada improcedente no todo ou em parte, cobrar-se-á o crédito acrescido dos juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art.87. Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação da consignação, especificar qual o crédito tributário ou parcela do crédito tributário será abrangido pelo depósito.

Subseção XI Da Dação em Pagamento

Art.88. A Administração Municipal poderá, nas condições que a Lei estabelecer, receber do sujeito passivo da obrigação tributária, bens imóveis em dação ao pagamento de tributos.

Parágrafo único. Nas operações a que se refere o *caput* deste artigo, será observado o interesse do Município, o valor de mercado do imóvel e sua equivalência em relação à dívida tributária do sujeito passivo.

Subseção XII Das Demais Modalidades de Extinção

Art.89. Somente extingue o crédito tributário, a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na esfera administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, bem como, a decisão judicial transitada em julgado.

Parágrafo único. Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou transitada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado, nos termos da Legislação Tributária, ressalvadas as hipóteses de suspensão de exigibilidade do crédito, previstas neste

Código.

Seção VI Da Exclusão do Crédito Tributário

Subseção I Das Modalidades de Exclusão

Art.90. Excluem o crédito tributário:

I - a isenção;

II - a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.

Subseção II Da Isenção

Art.91. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de Lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

Parágrafo único. A isenção é interpretada literalmente e pode ser restrita a determinada situação, região do território municipal e em função de condições a ela peculiares.

Art.92. Salvo disposições em contrário, a isenção não é extensiva:

I - às Taxas e as Contribuições de Melhoria;

II - aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

Art.93. A isenção, salvo se

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observado o disposto no inciso III do parágrafo único do artigo 7º desta Lei Complementar.

§1º Tratando-se de tributo lançado por período certo, a isenção referida neste artigo será renovada antes da expiração de cada período, cessando automaticamente os seus efeitos a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixe de promover a renovação do reconhecimento da isenção.

§2º A isenção de que trata este artigo não gera direito adquirido, aplicando-se quando cabível, o disposto no artigo 58, desta Lei Complementar.

§3º O benefício da isenção para determinadas situações previstas em Lei é concedido sob condição resolutive, com homologação *a posteriori*.

§4º Será excluído do benefício da isenção fiscal:

I - até o exercício em que tenha regularizado sua situação, o contribuinte que se encontre, por qualquer forma, em infração a dispositivos legais ou em débito perante a Fazenda Municipal;

II - o contribuinte que, na condição do disposto no parágrafo anterior, não observar os critérios estabelecidos, devendo recolher ao Município os valores dos tributos que tenha se beneficiado.

Art.94. A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho do Secretário Municipal da Fazenda, em resposta a requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em Lei.

§1º A decisão da autoridade competente para decidir sobre a concessão do benefício de isenção deverá ser sempre fundamentada, sob pena de nulidade.

§2º Aos pedidos de isenção tributária aplicam-se as regras previstas na Seção III “Da Defesa”, constantes nas disposições do Capítulo IV “DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO”, de que tratam os artigos 208 a 212, inclusive.

Subseção III Da Anistia

Art.95. A anistia, assim entendido o perdão das infrações e a consequente dispensa do pagamento das penalidades pecuniárias a ela relativas abrange, exclusivamente, as infrações cometidas anteriormente à vigência da Lei que a conceder, não se aplicando:

I - aos atos qualificados em Lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação, pelo sujeito passivo, ou por terceiros em benefício daquele;

II - às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas, salvo disposição em contrário.

Art.96. A anistia pode ser concedida:

I - em caráter geral;

II - limitadamente:

a) as infrações da legislação relativa a determinado tributo;

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

b) as infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;

c) a determinada região do território do Município, em função das condições a ela peculiares;

d) sob condição do pagamento do tributo no prazo fixado pela Lei que a conceder ou cuja fixação seja atribuída pela Lei à autoridade administrativa.

§1º A anistia, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho do Prefeito, em requerimento no qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em Lei para sua concessão.

§2º A anistia referida neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, a regra do artigo 58, desta Lei Complementar.

CAPÍTULO VIII DAS GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Seção I Das Disposições Gerais

Art.97. A enumeração das garantias atribuídas neste Capítulo ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em Lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram.

Parágrafo único. A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste, nem a da obrigação tributária a que corresponda.

Art.98. Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em Lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a

totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente, os bens e rendas que a Lei declare absolutamente impenhoráveis.

Art.99. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu início, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Municipal por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.

Art.100. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, caberá à Procuradoria do Município requerer em juízo a indisponibilidade de seus bens e direitos, na forma do artigo 185-A do Código Tributário Nacional.

Seção II Das Preferências

Art.101. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho.

Parágrafo único. Na falência:

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

I - o crédito tributário não prefere aos créditos extra concursais ou às importâncias passíveis de restituição, nos termos da Lei falimentar, nem aos créditos com garantia real, no limite do valor do bem gravado;

II - a Lei poderá estabelecer limites e condições para a preferência dos créditos decorrentes da legislação do trabalho;

III - a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.

Art.102. A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:

I - União;

II - Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e *pro rata*;

III - Municípios, conjuntamente e *pro rata*.

Art.103. São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência, sendo-lhes aplicada a legislação federal competente.

Art.104. São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do *de cujus* ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.

Art.105. São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação

judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.

Art.106. A extinção das obrigações do falido requer prova de quitação de todos os tributos.

Art.107. A concessão de recuperação judicial depende da apresentação da prova de quitação de todos os tributos, observado o disposto nos artigos 151, 205 e 206, desta Lei.

Art.108. Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será levada a registro no Município, sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas, salvo determinação em contrário na própria decisão.

Art.109. Salvo quando expressamente autorizado por Lei, nenhum órgão da Administração Pública Municipal poderá contratar ou aceitar proposta em concorrência pública sem que o contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Pública, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

TÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I Seção Única Das Disposições Gerais

Art.110. A Administração Tributária será exercida pela Secretaria Municipal da Fazenda do Município, de acordo com as suas atribuições constantes das leis municipais em vigor, neste Código, seu regulamento e demais normas

complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.

§1º São privativas da Administração Tributária, entre outras relativas à tributação, as funções referentes a cadastramento, lançamento, arrecadação, inscrição e controle de créditos em dívida ativa, cobrança administrativa, compensação, restituição, reconhecimento de benefício fiscal, resposta a consultas, fiscalização do cumprimento da legislação tributária municipal e aplicação de sanções por infrações à legislação tributária e medidas de educação fiscal.

§2º A inscrição e o controle de créditos em dívida ativa compreendem inclusive os créditos de natureza não tributária dos órgãos da Administração Direta do Município e de órgãos e entidades, que sejam atribuídos a este Município.

§3º A inscrição, o controle e a cobrança administrativa da Dívida Ativa será exercida pela Secretaria da Fazenda em conjunto com a Procuradoria Jurídica do Município, ficando ao encargo da segunda o controle e gerenciamento da dívida ativa judicializada.

§4º Compete também à Administração Tributária Municipal, concorrentemente com as administrações tributárias dos demais entes federativos, as atividades de fiscalização do cumprimento da legislação tributária do Simples Nacional, lançamento e a aplicação de sanções por infrações às normas desse regime de tributação.

§5º A Administração Tributária poderá ainda exercer competência tributária delegada, em relação às funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferidas a este Município por outro ente da Federação.

CAPÍTULO II DAS LIMITAÇÕES DA COMPETÊNCIA DE TRIBUTAR

Seção Única Das Disposições Gerais

Art.111. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I - instituir ou majorar tributos sem que a Lei o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da Lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a Lei que os instituiu ou aumentou.

c) antes de decorridos 90 (noventa) dias da data em que haja sido publicada a Lei que o instituiu ou aumentou, com exceção do disposto no § 2º, abaixo.

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

VI - instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos desta Lei;

d) livros, jornais e periódicos e o papel destinado à sua impressão.

§1º Não constitui majoração de tributo, para os fins do disposto no inciso I, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

§2º A vedação do Inciso III, "c", deste artigo, não se aplica à fixação da base de cálculo do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.

§3º A vedação do inciso VI não excluiu a atribuição às entidades nele referidas da condição de contribuintes de outros tributos, de responsáveis pelos impostos que lhes caiba reter na fonte, e não as dispensa da prática de obrigações acessórias e de atos assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§4º A vedação do inciso VI, alínea "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§5º As vedações do inciso VI, alínea "a", e do § 4º não se aplicam ao patrimônio e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos

privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§6º As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades neles mencionadas.

§7º Os serviços a que se refere a alínea "c" do inciso VI compreendem somente os relacionados com os objetivos institucionais das entidades mencionadas, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

§8º Poderá ser atribuída, nos termos desta Lei, a sujeito passivo da obrigação tributária, a condição de responsável pelo pagamento de imposto, taxa ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

Art.112. As vedações da alínea "c" do inciso VI do artigo 111 são subordinadas à observância, pelas entidades nele referidas, dos requisitos seguintes:

I - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a qualquer título;

II - aplicarem integralmente no País os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Parágrafo único. Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, a autoridade competente poderá suspender a aplicação do benefício.

Art.113. As imunidades não alcançam os imóveis prometidos à venda a pessoas que não gozem de imunidade tributária, desde o momento em que se constituir o ato.

Parágrafo único. Nos casos de transferência de domínio ou de posse de imóveis, na hipótese a que se refere este artigo, a imposição fiscal recairá sobre o promitente comprador, enfiteuta, fiduciário, usufrutuário, comodatário, concessionário, permissionário ou possuidor a qualquer título.

CAPÍTULO III DA INDELEGABILIDADE DE COMPETÊNCIA

Seção Única Das Disposições Gerais

Art.114. As funções referentes a administração de cadastro, lançamento, cobrança, recolhimento e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração a disposições da legislação tributária municipal e medidas de prevenção às fraudes serão exercidas pela Secretaria Municipal da Fazenda e demais órgãos incumbidos do Poder de Polícia Administrativa, por intermédio de seus servidores fiscais, segundo as atribuições constantes em Lei.

§1º A administração tributária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da Lei.

§2º Não constitui delegação de

competência a contratação de pessoas de direito privado com o encargo ou função de arrecadar tributo ou executar serviços de cadastramento ou recadastramento.

Art.115. Os órgãos incumbidos da cobrança e fiscalização dos tributos municipais, sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades, darão assistência aos contribuintes sobre a interpretação e fiel observância das Leis fiscais.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria Municipal da Fazenda, autorizado a contratar os serviços de instituições financeiras e a firmar convênio com os estabelecimentos bancários para a cobrança de tributos municipais.

CAPÍTULO II DA FISCALIZAÇÃO

Seção Única Da Competência e dos Procedimentos

Art.116. Compete à Autoridade Administrativa, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas tributárias, instituídas por Lei e regulamentadas por Decreto e por outros atos, quando for o caso.

§1º A aplicação da legislação municipal será fiscalizada, privativamente, pelos servidores legalmente investidos na função de Fiscal, irrelevante a denominação que for dada a essa.

§2º A Fiscalização será extensiva às pessoas naturais ou jurídicas, aos empresários nos termos do artigo

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

966 do Código Civil Brasileiro, contribuintes ou não, inclusive àqueles que gozem de imunidade ou isenção tributária, estabelecidas no Município ou mesmo fora dele e será procedida:

I - diretamente, pelo Agente do Fisco;

II - indiretamente, por meio de elementos constantes do Cadastro Econômico existente no Município, nos órgãos onde possa o contribuinte estar inscrito e de informações colhidas em fontes que não as do contribuinte.

§3º O Agente do Fisco, devidamente credenciado ao exercício regular de suas atividades, terá acesso ao interior de estabelecimentos, depósitos e quaisquer outras dependências onde se faça necessária a sua presença.

Art.117. Para os efeitos da legislação tributária municipal, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos e papéis comerciais ou fiscais dos comerciantes, prestadores de serviços, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los, mediante intimação.

Parágrafo Único. Os livros, documentos e registros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

Art.118. O Agente do Fisco que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização, lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento, na forma da legislação aplicável, devendo fixar o prazo máximo para o seu encerramento.

§1º Dos termos, entregar-se-á cópia, contra recibo, à pessoa sujeita a fiscalização,

permanecendo a primeira via com a Autoridade Fazendária para formalização de processo de cobrança, em sendo o caso.

§2º São dispensados os termos de início e de previsão de encerramento nas fiscalizações motivadas por pedidos de baixa, documentando-se, quando for o caso, tais procedimentos por meio de formulários ou registros adotados para as fiscalizações de rotina.

Art.119. Não sendo a fiscalização concluída dentro do prazo inicialmente estabelecido, poderá ser prorrogada, desde que o Agente do Fisco justifique, perante a Secretaria Municipal da Fazenda, a necessidade de sua dilatação.

Art.120. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar ao Agente Fiscal todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - os Tabeliães, Escrivães e demais Serventuários de Ofício;

II - os Bancos, Agências Lotéricas credenciadas para operações bancárias, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras;

III - as empresas de administração de bens;

IV - os corretores, Leiloeiros e despachantes oficiais;

V - os inventariantes;

VI - os síndicos, comissários e liquidatários;

VII - os sindicatos de classe;

VIII - quaisquer outras entidades ou

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

pessoas que a Lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art.121. Além da competência para intimar, notificar do lançamento, representar e autuar, poderá a Fazenda Municipal, por seus Fiscais Tributários, com a finalidade de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários:

I - exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros, registros e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributária;

II - fazer inspeção nos locais e estabelecimentos onde se exercem as atividades sujeitas a obrigação tributária, ou nos bens ou serviços que constituam matéria tributária;

III - exigir informações e comunicações escritas, por meio digital ou verbal;

IV - intimar o contribuinte ou responsável para comparecer à repartição fazendária e/ou para prestar informações de interesse fiscal;

V - requisitar o auxílio de força pública, municipal, estadual ou federal, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando seja necessária a efetivação de medidas previstas na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em Lei como crime ou contravenção.

VI - lacrar o acesso a estabelecimento que, flagrantemente, esteja em situação irregular perante as normas de posturas ou tributárias do Município e em inobservância à prévia medida de advertência para regularização ou sustação de atividades;

VII - lacrar móveis, cofres, gavetas, armários, depósitos, etc., que, presumivelmente, guardem material, livros ou documentos de interesse fiscal que, em que pese solicitado, não fora ao Fisco deliberadamente exibido;

VIII - apreender, livros ou documentos contábeis e fiscais e equipamentos eletrônicos que possam constituir em prova material de ilícito tributário.

§1º Caracterizada a omissão de formalidades legais ou, ainda, a constatação da existência de vícios ou fraude na escrituração fiscal ou contábil, tendente a dificultar ou impossibilitar a apuração do tributo, é facultado à Autoridade Tributária promover o processo de arbitramento dos respectivos valores por meio de informação analiticamente fundamentada, de acordo com o disposto nos artigos 351 a 355, desta Lei.

§2º O exame de livros, arquivos, registros e talonários fiscais e outros documentos, assim como demais diligências da fiscalização, poderão ser repetidos em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder ao lançamento do tributo, ou da penalidade, ainda que já lançado e pago.

Art.122. Sem prejuízo do disposto

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Municipal ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades.

§1º Excetua-se do disposto neste artigo, além dos casos previstos no artigo 123, os seguintes:

I - a requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça;

II - as solicitações de autoridade administrativa no interesse da Administração Pública, desde que seja comprovada a instauração regular de processo administrativo, no órgão ou na entidade respectiva, com o objetivo de investigar o sujeito passivo a que se refere a informação, por prática de infração administrativa.

§2º O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita à autoridade solicitante, mediante recibo, que formalize a transferência e assegure a preservação do sigilo.

§3º Não é vedada a divulgação de informações relativas a:

I - representações fiscais para fins penais;

II - inscrição em dívida ativa da Fazenda Pública;

III - parcelamento ou moratória.

Art.123. A Fazenda Municipal permutará elementos de natureza fiscal com as Fazendas Federal e Estadual, na forma a ser estabelecida em convênio entre elas celebrado, ou, independentemente deste ato, sempre que solicitada.

Parágrafo único. O Município poderá, também, verificar a qualquer tempo os documentos fiscais que, nos termos da Lei federal ou estadual, devam acompanhar as mercadorias, em operações de que participem produtores, indústrias, comerciantes e prestadores de serviços estabelecidos neste Município; apurada qualquer irregularidade, os Agentes Fiscais deverão comunicá-la à repartição estadual incumbida do cálculo do índice de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 63/90, assim como à Autoridade Municipal competente.

Capítulo III DA DÍVIDA ATIVA

Seção Única Das Disposições Gerais

Art.124. Constitui Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal os créditos de natureza tributária ou não tributária, regularmente inscritos na Fazenda Municipal, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, por Lei ou por decisão final proferida em processo regular.

§1º A dívida ativa não tributária é a proveniente de demais créditos da Fazenda Pública, tais como contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, preços de serviços prestados por órgão e entidades do Município, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem como os créditos decorrentes de sub-rogação de

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

§2º A inscrição dos créditos em Dívida Ativa do total ou, quando for o caso, do saldo do crédito não pago, com os acréscimos legais devidos, poderá ser efetuada assim que esgotado *in albis* o prazo para pagamento.

§3º A inscrição far-se-á, obrigatoriamente até 30 de março do exercício seguinte em que o crédito é devido, sem prejuízo dos acréscimos legais.

§4º Após a inscrição em dívida ativa, o crédito tributário e não tributário poderá ser cobrado pela via administrativa pelo período de até 12 (doze) meses, desde que tal crédito não esteja na iminência de prescrever, podendo a Certidão de Dívida Ativa ser remetida a protesto e/ou Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou serviço similar, na forma indicada em decreto.

§5º Vencido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem pagamento, a Certidão de Dívida Ativa, representativa do crédito será enviada à Procuradoria do Município para imediata execução fiscal.

§6º A inscrição do débito do contribuinte em Dívida Ativa não poderá ser feita em relação aos que forem objetos de impugnação ou recurso, enquanto não forem decididos definitivamente.

Art.125. São de natureza tributária os créditos provenientes de obrigações legais relativas aos tributos e respectivos adicionais e multas.

Art.126. São de natureza não tributária os demais créditos decorrentes de obrigações, de qualquer origem ou modalidade, devidos à Fazenda Pública Municipal.

Parágrafo único. A constituição definitiva dos créditos não tributários da Administração ocorre com o trânsito em

julgado do processo administrativo.

Art.127. A inscrição em livro, por processo eletrônico, do crédito tributário em Dívida Ativa far-se-á mediante termo autenticado pela Autoridade Fazendária.

§1º O Termo de Inscrição da Dívida Ativa, indicará obrigatoriamente.

I - a identificação do devedor e, sendo o caso, o dos corresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um ou de outros;

II - a quantia devida, o valor originário da dívida e o seu termo inicial, para contagem de juros e demais encargos;

III - a maneira de calcular os juros de mora acrescidos e demais encargos previstos em Lei ou contrato, com indicação dos dispositivos legais ou contratuais inerentes;

IV - a origem, a natureza e os fundamentos legais ou contratuais do valor inscrito;

V - o termo inicial e a especificação do indexador de atualização monetária utilizado e a base legal ou contratual que suporta sua exigência;

VI - a data em que foi inscrito no livro eletrônico e o respectivo número;

VII - o número do processo administrativo, quando for o caso, ou do auto de infração de que se originar o crédito.

§2º A Certidão da Dívida Ativa não poderá relacionar créditos relativos a

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

tributos de natureza diversa.

§3º A certidão conterá a indicação do livro e da folha da inscrição.

§4º O Termo de Inscrição e a Certidão de Dívida Ativa poderão ser preparados e numerados por processo manual, mecânico ou eletrônico.

Art.128. A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo anterior ou o erro a eles relativo são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, mas a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância, mediante substituição da certidão nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

Art.129. A dívida regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez do crédito a que se refere e tem efeito de prova pré-constituída.

Parágrafo único. A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

Art.130. Mediante despacho do Secretário da Fazenda, poderá ser inscrito no correr do mesmo exercício, o débito proveniente de tributos lançados por exercício, principalmente quando for necessário acautelar-se o interesse da Fazenda Pública Municipal.

Art.131. A Dívida Ativa será cobrada por procedimento extrajudicial ou judicial.

§1º A Secretaria Municipal da Fazenda definirá a modalidade da cobrança a ser realizada conforme a situação de cada débito, considerando especialmente para fins de escolha, o custo da cobrança a ser realizada.

§2º As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou consequentes, poderão ser acumuladas em uma única cobrança.

§3º Poderão ser fixados valores mínimos para cobrança judicial da dívida ativa, baseados em estudos técnicos e definidos em Lei.

Art.132. Salvo disposição em contrário, é vedada a concessão de desconto, abatimento ou perdão de quaisquer créditos tributários, inscritos ou não em Dívida Ativa.

Parágrafo único. Sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis, incorrerá em responsabilidade funcional e na obrigação de responder pela integralização do pagamento do crédito não recolhido, o servidor que praticar condutas vedadas no *caput* ou ostentar conduta desidiosa na perseguição do crédito.

Art.133. No caso de existência de mais de um débito do mesmo sujeito passivo, relativos a idênticos ou diferentes créditos tributários e fiscais, inscritos em Dívida Ativa, a autoridade administrativa competente, para receber o pagamento, determinará a respectiva imputação, obedecidas as regras do artigo 68, deste Código.

Art.134. Serão cancelados mediante Parecer Fiscal da Administração Tributária ou Procuradoria do Município, quando necessário, homologado pelo Secretário Municipal da Fazenda, os créditos fiscais:

I - alcançados pela decadência, nos termos do parágrafo 4º do artigo

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

150 e artigo 173 do Código Tributário Nacional;

II - alcançados pela prescrição, nos termos do artigo 174, do Código Tributário Nacional, observado o disposto no § 3º do artigo 2º da Lei nº 6.830/80;

III - quando comprovada a não ocorrência do respectivo fato gerador;

IV - que se originarem de erro funcional administrativo.

Parágrafo único. No caso de verificação da prescrição intercorrente nos autos judiciais respectivos, seu reconhecimento dar-se-á por simples petição da Procuradoria Jurídica do Município, independente de homologação do Secretário Municipal da Fazenda, devendo uma via, apenas, ser encaminhada à Secretaria Municipal da Fazenda para ciência, registro e baixa correspondente, sob pena de ser responsabilizado o servidor que não realizar o comunicado.

CAPÍTULO IV DAS CERTIDÕES

Seção Única Da expedição e seus efeitos

Art.135. A prova da quitação dos tributos municipais, quando exigível, será feita por certidão negativa expedida à vista de requerimento firmado pela parte interessada, ou por representante legal, devidamente habilitado e:

I - em se tratando de negativa de débito de contribuinte inscrito no Cadastro Geral:

a) identificação do solicitante, na condição de pessoa física ou jurídica;

b) endereço ou domicílio tributário do contribuinte requerido;

c) profissão, ramo de atividade e números

de inscrição no Cadastro Econômico, no CPF ou no CNPJ do requerido;

d) o período a que se refere o pedido, quando for o caso.

II - em se tratando de negativa de ônus sobre imóveis:

a) identificação do solicitante;

b) endereço ou domicílio tributário do requerente;

c) indicação do atual proprietário do imóvel;

d) inscrição municipal do imóvel, e sua localização, especificando quadra e lote/unidade.

Art.136. Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.

Parágrafo único. A certidão negativa fornecida não exclui o direito da Fazenda Pública Municipal de exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados de responsabilidade do contribuinte.

Art.137. Exigir-se-á prova de quitação de débitos com a Fazenda Municipal, relativos ao imóvel, quando requerida (o):

I - a aprovação de planta e projeto de loteamento;

II - o parcelamento de solo;

III - para participação em quaisquer tipos de processos licitatórios do Município.

Parágrafo único. O Município não

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

concederá certidão predial, ou negativa de tributo de imóvel, ou de unidade condominial, enquanto houver pendência tributária da unidade em questão, ou do empreendimento como um todo, ou, ainda, relacionado à área territorial anterior à edificação.

Art.138. A certidão negativa de débitos expedida com dolo, fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza civil, criminal e administrativamente quem a expedir, pelo pagamento do crédito tributário e eventuais acréscimos, por ventura, existentes.

Art.139. Da certidão constará o crédito tributário e fiscal devidamente constituído.

Parágrafo único. Considera-se crédito tributário e fiscal devidamente constituído, para efeito deste artigo:

I - o crédito tributário e fiscal lançado e não quitado à época própria;

II - a existência de débito inscrito em Dívida Ativa;

III - a existência de débito em cobrança executiva;

IV - o débito confessado e ou em parcelamento.

Art.140. Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas às infrações cuja responsabilidade seja pessoal do infrator.

Art.141. O prazo máximo para a expedição de certidões será de 10 (dez) dias,

contados a partir do primeiro dia útil após a entrada do requerimento na repartição competente.

§1º As certidões poderão ser emitidas por meio físico ou eletrônico com as seguintes características:

I - serão válidas independentemente de assinatura ou chancela do servidor dos órgãos emissores, quando emitidas eletronicamente;

II - obedecerão a modelo aprovado por ato específico, e

III - terão validade de até 30 (trinta) dias, quando emitidas *via online*;

IV - terão validade de até 60 (sessenta) dias, nos demais casos.

§2º Com exceção das emissões de certidões *via online*, de que trata o inciso I do § 1º, deste artigo, essas serão assinadas pelo responsável pela informação e pelo Secretário Municipal da Fazenda ou por delegação deste, a outro servidor lotado na Secretaria da Fazenda, que tenha acesso a mesma informação.

Art.142. Será pessoalmente responsável, civil, criminal e funcionalmente, o servidor que, por dolo, fraude, simulação ou negligência, expedir ou der causa à expedição de certidão incorreta.

Art.143. As certidões terão eficácia dentro de seu prazo de validade e para o fim a que se destinam, perante qualquer órgão ou entidade da Administração Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, Direta ou Indireta.

Parágrafo único. As espécies de certidões previstas neste Capítulo e

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

as demais certidões que, no interesse da Administração Tributária, venham a ser instituídas, os prazos de validade e os requisitos a serem observados na emissão das certidões, serão estabelecidos em Regulamento.

TÍTULO IV DAS PENALIDADES, DOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO I DAS PENALIDADES EM GERAL

Seção I Das Disposições Gerais

Art.144. Constitui infração a ação ou omissão, voluntária ou não, que importe inobservância, por parte do sujeito passivo ou de terceiros, de normas estabelecidas na legislação tributária.

Art.145. Será considerado infrator todo aquele que se omitir, cometer, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração, e ainda, os responsáveis pela execução das Leis e outros atos normativos editados pela Administração Municipal que, tendo conhecimento da infração, deixarem de atuar o infrator.

Art.146. As infrações serão punidas, separadas ou cumulativamente, com as seguintes cominações:

- I - aplicação de multas;
- II - proibição de transacionar com os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Município;
- III - suspensão ou cancelamento de benefícios, assim entendidas as concessões outorgadas aos contribuintes para se

eximirem do pagamento total ou parcial de tributos;

IV - sujeição ao regime especial de fiscalização.

Parágrafo único. Ao coautor serão aplicadas as mesmas cominações impostas ao autor.

Art.147. A aplicação de penalidade de qualquer natureza não dispensa:

I - o pagamento do tributo e dos acréscimos cabíveis;

II - o cumprimento das obrigações tributárias acessórias e de outras sanções cíveis, administrativas ou criminais que couberem.

Art.148. Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com a orientação ou interpretação fiscal, constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente venha a ser modificada essa orientação ou interpretação.

Seção II Das Multas por Infrações

Art.149. Com exceção do disposto no inciso VIII do artigo 150 e no artigo 151, as multas a que se refere esta Seção serão lançadas por Auto de Infração, tomando-se, segundo o tipo de infração, como base de cálculo:

- I - a Unidade de Referência Municipal (URM);
- II - o valor do tributo, corrigido monetariamente.

§1º As multas serão cumulativas quando resultarem,

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

concomitantemente, do descumprimento de obrigação tributária acessória e principal.

§2º Ressalvado o disposto nas alíneas “b” e “c”, do Inciso II, do artigo 150, apurando-se, na mesma ação fiscal, o não cumprimento de mais de uma obrigação tributária e/ou acessória pela mesma pessoa, em razão de um só fato, impor-se-á penalidade somente à infração que corresponder à multa de maior valor.

§3º As multas incidirão sobre o valor total do débito monetariamente corrigido.

Art.150. Com base nos incisos I e II do artigo 149, o infrator a dispositivo desta Lei, pessoa física, jurídica ou a qualquer um desses equiparados para fins fiscais, fica sujeito, em cada caso, às penalidades abaixo graduadas:

I - equivalente a 1 (uma) URM, válidas no ano em curso, quando:

a) na falta de autenticação do comprovante do direito de ingresso, no caso de prestação de serviço de jogos e/ou diversões públicas;

b) deixar de promover as alterações previstas nas disposições do artigo 267;

c) deixar de apresentar o competente termo de vistoria previsto no artigo 445 desta Lei Complementar.

d) deixar de pagar a Taxa anual de renovação da licença localização de funcionamento de Estabelecimento, de que trata o art. 381, desta Lei Complementar;

e) deixar de cumprir a qualquer outro dispositivo, principal ou acessório, de caráter obrigatório, disciplinado nesta lei ou regulamento, não arrolada nas penalidades atribuídas nas demais disposições nesse artigo.

II - equivalente a 1,5 (um vírgula cinco) URM, válidas no ano em curso, quando:

a) instruir pedido de inscrição cadastral ou solicitação de benefício fiscal que, por incorreto, ocasione redução ou supressão de tributos;

b) deixar de comunicar, decorridos mais de 30 (trinta) dias, quaisquer obrigações fiscais acessórias determinadas no art. 275 e seus incisos, desta Lei Complementar.

c) em relação à Declaração Eletrônica do ISS;

1. Deixar de prestar, ou prestá-la fora do prazo, por mês ou fração;

2. Inserir informações ou dados inexatos, incompletos ou omitir operação de qualquer natureza que resulte em redução ou supressão de tributo;

3. Deixar o responsável pela contabilidade, de consignar na Declaração Eletrônica do ISS informação exata da efetiva receita tributável de prestação de serviços, ou consignar importância inferior ao efetivo valor do ISS, próprio ou de terceiros;

d) o prestador do serviço ou o fornecedor de materiais que sonegar documentos fiscais, ou emití-los de forma irregular, no que se refere aos serviços prestados ou materiais fornecidos ao empreendedor de construção civil, necessários à determinação do valor da base de cálculo do ISS, quando este for sujeito ao regime de receita presumida, enquadrável no inciso I, alínea “c”, do artigo 338, desta Lei.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

III - equivalente a 3 (três) URM, quando:

a) embaraçar ou elidir, por qualquer forma, a ação fiscal;

b) não comunicar, dentro dos prazos legais, qualquer alteração de construção licenciada, quando, da omissão, resultar em aumento do tributo;

c) não atender à intimação da Administração Municipal para declarar os dados necessários ao lançamento de tributos, ou oferecê-los incompletos;

d) deixar o responsável por loteamento ou o incorporador de fornecer ao Órgão Fazendário, na forma e prazos determinados na legislação pertinente, quando solicitado para fins cadastrais, a relação dos imóveis alienados ou prometidos à venda;

e) deixar de promover a inscrição das propriedades prediais e territoriais urbanas no Cadastro Imobiliário do Município, previstas no artigo 267 e incisos;

f) deixar de apresentar, dentro do prazo estabelecido na legislação tributária estadual, a GIA-Guia de Informações e Apuração do ICMS, e/ ou de notas fiscais destinadas à apuração do índice de retorno do Fundo de Participação dos Municípios;

g) consignar em documento fiscal importância inferior ao efetivo valor da operação;

h) deixar de acatar intimação para apresentação de livros, registros eletrônicos e/ou documentos de interesse da Fiscalização, necessários à instrução do processo de apuração do ISS;

i) deixar de publicar em jornal de circulação no Município, ou de comunicar, acompanhado de Boletim de Ocorrência Policial (BO) ao Órgão Fazendário, dentro de 30 (trinta) dias do fato, a ocorrência de

extravio, furto, roubo, e/ou destruição por qualquer sinistro, de livros, registros, comprovantes ou outros documentos de natureza fiscal;

j) não solicitar, antes do evento, pedido de liberação de espetáculo de diversões públicas;

k) o responsável pelos serviços de contabilidade, que em suas atividades, por quaisquer meios, promover alterações inadequadas de enquadramentos fiscais, ou em modalidade de regime tributário do simples nacional, que resultem na diminuição do montante de tributos, próprios ou terceiros, sem prejuízo das cominações legais pertinentes.

l) o estabelecimento gráfico imprimir Nota Fiscal de Serviço ou documento de natureza fiscal equivalente sem a prévia autorização do Fisco Municipal;

m) utilizar-se ou possuir documentos fiscais com numeração ou seriação paralela;

n) emitir documento fiscal declarado extraviado ou inutilizado;

o) emitir documento fiscal fora do prazo estipulado.

IV - com exceção do disposto no inciso V, infra, penalidade em valor igual a 100% (cem por cento) do tributo apurado e devido, monetariamente corrigido, ou, em não sendo este possível de apuração, valor igual a 20 (vinte) URM, quando praticar atos que evidenciem falsidade e manifesta intenção dolosa ou má fé, objetivando sonegação por meio de:

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

a) omissão de informação, ou prestação de declaração falsa à Autoridade Fazendária;

b) informação falsa ou inexata na Declaração do ISS, com finalidade de enquadramento indevido em regime de isenção tributária do ISS;

c) falsificação, ou alteração de contrato, ou de valor consignado em documento fiscal diferente entre a 1ª e outra(s) via(s) de operação tributável pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS;

d) recusa de exibição, quando solicitado pelo Fisco, de documentos, ou outros comprovantes de interesse fiscal, necessários à apuração de atos ou fatos jurídicos geradores de obrigação tributária, principal ou acessória;

e) realização no território do Município de operações tributáveis pelo ISS por meio de estabelecimento clandestino ou sem inscrição na Fazenda Municipal, sem recolhimento do imposto devido neste.

V - de importância correspondente ao valor de 3 (três) URM quando deixar de emitir, por qualquer meio, a Nota Fiscal de Serviço, decorrente de operações tributáveis pelo ISS.

VI - importância equivalente a 9 (nove) URM, quando a atividade estiver prevista na obrigatoriedade de adoção de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, deixar de aderir ao correspondente programa sem fundamentada justificativa em ato formal, oficialmente reconhecido pela Fazenda Municipal.

VII - de 20 (vinte) URM, na falsificação de ingressos, omissão de declaração de receitas tributáveis ou sempre que se verificar fraude, dolo ou má fé, no caso de prestação de serviços de jogos e diversões públicas.

VIII - valor do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISS, retido na fonte e não recolhido aos cofres públicos na seguinte proporção:

a) equivalente a 20% (vinte por cento) do primeiro dia até 45 (quarenta e cinco) dias do prazo estipulado no inciso II do artigo 360;

b) 50% (cinquenta por cento) após o prazo de 45 dias, estipulado no inciso II do artigo 360; em ambas as situações serão acrescidas das demais onerações de mora de que trata o artigo 156.

IX - importância equivalente a 0,5 (zero vírgula cinco) do valor da Nota Fiscal Eletrônica no caso de solicitação de cancelamento de NFS-e após o décimo dia do mês subsequente ao da sua emissão.

X - Aplicar-se-á a multa de 10 (dez) URM sempre que for constatado pelo Fisco inconsistência na escrituração da NFS-e, entre o valor do imposto devido, o item da lista ou código da natureza da operação.

§1º Além da penalidade prevista e incorrida na alínea "i", do Inciso III, será aplicada a multa cumulativa de 0,5 (zero vírgula cinco) URM por Nota Fiscal de Serviço, até o máximo de 5000 (cinco mil) documentos, quando extraviada, furtada, roubada ou perdida de algum modo, que se refira à prestação de serviços tributáveis pelo ISS.

§2º A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica "NFS-e" de que tratam o Inciso I e § 7º do artigo 364 e inciso I do artigo 365, desta Lei, é o documento emitido e armazenado eletronicamente e, de acordo com o

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

seu regulamento, é de adoção obrigatória para todos os contribuintes relacionados em Decreto.

§3º Quando o contribuinte estiver sujeito a exigências simultâneas e não excludentes, a penalidade será aplicada pela infração de maior valor.

§4º As penalidades relativas às infrações da legislação Municipal, prevista nas disposições do artigo 150, incisos e parágrafos desta Lei, serão aplicadas a razão de 90% (noventa por cento) para os MEI e de 50% (cinquenta por cento) para as microempresas ou empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, de acordo com o comando legal contido na Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

§5º As reduções de que trata o parágrafo anterior não se aplicam na hipótese de fraude, resistência ou embaraço à fiscalização e/ou ausência de pagamento da multa no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação.

Art.151. A multa de que trata o inciso VIII, do artigo anterior é autoaplicável; em sendo constatada, por ação fiscal, a falta da retenção ou do recolhimento do ISS retido, ou, ainda, de recolhimento fora do prazo, aplicar-se-á ao responsável o lançamento, cumulativo, das demais cominações cabíveis.

Art.152. Apurando-se, numa mesma ação fiscal, a prática de infração por mais de um sujeito passivo, caberá a aplicação de penalidades a todos os envolvidos.

Art.153. Na reincidência de quaisquer das infrações cometidas, sempre que constatada, as penalidades previstas serão aplicadas em dobro.

Parágrafo único. Constitui reincidência a repetição da mesma infração, pela mesma

pessoa física ou jurídica, quando praticada em tempo inferior a 2 (dois) anos.

Art.154. Eventual modificação de entendimento jurídico-tributário que, necessariamente não decorra de Lei e que represente maior ou nova oneração ao contribuinte, será comunicada por meio de orientação fiscal formal ou oficialmente publicada na imprensa local.

Art.155. Em se tratando de lançamento por Auto de Infração de débito tributário de pessoa jurídica optante do Simples Nacional, o valor não pago até a data do vencimento sujeitar-se-á à incidência de penalidade pecuniária e onerações de mora na forma prevista na legislação do Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

Art.156. Sem prejuízo da atualização monetária e dos juros moratórios, segundo o previsto nesta Lei, a falta de recolhimento dos tributos no prazo regulamentar constitui infração tributária e implicará na aplicação das seguintes penalidades:

I - quando o pagamento do ISS for efetuado antes da ação fiscal, na forma do disposto do artigo 65 desta Lei Complementar;

II - quando o lançamento for efetuado em decorrência de ação fiscal (Auto de Infração e Notificação de Lançamento Tributário) do ISS, multa pecuniária de 30% (trinta por cento) sobre o valor do tributo devido, monetariamente atualizado, não pago ou pago a menor.

Parágrafo único. O valor da multa pecuniária referida no inciso II, deste

artigo, será reduzido em 50% (cinquenta por cento), se recolhido pelo valor total do lançamento tributário, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da ciência da Notificação ou da lavratura do Auto de Infração e, em 20% (vinte por cento), se recolhido integralmente, dentro de 30 (trinta) dias após a decisão indeferitória de Primeira Instância.

Art.157. No cálculo dos juros e das penalidades moratórias, as frações inferiores à centésima parte do Real (R\$) serão arredondadas para a unidade imediatamente superior.

Art.158. Procedimentos de inscrição, alteração de dados e de baixa, quando realizados de ofício, não eximem o contribuinte do pagamento da multa decorrente de sua omissão.

Seção III

Da Proibição de Transacionar com a Administração Municipal

Art.159. Os contribuintes que se encontrarem em débito para com a Fazenda Pública Municipal, bem como inscritos em cadastros informativos municipais, não poderão dela receber as quantias ou créditos de qualquer natureza, nem participar de licitações públicas ou administrativas para fornecimento de materiais ou equipamentos, ou realização de obras e prestações de serviços para a Administração Municipal, bem como gozarem de quaisquer benefícios fiscais.

Parágrafo único. A proibição a que se refere este artigo não se aplicará quando, sobre o débito ou a multa, houver recurso administrativo ainda não decidido definitivamente.

Seção IV

Da Suspensão ou Cancelamento de Benefícios

Art.160. Poderão ser suspensas ou canceladas as concessões outorgadas aos contribuintes para se eximirem de pagamento total ou parcial de tributos, na hipótese de infringência à legislação tributária pertinente.

Parágrafo único. A suspensão ou cancelamento será determinado pelo Secretário Municipal da Fazenda, ouvida a Procuradoria Jurídica do Município.

Seção V

Da Sujeição ao Regime Especial de Fiscalização

Art.161. Poderá ser aplicada a pena de sujeição ao regime especial de fiscalização e pagamento, sem prejuízo das multas e demais penalidades, ao contribuinte que:

- I - apresentar indício de omissão de receita;
- II - tiver praticado sonegação fiscal;
- III - houver cometido crime contra a ordem tributária;
- IV - reiteradamente viole a legislação tributária.

Art.162. Constitui indício de omissão de receita, podendo esta ser arbitrada ao amparo do artigo 51 e na forma do disposto nos artigos 351 a 355, desta Lei Complementar:

- I - qualquer entrada registrada de numerário, de origem não comprovada por documento hábil;
- II - a escrituração de suprimentos sem documentação hábil, idônea ou coincidente, em datas e valores, com as importâncias entregues pelo supridor, ou sem comprovação de

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

disponibilidade financeira deste;

III - a ocorrência, na contabilidade, de saldo credor nas contas do ativo circulante ou do realizável;

IV - a efetivação de pagamento sem a correspondente disponibilidade financeira;

V - qualquer irregularidade verificada em máquina registradora utilizada pelo contribuinte, ressalvada a hipótese de defeito mecânico, devidamente comprovado por oficina credenciada.

Art.163. Sonegação fiscal é a ação ou omissão dolosa, fraudulenta ou simulatória do contribuinte, com ou sem concurso de terceiro em benefício deste ou daquele:

I - tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o conhecimento por parte da autoridade fazendária:

a) da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, sua natureza ou circunstâncias materiais;

b) das condições pessoais do contribuinte, suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou crédito tributário correspondente.

II - tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou a evitar ou diferir o seu pagamento.

Art.164. Enquanto perdurar o regime especial, o sistema de emissão de notas fiscais de serviços, pelo meio eletrônico ou por blocos de notas fiscais, e tudo o mais que for destinado ao registro de operações, tributáveis ou não, serão objeto de prévia inspeção e controle pela Autoridade Fiscal incumbida da aplicação do regime especial, antes de serem utilizados pelos

contribuintes.

§1º O regime especial poderá consistir no acompanhamento, por Fiscais Tributários, das atividades do contribuinte no seu estabelecimento, ou no local das suas operações de serviço, por prazo não inferior a 10 (dez) dias, nem superior a 60 (sessenta) dias.

§2º Será permitida a manutenção do regime especial por prazo superior ao fixado neste artigo, desde que persistam os motivos que o determinaram.

Art.165. O Secretário Municipal da Fazenda deverá baixar instruções complementares que se fizerem necessárias sobre a modalidade da ação fiscal e a rotina de trabalho indicadas em cada caso, na aplicação do regime especial.

CAPÍTULO II DOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

Seção Única Dos Crimes e infrações Praticados por Particulares

Art.166. A constatação de indícios de cometimento de crimes contra a ordem tributária, quando apurados pela Fiscalização Tributária, deverá ser comunicada à autoridade policial competente e/ou ao Ministério Público.

Parágrafo único. Na ausência de disposição expressa em Lei Municipal quanto à representação fiscal para fins penais, adota-se a legislação federal pertinente.

Art.167. Qualquer pessoa poderá provocar a iniciativa da Fiscalização

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

Tributária quanto a infrações, fornecendo-lhe por escrito informações sobre o fato e a autoria, bem como indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

CAPÍTULO III DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Seção I Do Procedimento Administrativo Fiscal

Art.168. O procedimento administrativo fiscal compreende o conjunto dos seguintes atos e formalidades:

I - atos:

- a) fiscalização;
- b) apreensão;
- c) suspensão ou interdição.

II - formalidades:

- a) Termo de Intimação para quaisquer providências de ordem fiscal ou tributária;
- b) Mandado de Fiscalização;
- c) Termo de Início de Fiscalização;
- d) Termo de Retirada/Entrega de Documentos ou Bens;
- e) Termo de Apreensão de documentos, objetos ou mercadorias, nacionais ou estrangeiras;
- f) Auto de Infração/Notificação do Lançamento;
- g) Termo de Encerramento Fiscal;
- h) Relatório interno de Fiscalização;
- i) Termo de Diligência Fiscal;
- j) Termo de Sujeição ao Regime Especial de Fiscalização;

k) Notificação de Lançamento;

l) outros atos formais, diante das suas circunstâncias.

Subseção I Do Poder de Fiscalizar

Art.169. A fim de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis e de determinar com precisão a natureza e o montante dos créditos tributários, o Fisco Municipal poderá:

I - exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que constituem ou possam constituir fato gerador de obrigação tributária;

II - fazer inspeção, vistoria, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde sejam exercidas atividades passíveis de tributação ou nos bens e serviços que constituam matéria tributável;

III - exigir informações escritas ou verbais;

IV - intimar o contribuinte ou responsável para que compareça ao Órgão Fazendário;

V - requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial, quando indispensável à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos bens e documentação dos contribuintes e responsáveis.

Subseção II Dos Autos e Termos de Fiscalização

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Art.170. Quanto aos Autos e Termos de Fiscalização, estes serão impressos, com espaços a serem preenchidos, ou editados por meios informatizados e, quando necessário, numerados, em 03 (três) ou mais vias e conterão, entre outros, os seguintes elementos e informações:

I - identificação completa do contribuinte;

II - nome empresarial, segundo Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou da Junta Comercial, ou quem de direito, em se tratando de pessoas jurídicas;

III - nome pessoal, em se tratando de pessoa física;

IV - domicílio fiscal e/ou tributário, podendo este coincidir com a residência do contribuinte, em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI, ou de pessoa física que exerça trabalho pessoal de forma autônoma;

V - atividade econômica, com a indicação na lista de serviços de que trata a legislação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISS, em sendo o caso;

VI - número de inscrição nos cadastros do Município e do Ministério da Fazenda, se o tiver;

VII - indicação do local, data e hora da lavratura.

§1º Os Autos e Termos, sempre que possível, farão referência aos documentos de fiscalização, direta ou indiretamente, relacionados com o procedimento adotado.

§2º Se o responsável, representante ou seu preposto, não puder ou não quiser assiná-los, certificar-se-á tal circunstância, colhendo-se a assinatura do autuante e de testemunhas.

§3º A assinatura do autuado não constitui formalidade essencial à sua validade; sua

existência não implica confissão ou concordância, nem a recusa determina ou agrava a pena.

§4º As omissões ou incorreções não acarretarão nulidades, desde que no procedimento constem elementos necessários e suficientes para a identificação dos fatos.

§5º A determinação do dispositivo infringido, o enquadramento da infração, o valor da penalidade proposta e a identificação do infrator são condições obrigatórias quando da lavratura do Auto de Infração/Notificação do Lançamento, Termo de Intimação e do Auto de Apreensão.

Art.171. Os Autos e Termos, sempre que necessário, serão lavrados cumulativamente, pela Autoridade Fiscal, com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras e sua ciência será efetivada:

I - pessoalmente, com entrega de cópia do Auto ou Termo ao contribuinte responsável, seu representante ou preposto, mediante assinatura de recebimento ou, no caso de recusa, certificado pelo Agente encarregado do procedimento;

II - por carta, acompanhada de cópia com aviso de recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio;

III -por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, quando resultarem improficuos os meios referidos nos incisos I e II deste artigo, ou for desconhecido o domicílio tributário do contribuinte.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

IV -por meio eletrônico, quando autorizado expressamente pelo contribuinte.

Art.172. O Secretário Municipal da Fazenda poderá instituir normas complementares ao procedimento de que trata esta subseção.

Parágrafo único. Para os fins deste Código, considera-se notificação, a comunicação feita ao sujeito passivo de atos e procedimentos administrativos; e intimação, a determinação para fazer ou deixar de fazer alguma coisa.

Subseção III Da Apreensão

Art.173. O Agente do Fisco apreenderá bens e documentos, inclusive objetos e mercadorias, livros, notas e quaisquer outros papéis, fiscais ou não fiscais, desde que constituam prova material de infração à legislação tributária.

§1º Havendo prova, ou fundada suspeita, de que os bens e/ou documentos se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia será promovida a busca e apreensão judiciais, sem prejuízo de medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

§2º Quando se tratar de apreensão de mercadorias estrangeiras, sem procedência legal, esta será efetuada, liminarmente, em nome e ordem do Ministério da Fazenda, nos termos dos artigos 23 a 27 do Decreto-Lei Federal nº 1455/1976, e remetidas à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§3º Flagrada a existência de mercadoria estrangeira, de importação proibida ou contrabando, ocultada em fundo falso do veículo transportador, este será liminarmente apreendido, juntamente com as mercadorias em nome do Ministro da Fazenda, de acordo com os artigos 104 e 105 do Decreto-Lei nº 37/1966 e, a seu

transportador, dar-se-á voz de prisão, pelo crime de contrabando, com imediata apresentação à Polícia Federal, para a instauração do competente inquérito policial.

Art.174. Cópia da documentação apreendida poderá, a requerimento do autuado, ser entregue a este, ficando no processo os documentos originais, como prova do ilícito material.

Parágrafo único. São aproveitáveis quaisquer documentos, ainda que cópias, quando constituírem prova material de cometimento de ilícito fiscal ou tributário.

Art.175. Ressalvado o disposto nos §§ 2º e 3º do artigo 173, os bens ou mercadorias apreendidas serão restituídos, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada pela autoridade competente, ficando retidas, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

Parágrafo único. As quantias exigíveis serão arbitradas, levando-se em conta os custos da apreensão, transporte e depósito.

Art.176. Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para liberação dos bens apreendidos, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados à hasta pública.

§1º Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, a hasta pública poderá se realizar a partir do próprio dia da apreensão.

§2º Apurando-se, na venda, importância superior aos tributos,

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

multas, acréscimos e demais custos resultantes da apreensão e da realização da hasta pública, será o autuado informado, no prazo de 05 (cinco) dias, para receber o valor excedente a que lhe cabe.

§3º Prescreve em 01 (um) mês o direito de retirar o saldo dos bens levados a hasta pública ou leilão.

§4º Decorrido o prazo prescricional, o saldo será convertido em renda eventual.

Art.177. Não havendo licitante, os bens apreendidos de fácil deterioração ou de diminuto valor serão destinados, pelo Prefeito, as instituições de caridade, observadas, neste particular, as demais disposições do Código de Posturas do Município.

Parágrafo único. Aos demais bens, após 60 (sessenta) dias, a administração dará destino que julgar conveniente, sob motivação.

Art.178. Salvo disposição em contrário, a data de realização da hasta pública, ou leilão, será anunciada com antecedência mínima de 10 (dez) dias, mediante publicação de edital, afixado em lugar público, se conveniente, em imprensa oficial ou jornal de grande circulação, observando-se as regras definidas para a publicação dos atos administrativos em geral.

Parágrafo único. Os bens levados à hasta pública ou leilão serão escriturados em registro próprio, mencionando-se as suas identificações, avaliações e os preços de arrematação.

Subseção IV Das Formalidades do Procedimento Fiscal

Art.179. Considera-se iniciado o procedimento fiscal com a lavratura das correspondentes formalidades necessárias, previstas no inciso II, do artigo 168.

Art.180. Iniciada a fiscalização ao contribuinte, terão os agentes fazendários o prazo de 90 (noventa) dias para concluí-la, salvo quando esteja ele submetido a regime especial de fiscalização.

Parágrafo único. Havendo justo motivo, o prazo referido no parágrafo anterior poderá ser prorrogado mediante despacho do titular da Fazenda Municipal pelo período por este fixado.

Art. 181. Considerar-se-á encerrado o processo fiscal quando o contribuinte pagar o tributo, não cabendo posterior impugnação ou recurso.

Art.182. O Termo de Intimação conterá:

I - a relação de documentos solicitados, a indicação da irregularidade encontrada, a ordem a ser cumprida e as providências a cargo do sujeito passivo;

II - tipo de esclarecimento a ser prestado e/ou a decisão fiscal fundamentada;

III - a fundamentação legal;

IV - a indicação da penalidade cabível, em caso de descumprimento;

V - o prazo de até 20 (vinte) dias para atendimento do objeto da intimação.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

§1º Não caberá Intimação, devendo o contribuinte ser imediatamente autuado:

I - quando houver provas de tentativa para eximir-se ou furtar-se do pagamento do tributo;

II - quando for manifesto o ânimo de sonegar.

§2º Não caberá nova intimação do não acatamento dos termos ou prazos estipulados na intimação, devendo a Fiscalização dar início a procedimento de ofício, com a lavratura do correspondente Auto de Infração e Notificação do Lançamento Fiscal da multa e/ou do tributo incorrido.

Art.183. O Mandado de Fiscalização conterá:

I - a numeração de identificação e controle;

II - os dados identificadores do contribuinte;

III - a natureza do procedimento fiscal a ser executado (fiscalização ou diligência);

IV - o prazo para a realização do procedimento fiscal;

V - o nome e a matrícula do fiscal responsável pela execução do mandado;

VI - o nome, a matrícula e o registro de assinatura eletrônica da autoridade outorgante e, na hipótese de delegação de competência, a indicação do respectivo ato;

VII - o tributo objeto do procedimento fiscal.

Parágrafo único. A Autoridade Fiscal terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento do mandado, para abertura do processo de fiscalização.

Art.184. O Termo de Início de Fiscalização (Ação Fiscal) conterá:

I - a data de início da ação e/ou levantamento homologatório;

II - o período a ser fiscalizado;

III - a relação de documentos solicitados;

IV - capitulação legal;

V - o prazo previsto para o término do levantamento e devolução dos documentos.

Art.185. O Termo de Retirada/Entrega de documentos do estabelecimento do contribuinte é o procedimento formal aplicável pela fiscalização, visando à inspeção dos mesmos na Repartição e observará:

I - a rigorosa descrição dos documentos retirados/entregues pelo contribuinte;

II - a fixação do prazo para devolução, podendo este ser prorrogado, como medida acautelatória dos interesses da Fazenda Municipal;

III - citação expressa do dispositivo legal;

IV - a ciência de ambas as partes.

Art.186. O Termo de Apreensão conterá:

I - relação pormenorizada dos bens e/ou documentos apreendidos;

II - citação expressa do dispositivo legal violado;

III - indicação, em sendo o caso, do lugar onde ficarão depositados, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

próprio detentor, se for idôneo, ou a juízo do fisco, sob guarda terceirizada;

IV - indicação expressa do compromisso de fiel depositário dos bens.

Art.187. O Auto de Infração conterà o Termo de Constatação pelo qual serão mencionadas as irregularidades encontradas e enumerará os fatos e circunstâncias que possam esclarecer a ocorrência e embasar a ação fiscal, indicando ainda:

I - o enquadramento à legislação de regência;

II - a citação expressa do dispositivo legal infringido;

III - a tipificação da infração e a penalidade aplicada;

IV - o valor do tributo, o valor da penalidade proposta, a notificação do lançamento e intimação para recolhimento e sobre o direito de defesa, citando o prazo, a contar da data da ciência pelo sujeito passivo;

V - nome e assinatura da Autoridade incumbida da ação fiscal, do responsável, representante ou preposta do sujeito passivo.

Art.188. Lavrar-se-á Auto de Infração quando o contribuinte se recusar a tomar conhecimento da Notificação do Lançamento Fiscal.

Art.189. O Termo de Encerramento, além da identificação do contribuinte fiscalizado e da matrícula do Servidor Fiscal, conterà:

I - o(s) tributo(s) fiscalizado(s);

II - o período abrangido pela fiscalização;

III - a homologação dos lançamentos, quando for o caso;

IV - descrição das formalidades decorrentes;

V - data de encerramento da ação fiscal;

VI - outras informações peculiares ao procedimento.

Art.190. O Relatório Interno de Fiscalização conterà a descrição pormenorizada dos atos e fatos relevantes ocorridos no procedimento de fiscalização e presentes no levantamento fiscal que deram origem ao lançamento tributário, à multa pecuniária, à base de cálculo, à alíquota aplicada, às onerações e, quando for o caso, à motivação e aos critérios que levaram a eventual elaboração de arbitramento, fixação de estimativa e homologação de lançamento.

Art.191. O Termo de Diligência Fiscal conterà:

I - a descrição do fato que motivou a diligência;

II - a descrição circunstanciada dos atos e fatos ocorridos na verificação;

III - a citação expressa do dispositivo legal;

IV - laudo de vistoria, quando necessário.

Art.192. O Termo de Sujeição ao Regime Especial de Fiscalização conterà:

I - a descrição do fato que ocasionar o regime;

II - a citação expressa do dispositivo legal;

III - as prescrições fiscais a serem cumpridas pelo contribuinte;

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

IV - o prazo de duração do regime.

Art.193. A Notificação do Lançamento é a formalização pela qual o contribuinte é instado a pagar crédito tributário constituído em seu nome, sendo condição de eficácia do ato administrativo, contendo os seguintes requisitos:

I - a qualificação do notificado;

II - o valor do crédito tributário e o prazo para recolhimento ou impugnação;

III - descrição do fato que motivou a notificação e a indicação do dispositivo legal infringido, quando couber;

IV - a que se refere o lançamento (tributário - espécie de tributo, ou não-tributário), e o valor lançado da multa, quando houver;

V - o enquadramento legal do lançamento do débito e da penalidade pecuniária, se houver;

VI - a assinatura e matrícula funcional do notificante.

§1º Do levantamento do débito apurado, o contribuinte será Notificado do Lançamento Fiscal e intimado para, no prazo de 20 (vinte) dias da ciência da intimação, regularizar sua situação ou apresentar proposta de regularização, perante o Fisco Municipal; na falta de atendimento de quaisquer uma das hipóteses, lavrar-se-á Auto de Infração, de que trata o art. 187, desta lei.

§2º Considera-se convencido do débito fiscal, o contribuinte que pagar o tributo mediante Notificação de Lançamento Fiscal da qual não caiba recurso ou defesa.

CAPÍTULO IV DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Seção I

Das Disposições Preliminares

Art.194. Considera-se Processo Contencioso Administrativo Tributário o conjunto de atos necessários a solução, na instância administrativa, de litígio referente a aplicação ou interpretação da legislação tributária.

Art.195. Ao contribuinte ou interessado é facultado apresentar:

I - defesa;

II - impugnação;

III - recurso;

IV - consulta.

Parágrafo único. Consideram-se interessados no Processo Contencioso Administrativo Tributário:

I - aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser proferida;

II - as pessoas, organizações e associações regularmente constituídas, no tocante aos direitos e interesses coletivos ou difusos e que demonstrem o interesse legítimo na resolução do litígio.

Seção II

Das Disposições Gerais

Subseção I Da Instauração

Art.196. O Processo Contencioso Administrativo Tributário será instaurado por petição do contribuinte ou interessado, que demonstrar interesse e legitimidade

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

na solução de litígio referente à aplicação ou interpretação da legislação tributária.

Art.197. A petição de que trata esta subseção e os documentos que a acompanham serão recebidos no Setor de Protocolo da Secretaria da Fazenda.

Art.198. O servidor que receber a petição certificará a data de recebimento, numerará e rubricará as folhas dos autos e o encaminhará ao órgão julgador para a devida instrução e posterior julgamento.

Subseção II Da Petição

Art.199. A petição inicial do Processo Contencioso Administrativo Tributário conterà as seguintes indicações:

- I** - a autoridade a quem é dirigida;
- II** - nome, denominação ou razão social do interessado ou de quem o represente;
- III** - número de inscrição no Cadastro Econômico do Município além do nº do CPF ou CNPJ;
- IV** - domicílio tributário, residência, endereço eletrônico e telefone;
- V** - a pretensão e seus fundamentos, assim como declaração do montante que entende devido, quando a dúvida ou o litígio versar sobre valores;
- VI** - as diligências pretendidas, expostos os motivos que as justifiquem;
- VII** - data e assinatura do requerente ou de seu representante legalmente habilitado.

§1º A petição deverá atacar expressamente o ato que ensejar a irrisignação, sendo vedada a cumulação de pedidos diversos.

§2º É vedada à Administração a recusa imotivada do pedido, devendo o julgador determinar que o postulante complemente

a petição no prazo de 10 (dez) dias, sempre que esta apresentar defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento do mérito, sob pena de indeferimento.

Subseção III Dos Prazos

Art.200. Os prazos aplicáveis ao Processo Contencioso Administrativo Tributário serão contínuos, excluindo-se, em sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos somente se iniciam e se vencem em dia de expediente normal da Prefeitura Municipal ou estabelecimento de crédito, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil seguinte.

Art.201. Não havendo determinação em lei, será de 20 (vinte) dias o prazo para conclusão de diligências e esclarecimentos que se fizerem necessários no curso do Processo Contencioso Administrativo Tributário.

Subseção IV Da Competência

Art.202. O julgamento dos processos contenciosos administrativos tributários compete:

- I** - em primeira instância, ao Secretário Municipal da Fazenda;
- II** - em segunda instância, ao Chefe do Poder Executivo ou ao Conselho Municipal de Contribuintes quando este for criado.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Art.203. As autoridades julgadoras administrativas são incompetentes para:

I - declarar a inconstitucionalidade da legislação tributária;

II - dispensar, por equidade, o cumprimento da obrigação tributária.

Subseção V Das Nulidades dos Atos Processuais

Art.204. São nulos:

I - os atos e termos lavrados por pessoa incompetente;

II - os despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa.

§1º A nulidade do ato não alcança os atos posteriores, salvo quando dele dependam ou decorram.

§2º Na declaração de nulidade, a autoridade dirá os atos alcançados, e determinará as providências necessárias ao prosseguimento ou solução do processo.

§3º Quando puder decidir do mérito a favor da parte a quem aproveite a declaração de nulidade, a autoridade julgadora não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou supri-lhe a falta.

Art.205. Quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o julgador considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

Art.206. As irregularidades, incorreções e omissões diferentes das referidas no artigo anterior não importarão em nulidade e serão sanadas quando resultarem em prejuízo para o sujeito passivo, salvo se este lhes houver dado causa, ou quando não implicarem na solução do litígio.

Art.207. A nulidade será declarada pela autoridade competente para praticar o ato ou julgar a sua legitimidade.

Seção III Da Defesa

Art.208. É lícito ao contribuinte apresentar Defesa contra quaisquer medidas de fiscalização anteriores ao lançamento do crédito tributário ou não tributário e suas respectivas penalidades, no prazo de 20 (vinte) dias contados da data da ciência da intimação.

Art.209. A Defesa, formulada por petição, observado o disposto no artigo 199, será dirigida à autoridade julgadora de Primeira Instância.

Art.210. Na Defesa, o interessado poderá alegar toda a matéria que entender útil, anexando as provas que entender necessárias.

§1º Não se conhecerá da Defesa apresentada fora do prazo legalmente concedido para tanto.

§2º Defesas fiscais não relacionadas a assuntos tributários serão dirigidas ao setor competente da Administração, responsável pela respectiva fiscalização e autuação.

Art.211. Não caberá o instrumento da Defesa contra créditos tributários ou não tributários, e suas respectivas penalidades, que já tenham sido lançados.

Art.212. A Defesa terá efeito suspensivo, salvo na hipótese de manifesto intento protelatório.

Seção IV Da Impugnação

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Art.213. O contribuinte que não concordar com o lançamento de créditos tributários ou não tributários e suas respectivas penalidades poderá, por petição, independentemente de prévio depósito, impugná-los nos seguintes prazos:

I - 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil após a ciência da notificação e, quando notificados por edital, terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar do primeiro dia útil após a publicação, nos casos de lançamento da contribuição de melhoria;

II - 20 (vinte) dias a contar do primeiro dia útil após a ciência da notificação de lançamento mediante Auto de Infração;

III - até a data do vencimento da primeira parcela nos casos de Imposto sobre Serviços (ISS-fixo), do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Urbanos;

IV - até a data do vencimento do Imposto Sobre Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis ou Direitos a eles Relativos (ITBI).

V - 20 (vinte) dias a contar do primeiro dia útil após a ciência da notificação de lançamento, para os demais créditos.

VI - no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas antes do evento, acompanhado da justificativa, no caso de estimativa de base cálculo para atividade exercida em caráter provisório.

Art.214. A impugnação, que terá efeito suspensivo, compõe a fase contraditória do procedimento.

Art.215. A Impugnação mencionará:

I - a autoridade julgadora a quem é dirigida;

II - a qualificação do impugnante;

III - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;

IV - os pontos de discordância e as razões e provas que possuir;

V - as diligências, ou perícias que o impugnante pretenda que sejam efetuadas, expostos os motivos que as justifiquem com a formulação dos quesitos referentes aos exames desejados, assim como, no caso de perícia, o nome, o endereço e a qualificação profissional do seu perito.

§1º Quando a matéria impugnada já tiver sido submetida à apreciação judicial, a Impugnação deverá ser juntada cópia autenticada da decisão.

§2º Considerar-se-á não formulado o pedido de diligência ou perícia que deixar de atender aos requisitos previstos no inciso V deste artigo.

§3º Quando o impugnante alegar direito estadual, federal ou estrangeiro, provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o determinar o julgador.

§4º A prova documental será apresentada na Impugnação, precluindo o direito do impugnante fazê-la em outro momento processual, salvo se:

I - ficar demonstrada a impossibilidade de sua apresentação, por motivo de força maior;

II - se referir a fato ou a direito superveniente;

III - se destinar a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidas aos autos.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

§5º A juntada de documentos após o protocolo da Impugnação deverá ser requerida à autoridade julgadora, mediante petição em que se demonstre, com fundamentos, a ocorrência de pelo menos uma das condições previstas nos incisos do parágrafo anterior.

§6º Caso já tenha sido proferida a decisão, os documentos apresentados permanecerão nos autos para, se for interposto recurso, serem apreciados pela autoridade julgadora de segunda instância.

Art.216. Considerar-se-á não impugnada a matéria que não tenha sido expressamente ventilada pelo impugnante.

Art.217. Considera-se:

I - revel, o sujeito passivo que não apresentar no prazo legal, ou, ainda que no prazo, em órgão diverso do legalmente indicado, impugnação em primeira instância;

II - perempta, a impugnação quando não apresentada, apresentada fora do prazo legal ou, ainda que no prazo, em órgão diverso do indicado legalmente.

Parágrafo único. Compete ao Julgador de Primeira Instância declarar a revelia do sujeito passivo, quando este apresentar impugnação fora do prazo legal, ou, ainda que no prazo, em órgão diverso do legalmente indicado.

Art.218. A autoridade julgadora de Primeira Instância determinará de ofício ou quando requerido pelo impugnante, a realização de diligências ou perícias, se entendê-las necessárias, indeferindo as que considerar prescindíveis ou impraticáveis, observando o disposto no artigo 242.

§1º Deferido o pedido de perícia, ou determinada de ofício sua realização, a autoridade designará servidor para, como perito do Município, a ela proceder e

intimará o perito do sujeito passivo a realizar o exame requerido, cabendo a ambos apresentar os respectivos laudos em prazo que será fixado de acordo com o grau de complexidade dos trabalhos a serem executados.

§2º Os prazos para realização de diligência ou perícia poderão ser prorrogados, a critério da autoridade julgadora.

§3º Quando, em exames posteriores, diligências ou perícias, realizados no curso do processo, forem verificadas incorreções, omissões ou inexatidões de que resulte agravamento da exigência inicial, inovação ou alteração da fundamentação legal da exigência, será lavrado auto de infração ou emitida notificação de lançamento complementar, devolvendo-se, ao sujeito passivo, prazo para impugnação relativamente à matéria modificada.

§4º Do indeferimento do pedido de perícia ou quaisquer diligências não caberá recurso horizontal, devendo o interessado alegar a necessidade da medida pleiteada em preliminares de eventual recurso ao julgador de segunda instância que, deferindo, determinará a produção da prova ou realização da diligência e, após, proferirá o julgamento.

Seção V Dos Recursos

Subseção I Do Recurso Voluntário

Art.219. Enquanto não instituído o Conselho Municipal de Contribuintes ou órgão a ele equiparado, de que trata o artigo 249 e seu parágrafo único, das decisões de Primeira

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Instância caberá Recurso Voluntário ao Chefe do Poder Executivo.

Art.220. O prazo para apresentação de Recurso Voluntário será de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento da comunicação da decisão de Primeira Instância, e deverá ser instruído com a cópia da referida decisão e da comprovação da qualificação do recorrente.

Art.221. É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão ainda que versando sobre assunto da mesma natureza, ou referindo-se ao mesmo sujeito passivo.

Art.222. Enquanto não instituído o Conselho Municipal de Contribuintes, os Recursos Voluntários interpostos, depois de esgotado o prazo de 15 (quinze) dias, serão encaminhados à Procuradoria do Município, que, excepcionalmente, a seu critério, deles poderá tomar conhecimento, determinando o levantamento de perempção, nos casos em que esta tenha ocorrido, reconhecidamente, por motivo alheio à vontade dos interessados.

Art.223. Das decisões proferidas pela Segunda Instância Administrativa não caberá pedido de reconsideração.

Subseção II Do Recurso de Ofício

Art.224. Enquanto não instituído o Conselho Municipal de Contribuintes ou órgão a ele equiparado, de que trata o artigo 249 e seu parágrafo único, das decisões de Primeira Instância caberá Recurso de Ofício ao Chefe do Poder Executivo, sempre que a decisão for, no todo ou em parte, favorável ao sujeito passivo da obrigação tributária, salvo quando:

I - a importância pecuniária em discussão for inferior a 60 (sessenta) URM;

II - a decisão for fundada exclusivamente no reconhecimento de erro de fato;

III - a decisão se referir exclusivamente à obrigação acessória.

Art.225. Será facultado o Recurso de Ofício independentemente do valor fixado no artigo anterior, quando a autoridade julgadora de Primeira Instância, justificadamente, considerar decorrer do mérito interesse maior para a Fazenda Municipal.

Art.226. A autoridade julgadora que deixar de recorrer de ofício, quando cabível a medida, estará sujeita às sanções disciplinares cabíveis, sem prejuízo das sanções de natureza civil e criminal.

Seção VI Da Consulta

Art.227. Ao contribuinte ou responsável é assegurado o direito de efetuar consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que feita antes da ação fiscal e em obediência às normas estabelecidas nesta Lei.

Art.228. A consulta poderá ser formulada por:

I - sujeito passivo de obrigação tributária principal ou acessória; ou

II - entidade representativa de categoria econômica ou profissional.

§1º No caso de pessoa jurídica, a consulta será formulada pelo estabelecimento matriz.

§2º Não será admitida a apresentação de consulta formulada

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

por mais de um sujeito passivo em um único processo, ainda que sejam partes interessadas no mesmo fato, envolvendo a mesma matéria, fundada em idêntica norma jurídica.

§3º A consulta deverá ser formulada por escrito, dirigida à autoridade competente.

§4º A competência para concluir sobre as consultas de que trata este artigo é do Secretário da Fazenda, ouvida suas Assessorias Técnica e/ou Jurídica, quando for o caso.

Art.229. A consulta deverá atender aos seguintes requisitos:

I - identificação do consulente:

no caso de pessoa jurídica ou equiparada: nome, endereço, telefone, endereço eletrônico (e-mail ou Caixa Postal Eletrônica), cópia do ato constitutivo e sua última alteração, autenticada ou acompanhada do original, número de inscrição no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

no caso de pessoa física: nome, endereço, telefone, endereço eletrônico (e-mail ou Caixa Postal Eletrônica), atividade profissional, número de inscrição no CPF - Cadastro de Pessoas Físicas; identificação do representante legal ou procurador, acompanhada da respectiva procuração.

II - na consulta apresentada pelo sujeito passivo, declaração de que:

a) não se encontra sob procedimento fiscal iniciado ou já instaurado para apurar fatos que se relacionem com a matéria objeto da consulta;

b) não está intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta; e;

c) o fato nela exposto não foi objeto de decisão anterior, ainda não modificada,

proferida em consulta ou litígio em que foi parte o consulente;

III - circunscrever-se a fato determinado, conter descrição detalhada de seu objeto e indicação das informações necessárias à elucidação da matéria; e

IV - indicação dos dispositivos da legislação tributária que ensejaram a apresentação da consulta, bem como dos fatos a que será aplicada a interpretação solicitada.

Art.230. O consulente poderá ser intimado para apresentar outras informações ou elementos que se fizerem necessários à apreciação da consulta.

Art.231. Sempre que o órgão julgador receber consulta que verse sobre matéria já decidida, limitar-se-á a transmitir ao consulente o texto da resposta dada em hipótese precedente análoga, sem necessidade de nova decisão.

Art.232. A consulta eficaz, formulada antes do prazo legal para recolhimento de tributo, impede a aplicação de multa de mora e de juros de mora, relativamente à matéria consultada, a partir da data de sua protocolização até o 30º (trigésimo) dia seguinte ao da ciência, pelo consulente, da solução de consulta.

Parágrafo único. Quando a solução da consulta implicar pagamento, este deverá ser efetuado no prazo referido no *caput* ou no prazo normal de recolhimento do tributo, o que for mais favorável ao consulente.

Art.233. A consulta não suspende o prazo para recolhimento de tributo retido na fonte ou auto lançado,

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

antes ou depois de sua apresentação, nem para o cumprimento de outras obrigações acessórias.

Art.234. Os efeitos da consulta que se reportar a situação não ocorrida somente se aperfeiçoarão se o fato concretizado for aquele sobre o qual versara a consulta previamente formulada.

Art.235. Os efeitos da consulta formulada pela matriz da pessoa jurídica serão estendidos aos demais estabelecimentos.

Art.236. No caso de consulta formulada por entidade representativa de categoria econômica ou profissional em nome dos associados ou filiados, os efeitos da solução da consulta somente os alcançarão depois de cientificada a consulente.

Art.237. Nenhum procedimento fiscal será instaurado contra o sujeito passivo relativamente à espécie consultada, a partir da apresentação da consulta até o 30º (trigésimo) dia subsequente à data da ciência da solução da consulta.

Art.238. Não produz efeitos a consulta formulada:

I - por parte ilegítima;

II - com referência ao fato genérico, ou, ainda, que não identifique o dispositivo da legislação tributária sobre cuja aplicação haja dúvida;

III - por quem estiver intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta;

IV - sobre fato objeto de litígio, de que o consulente faça parte, pendente de decisão definitiva nas esferas administrativa ou judicial;

V - por quem estiver sob procedimento fiscal, iniciado antes de sua apresentação,

para apurar os fatos que se relacionem com a matéria consultada;

VI - quando o fato houver sido objeto de decisão anteriormente proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente, e cujo entendimento por parte da administração não tenha sido alterado por ato superveniente;

VII - quando o fato estiver disciplinado em ato normativo publicado na Imprensa Oficial antes de sua apresentação;

VIII - quando versar sobre constitucionalidade ou legalidade da legislação tributária;

IX - quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal de lei;

X - quando o fato estiver definido como crime ou contravenção penal;

XI - quando não descrever, completa e exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à sua solução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável, a critério da autoridade competente;

XII - sobre matéria estranha à legislação tributária.

Art.239. Homologada a solução da consulta, o consulente dela será notificado para dar cumprimento à eventual obrigação tributária principal ou acessória sem prejuízo de cominação ou penalidades.

Art.240. A resposta à consulta será vinculante para a Administração que deverá adotá-la em todos os seus efeitos, salvo se obtida mediante

elementos inexatos fornecidos pelo consulente.

Parágrafo único. A consulta será solucionada em instância única, não cabendo recurso nem pedido de reconsideração.

CAPÍTULO V DO JULGAMENTO DE PROCESSOS CONTENCIOSOS

Seção I Do Julgamento de Primeira Instância

Art.241. A petição poderá ser indeferida liminarmente, sem apreciação do mérito, quando:

- I - o pedido for intempestivo;
- II - o pedido for manifestamente protelatório, especialmente quando não apresentar divergência entre o lançamento e a legislação pertinente;
- III - for manifestamente inepta a petição ou a parte for ilegítima;
- IV - o representante do sujeito passivo deixar de fazer prova de sua capacidade;
- V - a dívida tiver origem em relação negocial e a irresignação não vier acompanhada do respectivo instrumento.

Parágrafo único. Considera-se inepta a petição quando:

- I - lhe faltar pedido ou causa de pedir;
- II - quando da narrativa dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;
- III - o pedido for juridicamente impossível.

Art.242. A autoridade julgadora, constatando divergência em matéria de fato, dará vista ao Fiscal autuante para que preste suas informações, no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Recebidas as informações, se a autoridade julgadora entender pela produção de provas técnicas para decidir matéria fática, poderá designar perito para realizá-la, fixando-lhe prazo não superior a 30 (trinta) dias para entrega do laudo, contado do recebimento dos quesitos das partes.

Art.243. Se o fundamento da irresignação versar apenas sobre matéria de direito e/ou o sujeito passivo desde logo anexar as provas documentais concernentes à sua irresignação, os autos serão preparados para o julgamento, após parecer técnico que analise as questões levantadas pelo contribuinte.

Art.244. Encerrada a fase instrutória, o Secretário Municipal da Fazenda proferirá decisão de Primeira Instância, devidamente fundamentada, aplicando, quando cabível, as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§1º A decisão deverá, sempre que possível, ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento do processo.

§2º Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior, sempre que se determinar a baixa do processo para diligência.

§3º Sempre que o Fisco juntar documentos novos será intimado o sujeito passivo ou interessado, sendo-lhe ofertada plena garantia para pronunciar-se sobre as provas anexadas.

§4º Nas decisões administrativas não serão apreciados questionamentos acerca da existência, capitulação legal, autoria, circunstâncias materiais, natureza e extensão dos efeitos já apreciados em decisão judicial definitiva, sem prejuízo da apreciação dos fatos conexos ou consequentes.

Art.245. Sempre que o órgão julgador de Primeira Instância constatar que o valor lançado está aquém do devido, diligenciará para que a autoridade lançadora o complemente mediante novo lançamento.

Art.246. Das decisões proferidas em Primeira Instância, será sujeito passivo ou interessado devidamente comunicado:

I - pessoalmente, por oposição da nota de ciência no processo;

II - pelo correio, com aviso de recebimento ou correio eletrônico, quando instituído;

III - pela publicação no Diário Oficial do Município.

Parágrafo único. A comunicação da decisão indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário à instância superior.

Art.247. Não sendo proferida decisão no prazo estipulado, nem baixado o processo em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se julgada procedente a ação fiscal ou improcedente a irresignação, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de Primeira Instância.

Art.248. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em Primeira Instância depois de transitadas em julgado, ou esgotado o prazo para o recurso em Segunda Instância administrativa.

Parágrafo único. Na hipótese de a impugnação ser julgada improcedente, os

tributos e penalidades impugnadas serão atualizadas monetariamente e acrescidos de multa e juros de mora, a partir da data dos respectivos vencimentos, quando cabíveis.

Seção II Do Julgamento de Segunda Instância

Art.249. O Conselho Municipal de Contribuintes-CMC, órgão administrativo colegiado, será criado por Lei e regulamentado por Decreto do Executivo e terá autonomia decisória nos julgamentos em Segunda Instância administrativa de recursos voluntários referentes a processos tributários, ou não, interpostos pelos contribuintes, ou pelo decisor de Primeira Instância.

Parágrafo único. Enquanto não instituído o Conselho Municipal de Contribuintes ou órgão a ele equiparado, as decisões de Segunda Instância caberão ao Chefe do Poder Executivo e serão definitivas e irrecorríveis na esfera administrativa.

Art.250. É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versarem sobre o mesmo assunto e alcançarem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas em um mesmo processo.

Art.251. Os recursos de ofício e voluntário poderão limitar-se à parte da decisão.

Parágrafo único. Na hipótese do *caput* deste artigo, poderá o crédito fiscal, em sua parte não recorrida, ser pago ou inscrito como Dívida Ativa para prosseguimento da cobrança, formando-se, se

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

necessário, outro processo com os elementos necessários à inscrição.

Art.252. Verificado nesta Instância que o valor lançado está aquém do devido, o julgador baixará o processo à origem para que a autoridade lançadora o complemente mediante novo lançamento.

Art.253. Aplicam-se ao julgamento de Segunda Instância, as disposições contidas na seção anterior.

Seção III

Da Execução das Decisões Definitivas

Art.254. As decisões definitivas serão cumpridas:

I - pela notificação do sujeito passivo e, quando for o caso, também do seu fiador, para, no prazo de 30 (trinta) dias, satisfazer ao pagamento do valor da condenação;

II - pela notificação do sujeito passivo para vir receber importância indevidamente paga;

II - pela liberação das coisas e documentos apreendidos e depositados, ou pela restituição do produto de venda, se houver ocorrido alienação;

III - pela imediata inscrição como dívida ativa, expedição da certidão para cobrança executiva extrajudicial ou judicial dos débitos a que se refere o inciso I, se não satisfeitos no prazo estabelecido.

Seção IV

Das Disposições Finais

Art.255. O Processo Contencioso Administrativo será regido pelas disposições desta Lei, aplicando-se, no que for omissivo, as disposições da Lei Federal nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, e suas alterações.

SEGUNDO LIVRO

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

TÍTULO I DO CADASTRO MUNICIPAL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Seção Única Das Disposições Gerais

Art.256. O Cadastro do Município compor-se-á pelo:

I - Cadastro Imobiliário Municipal;

II - Cadastro Informativo Municipal;

III - Cadastro Econômico Municipal;

IV - Cadastro Geral.

Art.257. A Secretaria da Fazenda organizará e manterá o Cadastro Municipal, o qual conterá os dados pertinentes à tributação podendo, quando necessário, instituir recadastramento, bem como outras modalidades de cadastramento de contribuintes, a fim de atender a organização fazendária dos tributos municipais.

Art.258. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a União, com os Estados e com os Municípios, bem como com suas Fundações e Autarquias, visando à mútua prestação de assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e à permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico.

CAPÍTULO II DO CADASTRO IMOBILIÁRIO

Seção I Da Finalidade

Art.259. O Cadastro Imobiliário Municipal tem por finalidade o registro das propriedades prediais e territoriais urbanas existentes, ou que vierem a existir no Município, bem como dos sujeitos passivos das obrigações que as gravam e dos elementos que permitam a exata apuração do montante dessa obrigação, no que se refere aos tributos municipais.

Parágrafo único. Não elide a obrigatoriedade do registro, a concessão da isenção ou o reconhecimento da imunidade.

Seção II Da Inscrição

Art.260. A inscrição das propriedades prediais e territoriais urbanas no Cadastro Imobiliário Municipal e suas alterações far-se-ão mediante preenchimento de formulário previamente aprovado pela Secretaria Municipal da Fazenda e será promovida:

- I** - pelo proprietário ou seu representante legal;
- II** - pelo titular do domínio útil ou pelo respectivo possuidor a qualquer título;
- III** - por quaisquer dos condôminos;
- IV** - pelo promitente comprador;
- V** - de ofício, com base em levantamento físico, quando ocorrer omissão das pessoas relacionadas nos incisos anteriores, ou obstáculos e restrições à atuação do agente fiscal ou cadastrador, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Parágrafo único. Aproveita ao requerente, para os fins deste artigo, o requerimento de "Habite-se", devendo o processo, em tal caso, ser encaminhado à Secretaria

Municipal da Fazenda para registro da alteração no Cadastro Imobiliário Municipal, acompanhado do Quadro de Áreas, aprovado junto ao projeto de construção.

Art.261. O pedido de inscrição ou alteração deverá estar acompanhado de:

I - matrícula do Registro de Imóveis atualizada do imóvel ou Escritura Pública;

II - documentos de identificação do proprietário, possuidor ou compromissário comprador da propriedade;

III - mapa de localização da propriedade, devidamente reconhecido pela Municipalidade.

IV - declaração dos serviços públicos e melhoramentos existentes nos logradouros em que se situa a propriedade;

V - memorial descritivo da área da propriedade territorial;

VI - declaração da área, características e tempo de vida da propriedade predial;

VII - declaração da utilização dada à propriedade;

VIII - declaração da existência, ou não, de passeios e muro em toda a extensão da testada;

IX - declaração do valor da aquisição;

X - outras informações de interesse fiscal constantes do Boletim de Informação Cadastral (BIC).

§1º A propriedade que se limitar com mais de um logradouro será

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

considerada como situada naquele em que a propriedade territorial apresentar testada de maior valor no Cadastro Imobiliário do Município.

§2º À petição mencionada neste artigo será anexada a planta da propriedade territorial, em escala que possibilite a perfeita identificação da situação.

§3º Em se tratando de área loteada, deverá a planta ser completa, em escala que permita a anotação dos desdobramentos, sendo discriminado o valor da aquisição, os logradouros, quadras e lotes, área total, áreas cedidas ao Patrimônio Municipal, áreas compromissadas e as áreas alienadas.

§4º As declarações mencionadas no *caput* constarão de formulário a ser disponibilizado pela Secretaria Municipal da Fazenda no momento do requerimento de inscrição ou alteração cadastral.

Art.262. O imóvel terá tantas inscrições quantas forem as unidades cadastrais distintas que o integram, observado o tipo de utilização.

§1º Quando houver mais de uma unidade autônoma no mesmo lote, a área do terreno pertencente a cada unidade será determinada calculando-se a fração ideal, conforme definido nesta Lei Complementar.

§2º Considera-se unidade autônoma o conjunto de edificações que atendam a mesma finalidade de utilização e estejam vinculadas ao mesmo sujeito passivo.

§3º Os imóveis localizados no perímetro urbano que, comprovadamente, tenham destinação concomitantemente agrícola e urbana, poderão ser desmembrados para fins tributários (em lotes), observada a sua destinação, ainda que pertencentes a proprietários distintos.

§4º Para fins cadastrais, na ausência de divisão física, a área de terreno a ser considerada como urbana deverá ser a resultante do produto da testada efetivamente ocupada para fins urbanos (ou no mínimo a profundidade modal - 30 metros) considerando a existência de edificações sobre a mesma.

Art.263. Aos imóveis de propriedade de pessoa jurídica de direito público, aplicam-se as mesmas disposições contidas nesta seção.

Art.264. Consideram-se documentos hábeis para fins de inscrição e ou alteração no Cadastro Imobiliário Municipal, desde que acompanhados da matrícula do Registro de Imóveis devidamente atualizada;

I - a escritura lavrada no Tabelionato de Notas, ainda que não registrada no Cartório de Registro de Imóveis;

II - o contrato de compra e venda, com a menção da matrícula do registro imobiliário, com as firmas devidamente reconhecidas;

III - o formal de partilha;

IV - as certidões relativas às decisões judiciais que impliquem transmissão de imóveis;

V - a carta de arrematação ou adjudicação;

VI - a guia paga do Imposto de Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis - ITBI.

Parágrafo único. O contrato de compra e venda, mencionado do inciso II deste artigo, servirá apenas para inclusão dos corresponsáveis,

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

permanecendo a inscrição principal em nome do titular que constar na escritura ou matrícula atualizada do Registro de Imóveis.

Art.265. Não serão levadas a efeito, as inscrições das propriedades sempre que os dados apresentados pelo requerente forem incorretos, incompletos ou inexatos.

Art.266. Os prédios ou ampliações não legalizadas ainda que executadas em desacordo com as normas urbanísticas serão inscritas apenas para efeitos fiscais.

Parágrafo único. A inscrição do imóvel no Cadastro Imobiliário Municipal, nas condições do *caput*, e os efeitos dela decorrentes não geram qualquer direito ao proprietário, ao titular do domínio útil ou ao possuidor a qualquer título e não exclui do Município o direito de exigir a adaptação das edificações às normas e prescrições legais ou a sua demolição, independentemente das sanções cabíveis.

Art.267. Serão obrigatoriamente comunicadas à Secretaria Municipal da Fazenda, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua ocorrência, as situações que possam, de qualquer maneira, alterar os registros constantes do Cadastro Imobiliário Municipal, tais como:

I - a alteração resultante da construção, aumento, reforma, reconstrução ou demolição;

II - o desdobramento ou englobamento de áreas;

III - a transferência da propriedade ou do domínio.

§1º Quando se tratar de alienação parcial será efetuada nova inscrição para a parte alienada, alterando-se a primitiva, nos termos da Lei de Parcelamento do Solo.

§2º Constitui dever do contribuinte manter atualizadas as informações referentes ao seu domicílio fiscal, perante o Cadastro Imobiliário do Município, constituindo, a sua inobservância, infração à legislação municipal e aplicação das multas cabíveis.

Art.268. Na inscrição da edificação ou terreno, serão observadas as seguintes normas:

I - quando se tratar de edificação:

a) com uma só entrada, pela face do quarteirão a ela correspondente;

b) com mais de uma entrada, pela face do quarteirão que corresponder à entrada principal e, havendo mais de uma entrada principal, pela face do quarteirão por onde o imóvel apresentar maior testada e, sendo estas iguais, aquela que o contribuinte declarar como principal.

II - quando se tratar de terreno:

a) com uma frente, pela face do quarteirão correspondente à sua testada;

b) interno, com mais de uma frente, pelas faces dos quarteirões que corresponderem às suas testadas, tendo como profundidade média uma linha imaginária equidistante destas;

c) de esquina, pela face do quarteirão de maior valor ou, quando os valores forem iguais, pelo logradouro que apresentar maior número de equipamentos urbanos;

d) encravado, pelo logradouro mais próximo ao seu perímetro.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Parágrafo único. O regulamento disporá sobre a inscrição das edificações com mais de uma entrada, quando estas corresponderem a unidades independentes.

Art.269. O contribuinte ou seu representante legal deverá comunicar, no prazo de 30 (trinta) dias, as alterações de que trata o artigo anterior, assim como, no caso de áreas loteadas, ou construídas, em curso de venda:

I - a indicação dos lotes ou de unidades prediais vendidas e seus adquirentes, mencionando o nome do comprador, endereço, os números da quadra e lotes, dimensões destes e os respectivos valores dos contratos;

II - as rescisões de contratos ou qualquer outra alteração.

§1º No caso de prédio ou edifício com mais de uma unidade autônoma, o proprietário ou o incorporador fica obrigado a apresentar perante o Cadastro Imobiliário Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do "Habite.se" a descrição de áreas individualizadas.

§2º O não cumprimento dos prazos previstos neste artigo ou informações incorretas, incompletas ou inexatas, que importem em redução da base de cálculo do imposto, determinarão a inscrição de ofício, considerando-se infrator o contribuinte, passível de penalidade pecuniária.

§3º No caso de transferência da propriedade imóvel, a inscrição será procedida pelo adquirente, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do registro do título no Registro de Imóveis ou lavratura da escritura pública, no Tabelionato de Notas.

§4º Em caso de litígio sobre o domínio da propriedade, a inscrição mencionará tal circunstância, bem como o nome dos

litigantes, dos possuidores da propriedade, a natureza do feito e o cartório por onde tramita a ação.

§5º Do Cadastro Imobiliário constará o valor venal atribuído à propriedade nos termos da legislação tributária, ainda que não coincida com o declarado pelo responsável.

CAPÍTULO III DO CADASTRO INFORMATIVO MUNICIPAL

Seção Única

Art.270. A Administração Tributária poderá, como medida de gestão da dívida ativa municipal, instituir o cadastro informativo com a relação de inadimplentes com o pagamento de créditos tributários ou não tributários desde que devidamente inscritos em dívida ativa.

Art.271. O Cadastro Informativo Municipal é um banco de dados onde poderão ser inscritos os dados das pessoas físicas e jurídicas inadimplentes com o Município.

Parágrafo único. O regulamento estabelecerá os dados que devem constar no Cadastro Informativo Municipal os prazos e as formas de cadastramento, atualização e cancelamento da inscrição.

CAPÍTULO IV CADASTRO ECONÔMICO MUNICIPAL

Seção I Da Finalidade

Art.272. O Cadastro Econômico Municipal tem por finalidade o registro nominal dos sujeitos

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

passivos da obrigação tributária, que exploram atividades econômicas, ou dos que por ela forem responsáveis, referentes aos tributos municipais.

Seção II Da Inscrição

Art.273. A inscrição no Cadastro Econômico Municipal é obrigatória a todas as pessoas físicas e jurídicas, que exerçam atividades econômicas no Município e será promovida pelo sujeito passivo, ainda que imune ou isento de obrigação tributária, ou pelo seu responsável, em requerimento padronizado destinado à Fazenda Municipal, segundo modelo aprovado e instruído com informações de interesse fiscal Fazendário, regulamentado por ato do Executivo.

§1º São também obrigados a se inscrever no Município, mesmo não possuindo personalidade jurídica, todo aquele que nas condições do art. 966, do Código Civil, explorar profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de prestação de serviços.

§2º São equiparados para fins fiscais perante a legislação tributária municipal e como tal deverão cadastrar-se no Município, sendo obrigados ao cumprimento de todas as disposições legais - principal e acessórias:

I - a profissionais autônomos - os contribuintes cuja atividade seja caracterizada e reconhecidamente exercida sob a forma de trabalho pessoal do próprio prestador do serviço, observado o disposto no §1º do artigo 337, desta Lei.

II - às pessoas jurídicas - todos os demais, contribuintes ou não de tributos, inscritos ou não, no CNPJ, com domicílio fiscal em São Borja.

§3º A inscrição será feita pelo contribuinte ou seu representante legal antes do início da atividade.

§4º Como complemento dos dados para a inscrição, o sujeito passivo é obrigado a informar ao Município, por escrito, dentro do prazo que lhe for determinado pelo órgão requerente, quaisquer informações que lhes forem solicitadas.

§5º Em se tratando de sociedade, a prova de identidade será exigida de todos os membros da sociedade.

§6º A inscrição, tanto de pessoa física quanto jurídica, poderá ser feita de ofício, no Cadastro Geral, sem prejuízo das cominações legais, quando da constatação, por qualquer meio, de prática de funcionamento ou estabelecimento de atividade econômica no Município.

§7º O tomador ou o intermediário do serviço com sede em outro Município deverá solicitar, antes do prazo de vencimento do imposto, sua inscrição municipal, no Cadastro Geral, via portal no site do Município, sempre que o ISS for devido neste.

§8º As demais formalidades ao procedimento para inscrição serão definidas por decreto do Executivo.

Art.274. Constituem estabelecimentos distintos, para fins de inscrição no Cadastro de que trata este Capítulo:

I - os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de atividade ou serviços, estejam localizados em prédios distintos ou locais diversos;

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

II - os que, embora no mesmo local, ainda que com o mesmo ramo de atividade ou serviços, pertençam a diferentes empresas ou sociedades;

III - as pessoas físicas que, embora no mesmo local, exploram atividades econômicas distintas e/ou enquadradas em diferentes subitens de serviços tributáveis pelo ISS.

Parágrafo único. Não são considerados estabelecimentos diversos dois ou mais imóveis contíguos, com comunicação interna, nem em vários pavimentos de um mesmo imóvel, explorados pela mesma pessoa jurídica, ou pela mesma atividade econômica de pessoa física.

Art.275. Os contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas e a essas equiparadas e/ou por elas credenciadas, são obrigadas, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da respectiva ocorrência a informar ao Cadastro Econômico Municipal:

I - alterações de endereço, de ramo de atividade, opção, alteração ou desenquadramento no regime tributário do simples nacional ou qualquer alteração contratual ou estatutária, mediante a correspondente exibição dos documentos pertinentes.

II - o encerramento de suas atividades, a fim de ser dada baixa da sua inscrição;

III - eventos relativos à liquidação judicial e extrajudicial;

IV - decretação ou reabilitação da falência;

V - abertura de inventário do empresário individual;

VI - outros assuntos de interesse fiscal, solicitados pela Administração Tributária.

§1º Far-se-á a inscrição e alterações de ofício quando necessário ou não forem

cumpridas as disposições contidas nesta Seção, não eximindo o infrator das penalidades cabíveis e da obrigação de promover os respectivos pedidos de inscrição ou alteração cadastral.

§2º A inscrição de ofício terá por finalidade a identificação do infrator e o registro cadastral para fins tributários e administrativos, não implicando em concessão de Alvará de Localização e Funcionamento de Estabelecimentos.

Seção III

Do Pedido de Baixa da Inscrição e da Baixa de Ofício

Art.276. A transferência, a venda, a cessação de atividade, o fechamento ou a baixa do estabelecimento será obrigatoriamente comunicada ao Município, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência.

§1º O pedido de baixa será efetivado mediante requerimento do contribuinte ou do seu preposto com procuração à Fazenda Municipal.

§2º Recebido o requerimento de baixa, o Agente Fiscal efetuará a fiscalização do contribuinte, se for o caso.

§3º Após verificada a procedência da comunicação, dar-se-á baixa da inscrição inclusive quando permanecerem débitos para com o Município, até mesmo os que venham a ser apurados mediante revisão dos elementos fiscais e contábeis, pelo Agente da Fazenda Municipal.

§4º Arquivar-se-á em definitivo o processo de baixa após verificada a

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

procedência da comunicação bem como a prova do pagamento de todos os débitos.

Art.277. Será determinada a baixa de ofício da inscrição, após vistoria, nos casos quando, comprovadamente, ocorrer falecimento, falência ou cessação de atividade, observado o disposto no § 4º do artigo 276, desta Lei.

Art.278. Os contribuintes que tiveram sua inscrição baixada a pedido ou de ofício terão sua inscrição reativada nos casos que se comprovar terem cessado as causas que a determinaram.

Art.279. O não cumprimento das disposições desta Seção implicará na cominação das penalidades previstas nesta Lei.

TÍTULO II TRIBUTOS EM ESPÉCIE

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I Disposições Preliminares

Art.280. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em Lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Art.281. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:

I - a denominação e demais características formais adotadas pela Lei;

II - a destinação legal do produto de sua arrecadação.

Art.282. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal, a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos Municípios.

Seção II Do Elenco Tributário

Art.283. Integram o Sistema Tributário do Município os seguintes tributos:

I - impostos:

a) Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;

b) Imposto Sobre a Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis e de Direitos Reais a Eles Relativos - ITBI;

c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

II - taxas:

a) Taxas decorrentes do exercício do Poder de Polícia pelo Município;

b) Taxas decorrentes da utilização, efetiva ou potencial, de Serviços Públicos específicos e divisíveis prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;

III - contribuições:

a) Contribuição de Melhoria, decorrente de obras públicas;

b) Contribuição para Custeio dos serviços de Iluminação Pública - CIP;

c) outras contribuições constitucionalmente autorizadas.

§1º Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independentemente de

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

§2º Taxa é o tributo que tem como fato gerador o exercício regular do Poder de Polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

§3º Contribuições são os tributos instituídos para ações voltadas para fazer face ao custeio de finalidades específicas.

TÍTULO III DOS IMPOSTOS

CAPÍTULO I DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU

Seção I Do Fato Gerador

Art.284. O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, de apuração anual, tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, conforme definido na Lei Civil, localizado na zona urbana ou urbanizável do Município, em primeiro de janeiro de cada ano.

§1º Para efeitos de aplicação deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em Lei Municipal, observando-se o requisito da existência de melhoramentos mantidos pelo Poder Público e indicados em pelo menos 2 (duas) das alíneas seguintes:

- a) meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- b) abastecimento de água;
- c) sistema de esgotos sanitários;

d) rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição de energia domiciliar;

e) escola primária ou posto de saúde a uma distância de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§2º A Lei poderá considerar como urbanas as áreas urbanizáveis ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, respeitado o disposto no parágrafo anterior.

§3º O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana abrange ainda o imóvel que, embora localizado na zona rural, seja utilizado, comprovadamente como sítio de recreio.

§4º A incidência do imposto não importa em reconhecimento pelo Município, para quaisquer fins da regularidade fundiária ou da própria construção.

Seção II Do Sujeito Passivo

Art.285. O imposto é devido pelos proprietários, promitentes compradores, titulares do domínio útil, ou pelos possuidores a qualquer título de terrenos ou lotes situados dentro da zona urbana ou urbanizável do Município.

Art.286. Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto, o justo possuidor, o titular do direito de usufruto, uso ou habitação, os promitentes compradores imitados na posse, os cessionários, os posseiros, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do

imóvel, ainda que pertencente a qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, isenta do imposto ou a ele imune.

Seção III

Da Base de Cálculo e da Incidência

Art.287. A base de cálculo do Imposto é o valor venal do imóvel.

§1º Os lançamentos do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana devem basear-se em Planta de Valores Genéricos que definem o valor do metro quadrado de terrenos e de construções.

§2º O valor venal do bem imóvel será conhecido pela soma do valor do terreno e o valor da construção obtida na forma das alíneas a seguir:

a) tratando-se de prédio, pela multiplicação do valor do metro quadrado de cada tipo de edificação, aplicando-se os fatores corretivos dos componentes da construção, pela metragem da construção, somando ao resultado o valor venal do terreno, observado os índices de correção do terreno, de caráter regulamentar.

Fórmula: $VVI = VVP + VVT$ sendo que:

VVI é o valor venal do imóvel

VVP é valor venal predial, calculado da seguinte forma:

$$VVP = AC \times FCC \times VMFC$$

Onde

AC é área construída

FCC é fator corretivo da construção (pontos)

VMFC é valor do metro do fator corretivo (pontos)

VVT é o valor venal do terreno calculado da seguinte forma:

$$VVT = Vm^2z \times (AT \times IC)$$

Onde

Vm^2z é valor do metro quadrado da zona fiscal

AT é área do terreno

IC é Índice de Correção.

b) tratando-se de terreno, levando-se em consideração as suas medidas, aplicados os fatores corretivos, observada a tabela de valores de terrenos, de caráter regulamentar.

Onde VVT é o valor venal do terreno calculado da seguinte forma:

$$VVT = Vm^2z \times AT \times IC$$

Sendo

Vm^2z é valor do metro quadrado da zona fiscal

AT é área do terreno

IC é índice de correção

Art.288. A apuração do valor venal, para efeito de lançamento dos Impostos Predial e Territorial Urbano, far-se-á de conformidade com a NBR-14653 (Norma Brasileira de Avaliação de Imóveis), observando-se os parâmetros definidos neste Código, conforme Tabela I, com base nos valores constantes nas Plantas de Valores Genéricos de Terreno e Construção.

Art.289. Nos casos singulares de imóveis para os quais a aplicação dos procedimentos previstos nesta Lei possa conduzir à tributação manifestamente injusta ou inadequada, poderá ser adotado, a requerimento do interessado ou do Poder Público Municipal, processo de avaliação especial, sujeito à aprovação da autoridade fiscal competente, sendo o valor determinado por avaliação contraditória, fundamentada em laudo técnico o qual deverá ser entregue pelo contribuinte, conforme normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) com grau de fundamentação e precisão 2 (dois).

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Art.290. Para determinação do valor venal de terrenos com testadas para logradouros não registrados na Planta de Valores Genéricos ou terrenos originados de loteamentos novos ou nas áreas urbanizáveis e de expansão urbana, será considerado o valor unitário correspondente a zona fiscal mais próxima.

Art.291. Quando num mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma de edificação, será calculada a fração ideal do terreno.

Art.292. A área do terreno pertencente a cada unidade será determinada do seguinte modo:

- a) calcula-se a área total do terreno;
- b) calcula-se a área total edificada (soma das áreas das subunidades);
- c) divide-se a área do terreno pela área edificada, o resultado é a fração ideal;
- d) multiplica-se a fração ideal pela área edificada de cada subunidade; o resultado de cada multiplicação é a parte do terreno pertencente a cada subunidade que deverá ser lançada na ficha de informações cadastrais.

Parágrafo único. No caso de prédio ou edifício com mais de uma unidade autônoma, individualizada de acordo com a NBR-12.721, a fração ideal de terreno e das coisas de uso comum será obtida de acordo com o regramento da referida norma.

Art.293. Para efeito do disposto nesta Lei Complementar considera-se:

- I** - PRÉDIO, imóvel edificado compreendendo o terreno com a respectiva construção, dependências e edículas;
- II** - UNIDADE PREDIAL, prédio ou parte de prédio, que comporte a instalação independente de residência ou atividade

comercial, industrial ou de prestação de serviços;

III - TERRENO, o imóvel sem edificação, com testada e área que, na forma de legislação em vigor, permita a construção de um ou mais prédios ou unidades prediais autônomas;

V - TERRENO DE ESQUINA, aquele em que os prolongamentos de seus alinhamentos, quando retos, ou das respectivas tangentes, quando curvos, determinem ângulos internos inferiores a 135° (centro e trinta e cinco graus) e superiores a 45° (quarenta e cinco graus);

VI - TERRENO INTERNO, aquele terreno não situado em esquina;

VII - TERRENO ENCRAVADO, aquele situado no interior do quarteirão com testada inferior a 3 metros;

VIII - TERRENO DE VILA, aquele que possui como acesso, unicamente passagens de pedestres ou única via de acesso à via pública;

IX - TESTADA, a face do terreno que o limita com a via ou logradouro público;

X - PROFUNDIDADE REAL, a distância existente entre a testada e o limite dos fundos do terreno com forma geométrica regular;

XI - PROFUNDIDADE MÉDIA, o resultado da divisão da área pela testada do terreno e se aplica em substituição a profundidade real, nos casos dos terrenos com forma geométrica irregular;

XII - ÁREA REAL, o resultado da multiplicação da testada pela

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

profundidade real ou profundidade média, quando se aplicar;

XIII - ÍNDICE DE CORREÇÃO, a raiz quadrada da divisão de 30 (trinta) pela profundidade média e se aplica quando a profundidade média for maior que 1(um);

XIV - ÁREA CORRIGIDA, o resultado da multiplicação da área real do terreno pelo fator de correção;

XV - ÁREA IDEAL, a área real de cada unidade predial ou territorial, nos casos de condomínio, acrescida da parte proporcional que lhe corresponde nas áreas de uso comum;

XVI - FRAÇÃO IDEAL, é o resultado da divisão de área do terreno, pela edificada;

XVII - CONJUNTO POPULAR, aquele que corresponda a habitações de interesse social.

Art.294. A área construída bruta será obtida pela medição dos contornos externos das paredes ou pilares, computando-se, também, a superfície das sacadas de cada pavimento, cobertas.

Parágrafo único. No caso de piscina e de vagas de estacionamento descobertos, a área construída/ocupada será obtida pela medição dos contornos internos.

Art.295. No cômputo da área construída em prédios cuja propriedade seja condominial, acrescentar-se-á a área privativa de cada condômino àquela que lhe for imputável das áreas comuns em função da quota parte a ele pertencente.

Art.296. Nos imóveis que tenham parte da área atingida por Área de Preservação Permanente - APP, esta área deve ser deduzida daquela.

Parágrafo único. Para efetivar a dedução prevista neste artigo, o interessado deverá

requerer à Secretaria da Fazenda o reconhecimento da Área de Preservação, anexando:

a) Cópia do Registro no Cartório de Registros de Imóveis, junto à escritura do imóvel, comprovando a categoria de APP - Área de Preservação Permanente;

b) Cópia do Cadastro perante o órgão municipal de meio ambiente como proprietário de Área de Preservação Permanente - APP; e

c) Prova de permanecer intacta e efetivamente preservada nos termos da legislação municipal e federal afetas ao assunto.

Art.297. Considera-se imóvel não edificado:

I - o terreno com construção em andamento, até o término definitivo da obra ou expedição do "Habite-se";

II - o terreno onde houver prédios incendiados, desabados, em ruínas, em demolição, ou condenados para habitação.

§1º Quando for expedido o "Habite-se" parcial para construção em andamento, o imóvel será considerado edificado.

§2º O Decreto complementar as disposições deste artigo no que couber.

Art.298. Para fins de aplicação deste Capítulo, os valores do metro quadrado de terreno e das construções, serão os constantes na Planta de Valores Genéricos que será definida por Lei específica e afixada no átrio da Prefeitura.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Parágrafo único. A Planta de Valores Genéricos do Município terá os valores unitários do metro quadrado (m²) de terrenos e edificações, reajustados anualmente pela variação positiva do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) dos últimos (12) doze meses, mediante Decreto, observando-se, para terrenos, o critério das zonas fiscais e para as edificações, o sistema de pontos, conforme Tabela I, anexa a esta Lei Complementar.

Art.299. Os imóveis periodicamente atingidos por enchentes, segundo mapeamento elaborado pela Defesa Civil, cujas inscrições imobiliárias serão definidas em Decreto, terão o valor do metro quadrado do terreno reduzido em 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo único. Os imóveis rústicos, mesmo que no perímetro urbano, e que comprovadamente, se destinam a exploração extrativa agrícola vegetal, pecuária ou agroindustrial, poderão ser desenhados para os efeitos de tributação do Imposto Predial e Territorial Urbano, desde que produtivos, segundo critérios a serem estabelecidos em regulamento.

Seção IV Das Alíquotas

Art.300. As alíquotas do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU são:

I - Para imóvel edificado:

a) 1% (um por cento) do valor venal.

II - Para imóvel não edificado:

a) 3,00 % (três por cento) do valor venal.

Art.301. Quando se tratar de prédio nos distritos bem como em área de expansão urbana a alíquota aplicável será de 0,30% (trinta décimos por cento) e para os

terrenos nos distritos e em área de expansão urbana será de 0,60% (sessenta décimos por cento).

Parágrafo único. Em ambas as situações, o valor do imposto decorrerá da aplicação da alíquota sobre o valor venal do imóvel, que será atualizado conforme a variação da planta de valores.

Art.302. Haverá, para cálculo do imposto do exercício seguinte, reavaliação da planta de valores se houverem alterações significativas no mercado imobiliário.

Art.303. As alíquotas previstas no inciso I e II do artigo 300 poderão ser progressivas, nos termos de Lei especial.

Art.304. A fixação do valor dos imóveis será feita com base em estudos realizados por uma comissão, que deverá ser convocada por ato do Executivo, determinando sua composição.

§1º No ato convocatório do Poder Executivo deverão constar os parâmetros técnicos pelos quais a comissão constituída regulará o seu trabalho.

§2º A comissão de que trata este artigo deliberará acerca da necessidade de reajuste dos valores venais de determinados imóveis, levando em consideração fatores positivos de zoneamento urbano, ou mesmo, em decorrência de desvalorização dos mesmos por razões ou fatores extrínsecos.

Art.305. Aplicam-se às sedes de Distritos urbanizados, naquilo que couber, as disposições deste Capítulo.

Seção V Do Lançamento e da Arrecadação

Art.306. O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana será lançado, anualmente, tendo por base a situação física do imóvel em 31 de dezembro do exercício anterior.

Art.307. O lançamento será feito em nome sob o qual estiver o imóvel no Cadastro Imobiliário.

Art.308. Em se tratando de copropriedade, constarão na ficha de cadastro os nomes de todos os coproprietários, sendo o carnê emitido em nome de um deles.

Art.309. O prazo para impugnação do lançamento do IPTU deverá ocorrer, obrigatoriamente, antes do vencimento da primeira parcela e deverá ser dirigida ao Secretário Municipal da Fazenda.

Art.310. O calendário de arrecadação do IPTU, correspondente a cada exercício financeiro, será fixado por decreto, assim como eventuais prorrogações de prazo para pagamento e quantidade de parcelas.

Parágrafo único. Poderá ser emitida parcela única para pagamento com desconto por antecipação de recolhimento, em percentuais e prazos estabelecidos por Legislação específica, bem como formas de revisões anuais da base de cálculo.

Seção VI Das Isenções e Redução de Alíquota

Art.311. É isento do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana:

I - O imóvel:

a) pertencente a sociedade civil sem fins lucrativos, destinada ao exercício de atividades culturais, associações de bairro, entidades filantrópicas, comunitárias,

recreativas ou esportivas, desde que, observados os requisitos legais para a comprovação dessas condições e reconhecidas como de utilidade pública;

b) pertencente ao contribuinte portador de moléstias graves (conforme classificação da Lei Federal nº 8.213/90, Lei de Custeio e Benefício da Previdência Social), que lhe sirva de moradia própria, constituindo-se como único bem imóvel de sua propriedade e cuja renda bruta familiar, assim compreendida a dos proprietários e todos os ocupantes do imóvel, não seja superior a 1,25 (um vírgula vinte e cinco) salário mínimo nacional, vigente na data do requerimento;

c) pertencente ao contribuinte de terreno sem utilização para fins de desapropriação, desde o exercício em que ocorreu o fato, relativamente ao todo ou à parte atingida;

d) pertencente ao contribuinte com deficiência física e/ou mental, com incapacidade para o trabalho, ou ao seu tutor ou curador, que lhe sirva de moradia própria, constituindo-se como único bem imóvel de sua propriedade e cuja renda bruta familiar, assim compreendida a dos proprietários e todos os ocupantes do imóvel, não seja superior a 1,5 (um e meio) salário mínimo nacional, vigente na data do requerimento;

e) cedido gratuitamente, mediante contrato público, por período não inferior a 5 (cinco)anos, para uso exclusivo das entidades imunes e das descritas na alínea "a" deste inciso.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

II - O imóvel constituído por 1 (uma) única unidade predial urbana com área de terreno não superior a 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), e área construída não superior a 90 m² (noventa metros quadrados) cujo uso seja exclusivo para a residência:

a) o cônjuge viúvo, na condição de proprietário ou usufrutuário, proprietário de 1(um) único imóvel, cuja renda bruta familiar, assim compreendida, a proprietário e de todos os ocupantes de imóvel, não seja superior a 1,5 (um e meio) salário mínimo nacional vigente na data do requerimento;

b) do órfão não emancipado, proprietário de um (01) único imóvel, cuja renda familiar de todos os ocupantes do imóvel, não seja superior a 2 (dois) salários mínimos nacional vigentes no mês do requerimento da isenção;

c) do proprietário ou do herdeiro, desde que não possuam outro imóvel e cuja renda bruta familiar assim compreendida a de todos os ocupantes do mesmo, não seja superior 1,5 (um e meio) salário mínimo nacional, vigente na data do requerimento;

III - O imóvel constituído por 1 (uma) única unidade predial urbana, com área de terreno não superior a 400 (quatrocentos) m², utilizada exclusivamente para residência de seu proprietário ou herdeiro, desde que não possuam outro imóvel e tenham idade superior a 65 (sessenta e cinco) anos, e a renda familiar do(s) ocupante(es) seja exclusivamente decorrente de aposentadoria e pensão de valor não superior a 1,5 (um e meio) salário mínimo nacional vigente no mês do requerimento da isenção.

§1º Entende-se por unidade predial, prédio ou parte de prédio que comporte a instalação independente de residência,

atividade comercial, industrial ou de prestação de serviço.

§2º Considera-se herdeiro o ascendente, o descendente e o cônjuge que fizer prova de sua condição.

§3º Somente será atingido pela isenção prevista neste artigo, nos casos referidos na alínea "a" do inciso I, o imóvel utilizado integralmente para as respectivas finalidades das entidades beneficiadas.

§4º Somente será beneficiado com a isenção, o imóvel ou a unidade predial que estiver com área edificada devidamente averbada perante o Cadastro Imobiliário Municipal.

§5º Poderão ser utilizadas como critério para a concessão da isenção, as informações constantes no Cadastro Único do Governo Federal.

§6º Para concessão do benefício desta lei, além da observação dos requisitos nela constantes, será observada a inexistência de propriedade de veículo automotor com idade inferior a 7 (sete) anos, registrada em nome do proprietário do imóvel.

Art.312. O benefício da isenção do imposto deverá ser requerido, nos termos desta Lei, até 15 de novembro, com vigência a partir do exercício seguinte.

§1º O prazo estabelecido no *caput* deste artigo poderá ser prorrogado em situações excepcionais, mediante Decreto.

§2º A comprovação das condições para a concessão do benefício

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

deverá ser renovada anualmente, com exceção ao disposto no inciso I, alínea "a" do artigo 1º, cujo período de renovação será trienal.

§3º As isenções previstas neste capítulo serão concedidas por decisão do Secretário Municipal da Fazenda, ouvida a Procuradoria Jurídica do Município, se necessário.

§4º O Poder Executivo poderá informar ao contribuinte a respeito das isenções previstas neste Capítulo, por intermédio de mensagem explicativa impressa no carnê anual de cobrança do imposto, com a indicação dos prazos para requerimento.

§5º Será negada a isenção ao contribuinte que dificultar, embaraçar, elidir, obstruir, agir ou omitir de forma que venha a impossibilitar a averiguação dos requisitos para a obtenção do benefício.

§6º Os documentos necessários para análise e comprovação dos requisitos visando a obtenção dos benefícios dessa lei serão regulamentados por decreto.

Art.313. A alíquota do IPTU é diminuída em 20% (vinte por cento) nas situações em que houver restrições de uso do imóvel, em decorrência de existência de área "*Non Aedificandi*", nos termos da Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, desde que sobre a respectiva faixa indisponível não conste nenhuma construção ou qualquer exploração de atividade econômica.

Parágrafo único. Para obtenção do benefício e vigência a partir do ano seguinte, o contribuinte, cujo imóvel se enquadrar na situação de que trata este artigo, deverá protocolizar pedido de redução da alíquota até 15 de outubro do ano anterior.

CAPÍTULO II

DO IMPOSTO DE TRANSMISSÃO INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS - ITBI

Seção I Do Fato Gerador

Art.314. Observado o disposto na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, o imposto sobre a transmissão *inter vivos*, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos, tem como fato gerador:

I - a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou acessão física, como definidos na Lei civil;

II - a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia;

III - a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

Seção II Da Incidência

Art.315. A incidência do Imposto alcança as seguintes mutações patrimoniais, considerando-se devido o tributo:

I - na compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

II - na dação em pagamento, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

III - na permuta, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

IV - na arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça, quando do trânsito em julgado da decisão homologatória do respectivo auto;

V - na adjudicação sujeita a licitação ou adjudicação compulsória, quando do trânsito em julgado da sentença adjudicatória;

VI - no mandato em causa própria e o respectivo substabelecimento com poderes que lhe sejam equivalentes desde que impliquem a translação da propriedade imóvel ou os direitos reais a eles pertinentes, exceto os de garantia, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

VII - na promessa de compra e venda em que não se pactuou arrependimento, celebrada por instrumento público ou particular e registrada no Cartório de Registro de Imóveis, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

VIII - na cessão de contrato de promessa de compra e venda, em que se não pactuou arrependimento, celebrada por instrumento público ou particular, e registrada no Cartório de Registro de Imóveis;

IX - na cessão de promessa de cessão de contrato de compra e venda, em que não se pactuou arrependimento, celebrada por instrumento público ou particular e registrada no Cartório de Registro de Imóveis, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

X - na transmissão de domínio útil, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XI - na instituição de usufruto convencional, quando da formalização do negócio jurídico, incidente sobre do valor da avaliação;

XII - no usufruto de imóvel decorrente de ato de constrição judicial, quando do

trânsito em julgado da decisão que o constituir;

XIII - na instituição de fideicomisso, no momento da averbação;

XIV - na enfiteuse ou subenfiteuse, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XV - na concessão de direito real de uso, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XVI - na cessão de direitos de usufruto, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XVII - na cessão de direitos de usucapião, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XVIII - na cessão de direitos de arrematante ou adjudicante, quando da assinatura do auto de arrematação ou adjudicação;

XIX - na cessão de direitos hereditários, quando da formalização do ato ou negócio jurídico;

XX - na acessão física quando houver pagamento de indenização, na data da formalização do ato ou negócio jurídico;

XXI - na instituição da servidão de uso ambiental.

§1º As hipóteses de incidência elencadas nos incisos acima são apenas exemplificativas.

§2º Será devido novo Imposto:

I - quando o vendedor exercer o direito de prelação ou preferência;

II - no pacto de melhor comprador;

III - na retrocessão.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

§3º Equipara-se ao contrato de compra e venda, para efeitos fiscais:

I - a permuta de bens imóveis por bens e direitos de natureza diversa;

II - a permuta de bens imóveis por quaisquer outros bens situados fora do território do Município;

III - a transação em que seja reconhecido direito que implique transmissão de imóvel ou de direitos a ele relativos.

§4º Consideram-se bens imóveis para os fins do Imposto:

I - o solo com sua superfície, os seus acessórios e adjacências naturais, compreendendo as árvores e frutos pendentes, o espaço aéreo e o subsolo;

II - tudo quanto for incorporado permanentemente ao solo, como as edificações e demais benfeitorias e pertenças, e a semente lançada à terra, de modo que não se possa retirar sem destruição, modificação, fratura ou dano;

III - os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;

IV - o direito à sucessão aberta.

Seção III Da Não Incidência

Art.316. O imposto não incide:

I - na incorporação de bens ou de direitos a eles relativos, ao patrimônio da pessoa jurídica, para integralização de cota de capital, comprovada com a apresentação da última alteração do contrato social;

II - na desincorporação dos bens ou dos direitos anteriormente transmitidos ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, quando reverterem aos primitivos alienantes;

III - na transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital e na transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

IV - na transmissão ao alienante anterior, em razão do desfazimento da alienação condicional ou com pacto comissório, pelo não cumprimento da condição ou pela falta de pagamento do preço;

V - na retrovenda e na volta dos bens ao domínio do alienante em razão da compra e venda com pacto de melhor comprador;

VI - na usucapião;

VII - na extinção de condomínio, sobre o valor que não exceder ao da quota-parte de cada condômino;

VIII - na transmissão de direitos possessórios;

IX - na promessa de compra e venda e seu desfazimento em razão de rescisão contratual;

X - na dissolução da sociedade conjugal ou união estável, sobre a quota parte ideal;

XI - na transmissão do domínio direto ou da nua propriedade;

XII - na desapropriação.

§1º O disposto no inciso IV, deste artigo, somente tem aplicação se os primitivos alienantes receberem os

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

mesmos bens ou direitos em pagamento de sua participação, total ou parcial, no capital social da pessoa jurídica.

§2º As disposições dos incisos I e III, deste artigo, não se aplicam quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis, arrendamento mercantil e cessão de direitos relativos à sua aquisição.

§3º Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida no parágrafo anterior quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de transações mencionadas anteriormente.

§4º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior levando em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes à data da aquisição.

§5º Quando inferior aos prazos previstos nos parágrafos anteriores, no tempo em que permanecer ativa a adquirente.

§6º Verificada a preponderância a que se referem os parágrafos anteriores, tornar-se-á devido o imposto nos termos da Lei vigente à data da aquisição e sobre o valor atualizado do imóvel ou dos direitos sobre eles nessa data.

§7º A não incidência prevista no inciso III desse artigo restringe-se ao valor do imóvel suficiente à integralização da cota do capital social, incidindo o imposto sobre o excedente do valor venal, se houver.

Seção IV Do Contribuinte

Art.317. Contribuinte do imposto é:

I - nas cessões de direito, o cessionário ou o cedente;

II - na permuta, cada um dos permutantes em relação ao imóvel ou ao direito adquirido;

III - nas demais transmissões, o adquirente do imóvel ou do direito transmitido.

Art.318. O imposto é devido quando os bens imóveis transmitidos, ou sobre os quais versarem os direitos, se situarem no território deste município, ainda que a mutação patrimonial decorra de ato celebrado ou de sucessão aberta fora do respectivo território.

Seção V Da Base de Cálculo, das Alíquotas e do Lançamento

Art.319. A base de cálculo do imposto é o valor pactuado no negócio jurídico ou o valor venal de referência atribuído pelo Município no momento da transmissão ou da cessão do imóvel objeto da transmissão ou da cessão de direitos reais a ele relativos, no momento da transmissão ou da cessão, se este for maior.

§1º Não havendo acordo entre a fazenda e o contribuinte, o valor será determinado por avaliação contraditória, fundamentada em laudo técnico o qual deverá ser entregue pelo contribuinte, conforme normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) com grau de fundamentação e precisão 2 (dois).

§2º Considera-se valor venal, para efeitos deste Capítulo, a avaliação fiscal procedida pela autoridade

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

municipal quando da ocorrência do fato gerador do imposto, podendo ter como referência a Planta de Valores Genéricos do IPTU.

§3º Na avaliação fiscal dos bens imóveis ou dos direitos reais a eles relativos, poderão ser considerados, dentre outros elementos, os valores correspondentes das transações de bens da mesma natureza no mercado imobiliário, valores de cadastro, declaração do contribuinte na guia de imposto, características do imóvel como forma, dimensões, tipo, utilização, localização, estado de conservação, custo unitário de construção, infraestrutura urbana e valores das áreas vizinhas ou situadas em zonas economicamente equivalentes.

§4º Na avaliação realizada pela Administração Tributária, servirão de referência, as normas relativas à avaliação de imóveis urbanos e rurais, editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

§5º A avaliação prevalecerá pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data em que tiver sido realizada, independente da ciência ao interessado, findos os quais, sem o pagamento do imposto, deverá ser feita nova avaliação ou atualizada a anterior, a critério da autoridade municipal.

§6º O prazo para que a Fazenda Municipal determine a avaliação fiscal para pagamento do imposto será de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da apresentação do requerimento no órgão competente.

Art.320. São, também, bases de cálculo do imposto:

I - o valor venal do imóvel aforado, na transmissão do domínio útil;

II - o valor venal do imóvel objeto de instituição ou de extinção de usufruto;

III - o valor alcançado na hasta pública, na arrematação ou na adjudicação de bens imóveis ou direitos a ele relativos;

IV - o valor da fração ideal, nas tornas ou reposições;

V - o valor do negócio jurídico, na instituição de fideicomisso;

VI - o valor do negócio jurídico, nas rendas expressamente constituídas sobre imóveis;

VII - o valor do negócio jurídico, na concessão de direito real de uso;

VIII - o valor do negócio jurídico, na cessão de direitos de usufruto;

IX - o valor da indenização ou o valor venal da fração ou acréscimo transmitido, se maior, na acessão física.

Parágrafo único. No caso de permuta, a base de cálculo deste imposto será o valor de mercado do bem transmitido e do bem recebido como pagamento.

Art.321. Não se inclui na avaliação fiscal do imóvel o valor da construção nele executada pelo adquirente quando comprovada mediante exibição dos seguintes documentos:

I - projeto arquitetônico aprovado e licenciado para a construção;

II - notas fiscais do material adquirido para a construção;

III - por quaisquer outros meios de provas idôneas, a critério do Fisco.

§1º Na aquisição de imóvel pronto para entrega futura, em construção, a base de cálculo do imposto será o

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

valor venal do imóvel como se pronto estivesse.

§2º No caso de aquisição de terreno, ou sua fração ideal, de imóvel construído ou em construção, deverá o contribuinte comprovar que assumiu o ônus da construção, por conta própria ou de terceiros, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - contrato particular de promessa de compra e venda do terreno ou de sua fração ideal, com firmas reconhecidas;

II - contrato de prestação de serviços de construção civil, celebrado entre o adquirente e o incorporador ou construtor, com firmas reconhecidas;

III - documentos fiscais ou registros contábeis de compra de serviços e de materiais de construção;

IV - quaisquer outros documentos que, a critério do fisco municipal, possam comprovar que o adquirente assumiu o ônus da construção.

§3º Na aquisição de terreno ou fração ideal de terreno, bem como na cessão dos respectivos direitos, cumulado com contrato de construção por empreitada ou administração, deverá ser comprovada a preexistência do referido contrato, inclusive através de outros documentos, a critério da Administração Municipal, sob pena de ser exigido o imposto sobre o valor de mercado do imóvel, incluída a construção e/ou benfeitoria, no estado em que se encontrar por ocasião do ato translativo da propriedade.

Art.322. Não serão deduzidos da base de cálculo do imposto os valores de quaisquer dívidas ou gravames, ainda que judiciais, que onerem o bem, nem valores das dívidas do espólio.

Art.323. A alíquota do imposto é:

I - nas transmissões compreendidas no Sistema Financeiro da Habitação:

a) sobre o valor efetivamente financiado: 0,5% (meio por cento);

b) sobre o valor restante: 2% (dois por cento).

II - nas demais transmissões: 2% (dois por cento).

Parágrafo único. A adjudicação de imóvel pelo credor hipotecário ou a sua arrematação por terceiro e nas retomadas amigáveis ou judiciais, por inadimplemento, de imóveis financiados com recurso do Sistema Financeiro da Habitação, para revenda a novo mutuário, a alíquota será de 2% (dois por cento), mesmo que o bem tenha sido adquirido, antes da adjudicação, com financiamento do Sistema Financeiro de Habitação.

Seção VI

Do Lançamento e Do Pagamento

Art.324. No pagamento do imposto não será admitido parcelamento, devendo este ser efetuado no prazo de validade da avaliação fiscal.

§1º O imposto será lançado de ofício nos casos em que os sujeitos passivos obrigados a declararem as informações para o lançamento do ITBI não cumprirem a sua obrigação.

§2º O ITBI lançado de ofício ou com base em declaração do sujeito passivo, que não for pago no prazo estabelecido, e nem comunicada a desistência do negócio, poderá ser inscrito na Dívida Ativa do Município, conforme definido em regulamento.

§3º O imposto será pago antes do registro do título translativo de

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

propriedade do bem imóvel, ou de direito real a ele relativo, no ofício de registro de imóveis competente, de acordo com o § 7º do art. 150 da Constituição da República, mediante guia de recolhimento fornecido pelo órgão fazendário competente, observados os seguintes prazos:

I - na transmissão ou cessão formalizada por instrumento público, o pagamento integral do imposto deverá preceder à lavratura do instrumento respectivo;

II - na transmissão ou cessão formalizada por instrumento particular, por instrumento particular com força de instrumento público, assim definido em lei específica, ou decorrente de ato ou decisão judicial, o pagamento integral do imposto deverá preceder à inscrição, transcrição ou averbação do instrumento respectivo no registro competente.

§4º Comprovado o desfazimento do negócio jurídico que se constitua em fato gerador do imposto, fica assegurada ao contribuinte a preferencial e atualizada restituição da quantia paga a título de adiantamento do imposto.

§5º A Secretaria da Fazenda regulamentará o pagamento do Imposto Sobre a Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis e de Direitos Reais Relativos a Imóveis - ITBI, processado por meio de Guia Eletrônica de Recolhimento, expedida exclusivamente por intermédio do sistema de processamento de dados de arrecadação, de domínio daquele órgão, constituindo documento de formalização do crédito tributário para todos os efeitos legais.

Seção VII

Das Obrigações dos Tabeliães, Notários e Oficiais de Registros de Imóveis e seus Prepostos

Art.325. Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos Tabeliães,

Escrivães e Oficiais de Registro de Imóveis, os atos e termos a seu cargo, sem a prova do pagamento do imposto devido, ou do reconhecimento da imunidade, da não incidência e da isenção.

§1º Tratando-se de transmissão de domínio útil, exigir-se-á, também, a prova de pagamento do laudêmio e da concessão da licença quando for o caso.

§2º Os Tabeliães ou os Escrivães farão constar, nos atos e termos que lavrarem a avaliação fiscal, o valor do imposto, a data de seu pagamento e o número atribuído à guia pela Secretaria Municipal da Fazenda ou, se for o caso, a identificação do documento comprobatório do reconhecimento da imunidade, da não incidência e da isenção tributária.

§3º Quando lavrada escrituras de imóveis sem a devida comprovação de recolhimento do imposto, respondem pelo seu pagamento as pessoas indicadas no *caput* deste artigo.

Art.326. Os Escrivães, Tabeliães, Oficiais de Notas, de Registro de Imóveis e de Registro de Títulos e Documentos ficam obrigados a facilitar à fiscalização da Fazenda Pública Municipal, o exame em cartório dos livros, registros e outros documentos e a lhe fornecer, quando solicitadas, certidões de atos que foram lavrados, transcritos, averbados ou inscritos e concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos.

Art.327. Os titulares dos Tabelionatos de Notas e/ou de Registro de Imóveis deste Município,

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

ficam obrigados a prestar ao Setor de Cadastro da Prefeitura, até o último dia do mês subsequente, as seguintes informações de prática de qualquer ato, ou transmissão relativo a imóveis:

I - elementos constitutivos sobre o imóvel, bem como o valor, objeto da transmissão;

II - o nome e o endereço do transmitente e do adquirente;

III - quaisquer registros de gravames hipotecários e de suas correspondentes liberações.

Seção VIII Das isenções

Art.328. É isenta do pagamento do ITBI:

I - a transferência decorrente da execução de planos de habitação para a população de baixa renda, patrocinado por órgãos;

II - as indenizações de benfeitorias pelo proprietário ao locatário, consideradas aquelas em conformidade com a legislação civil;

III - a transmissão de propriedade decorrente da posse, ocupação, propriedade de fato, ou situações similares, desde que tal tributo seja proveniente de regularização fundiária urbana municipal de interesse social;

IV - A transmissão de gleba rural não excedente a 1 (um) módulo rural, que se destine ao cultivo pelo adquirente e sua família, não possuindo este outro imóvel rural e urbano;

V - a aquisição de áreas rurais agricultáveis pelos agricultores do Município de São Borja que forem beneficiados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário do Governo Federal, sendo concedida a isenção à vista da apresentação, da seguinte documentação:

a) Bloco de Produtor;

b) Certidão Negativa de Débitos Municipais;

c) Comprovante de beneficiário do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

IV - a primeira transmissão da propriedade dos imóveis financiados pela extinta COHAB/RS, por ocasião da outorga da escritura pública de compra e venda pelo Estado do Rio Grande do Sul, desde que o mutuário tenha somente este, como único imóvel a ser registrado no Município de São Borja

§1º A isenção de que trata os incisos I e III, deste artigo somente será concedida aos municípios que comprovarem, perante a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, as condições e requisitos quanto à sua forma aquisitiva.

§2º As isenções previstas neste capítulo serão concedidas por decisão do Secretário Municipal da Fazenda, ouvida a Procuradoria Jurídica do Município.

CAPÍTULO III DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS

Seção I Do Fato Gerador, da Incidência, da Não Incidência e do Local da Prestação

Art.329. O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS, tem como fato gerador a prestação de serviços por pessoa natural, empresário ou pessoa jurídica, com ou sem estabelecimento fixo.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

§1º Para os efeitos deste artigo, são considerados serviços, nos termos da Lei Complementar a que se refere o artigo 156, inciso III, da Constituição Federal, os constantes na Lista da Tabela II, ainda que os serviços não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§2º O imposto incide também sobre os serviços provenientes do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§3º O imposto incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão, concessão ou delegação, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

§4º A incidência do imposto independe:

I - da denominação dada, em contrato ou qualquer documento, ao serviço prestado;

II - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas às atividades, sem prejuízo da penalidade aplicável;

III - do resultado financeiro obtido;

IV - da existência de estabelecimento fixo;

V - da conta utilizada para registro da receita.

§5º Ressalvadas as exceções expressas na lista de serviços constantes da Tabela II a que se refere o § 1º, deste artigo, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

Art.330. O imposto não incide sobre:

I - as exportações de serviços para o exterior do País;

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedade e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

Parágrafo único. Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos por estabelecimento prestador obrigado, por esta Lei Complementar, ao recolhimento do imposto no Município de São Borja cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

Art.331. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta de estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV quando o imposto será devido no Município de São Borja, sempre que seu território for o local:

I - do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço, ou, na falta de estabelecimento, do seu domicílio, no caso de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

II - da instalação de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso de serviços descritos no subitem 3.05 da lista de serviços da Tabela II;

III - da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista de serviços da Tabela II;

IV - da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista de serviços da Tabela II;

V - das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista de serviços da Tabela II;

VI - da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final do lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso de serviços descritos no subitem 7.09 da lista de serviços da Tabela II;

VII - da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista de serviços da Tabela II;

VIII - da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista de serviços da Tabela II;

IX - do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista de serviços da Tabela II;

X - *vetado na LC 116/2003;*

XI - *vetado na LC 116/2003;*

XII - do florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e

descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção, e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios, previstos no subitem 7.16 da Tabela II;

XIII - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista de serviços da Tabela II;

XIV - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista de serviços da Tabela II;

XV - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista de serviços da Tabela II;

XVI - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista de serviços da Tabela II;

XVII - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista de serviços da Tabela II;

XVIII - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista de serviços da Tabela II;

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista de serviços da Tabela II;

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

XX - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista de serviços da Tabela II;

XXI - da feira, exposição, congresso ou congênere a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista de serviços da Tabela II;

XXII - do porto, aeroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista de serviços da Tabela II;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09, da lista de serviços da Tabela II;

XXIV - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01, da lista de serviços da Tabela II;

XXV - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09, da lista de serviços da Tabela II.

§1º Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

§2º Unidade econômica ou profissional é uma unidade física, organizacional ou administrativa, não necessariamente de natureza jurídica, onde o prestador de serviços exerce atividade econômica ou profissional.

§3º A existência da unidade econômica ou profissional é indicada pela conjunção, parcial ou total dos seguintes elementos:

I - manutenção de pessoal, de material, de mercadoria, de máquinas, de instrumentos e equipamentos;

II - estrutura organizacional ou administrativa;

III - inscrição em órgãos públicos, inclusive previdenciários;

IV - indicação como domicílio tributário para efeito de outros tributos;

V - permanência ou ânimo de permanecer no local, para exploração econômica ou social, de atividade exteriorizada pela indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondências, contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, de água ou de gás.

§4º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista de serviços da Tabela II, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município de São Borja, relativamente à extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, existente em seu território.

§5º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista da Tabela II, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Município de São Borja relativamente à extensão da rodovia explorada, existente em seu território.

§6º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01, da lista da Tabela II.

§7º Na hipótese de descumprimento do disposto no *caput* ou no § 1º ambos do artigo 341 desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

Seção II Do Contribuinte

Subseção I Do Contribuinte e do Responsável por Substituição Tributária

Art.332. Contribuinte do ISS é o prestador do serviço.

Art.333. São responsáveis por substituição tributária, pela retenção e pelo pagamento do ISS, sem prejuízo da responsabilidade supletiva do contribuinte, pelo cumprimento total da obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos:

I - as entidades da Administração Pública Direta ou Indireta, ou Fundacional, de qualquer um dos poderes da União, do Estado e do Município, bem como os demais tomadores de serviços - pessoas jurídicas, ou intermediários, estabelecidos ou não no território deste Município, relativamente aos serviços executados e neste devido na forma da Lei, e que lhe foram prestados por pessoas físicas (profissionais autônomos), pessoas jurídicas ou empresários nos termos do artigo 966

do Código Civil, sem estabelecimento licenciado ou sem domicílio neste Município;

II - o tomador, ou o intermediário do serviço, estabelecido ou domiciliado em São Borja, relativamente a serviço proveniente do exterior do País, ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior e neste Município tenha sido efetivamente realizado;

III - a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista da Tabela II, anexa a esta Lei Complementar;

IV - a pessoa jurídica tomadora ou intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no §1º do art. 341 desta Lei Complementar;

V - o tomador do serviço de demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

VI - as empresas, cooperativas e instituições congêneres, que atuem na área de plano de assistência médica complementar, ou não, sobre os honorários médicos pagos aos profissionais credenciados que atuam em São Borja, não inscritos no Cadastro Econômico do Município;

VII - os Bancos e demais Instituições Financeiras, sobre serviços prestados por seus credenciados;

VIII - as empresas seguradoras, sobre as comissões pagas às corretoras de seguros;

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

IX - as empresas e entidades que exploram loterias e outros jogos, inclusive apostas, sobre as comissões pagas aos seus agentes, revendedores ou concessionários;

X - as operadoras turísticas, sobre as comissões pagas aos seus agentes e intermediários;

XI - as agências de publicidade ou propaganda, pelos serviços tomados na produção e arte-finalização;

XII - as empresas concessionárias de rodovias, energia elétrica, telefonia e de distribuição de água, sobre serviços de seus contratados;

XIII - as administradoras de imóveis, sobre quaisquer serviços a ela prestados diretamente;

XIV - as empresas de mídia, pelo imposto devido sobre as comissões relativas aos serviços prestados previstos nos subitens 10.08 e 17.06 da lista da Tabela II, desta Lei;

XV - os condomínios, sobre os serviços de qualquer natureza, a eles diretamente prestados;

XVI - a entidade proprietária ou exploradora de espetáculos, quando o promotor do evento não possuir inscrição no cadastro municipal, ou não houver solicitado a liberação prévia do espetáculo ou evento;

XVII - os hospitais, casas de saúde e congêneres, entidades educacionais privadas de ensino de qualquer nível sobre serviços de qualquer natureza por eles tomados.

XVIII - o prestador de serviço estabelecido ou domiciliado no Município de São Borja que alegar e não comprovar a sua inscrição no Cadastro Econômico Municipal ou deixar de emitir documento fiscal comprobatório

da prestação de serviço, estando obrigado a fazê-lo;

XIX - o tomador do serviço de construção civil quando for executado por prestador de serviço com domicílio fora do Município de São Borja;

XX - se encontrar na condição de contratante, fonte pagadora, intermediário de serviços ou que tenha qualquer relação com os serviços prestados:

a) as companhias de aviação;

b) as incorporadoras, construtoras, empreiteiras, e administradoras de obras de construção civil;

c) os produtores e promotores de eventos, inclusive de jogos e diversões públicas;

d) as agremiações, boates, entidades tradicionalistas, clubes esportivos, clubes de serviços ou sociais;

e) as cooperativas em geral;

f) os sindicatos.

§1º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§2º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

§3º A responsabilidade de que trata este artigo será satisfeita mediante retenção na fonte, pelo tomador, no ato do pagamento do serviço e o recolhimento do ISS devido efetuado em nome do substituto tributário, definido pela conjugação da alíquota aplicável sobre o correspondente valor do serviço prestado, conforme Tabela II, integrante desta Lei.

§4º Os responsáveis a que se refere este artigo são obrigados ao recolhimento integral do ISS devido, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§5º No caso de prestação de serviços sujeitos a retenção na fonte, ao próprio Município e sempre que, nos termos desta Lei, for ele o credor do ISS, o respectivo valor será retido quando do pagamento do serviço e apropriado como receita, entregando-se comprovante de quitação ao contribuinte.

§6º A retenção do ISS é obrigatória, irrelevante ser o prestador de serviço optante do SIMPLES NACIONAL, que neste caso o mesmo informará no seu documento fiscal a alíquota em que estiver enquadrado naquele regime tributário, sob pena de sofrer sua retenção pela aplicação do disposto no Inciso V, do § 4º e no § 4º-A do art. 21, da Lei Complementar nº 123/2006. (Alíquota de 5%).

§7º O responsável pela retenção do imposto poderá fornecer o correspondente comprovante de retenção do ISS ao prestador de serviço; sendo o Município o tomador, o comprovante poderá ser emitido através do Portal de Serviços da Prefeitura.

Art.334. O valor do ISS não retido ou não recolhido aos cofres públicos no prazo do vencimento fixado no inciso II do artigo 360 será, quando do seu recolhimento, onerado e penalizado segundo disposto no inciso VIII do artigo 150, acrescido de juros, multa de

mora e atualização monetária nos termos desta Lei.

§1º O responsável tributário é o sujeito passivo da obrigação principal, revestido nesta condição por esta Lei Complementar, para todos os efeitos legais.

§2º É de responsabilidade do sujeito passivo por substituição tributária e do responsável por obrigação acessória a correta aplicação da legislação tributária municipal para a apuração do valor do imposto devido.

§3º Em se tratando de obra de construção civil, o proprietário do terreno onde ocorrer o fato gerador é responsável solidário pelo ISS gerado em decorrência dos serviços prestados naquele local.

Art.335. Atribui-se à pessoa física, proprietária ou empreendedora de obras de construção civil, quando contratante de serviços a que se referem os subitens 7.02 ao 7.05 da lista de serviços constante da Tabela II, desta Lei Complementar, a exigência da comprovação, por parte do(s) prestador(es) do(s) serviço(s), do recolhimento do correspondente imposto (ISS), neste Município.

§1º A inobservância do disposto no *caput* deste artigo determinará o procedimento de que trata a alínea "c", do Inciso I, do art. 338, desta Lei, sem prejuízo da aplicação das disposições legais concernentes à responsabilidade pela retenção e pelo recolhimento do ISS na fonte.

§2º Sem prejuízo dos demais procedimentos da Fiscalização, previstos nesta Lei Complementar, para verificação se o valor do ISS,

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

recolhido ou a recolher, corresponde ao valor da prestação dos serviços de que trata este artigo, poderá ser exigida do contratante ou do contratado a apresentação do contrato da prestação dos serviços, documentos fiscais comprobatórios de materiais aplicados para análise do custo ou preço do serviço informado.

§3º A regularização do ISS decorrente desse serviço será condição para a certificação do correspondente "Habite-se".

Subseção II Das Obrigações Acessórias para os Substitutos

Art.336. Todas as pessoas jurídicas, de direito público e privado, ainda que imunes ou isentas, inclusive os órgãos das Administrações direta ou indireta da União, dos Estados e dos Municípios, bem como suas respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista sob seu controle e as Fundações instituídas pelo Poder Público, estabelecidos ou sediados no Município, tomadores ou intermediários de serviços, responsáveis, ou não, pela retenção na fonte e pelo recolhimento do ISS, ficam obrigados a declararem, mensalmente, por meio de aplicativo disponível em endereço eletrônico da Administração Pública Municipal de São Borja, todos os serviços tomados de terceiros, inclusive de prestadores de serviços não sediados no Município, independentemente do pagamento pelo serviço contratado, incluindo os de profissionais autônomos.

§1º A relação dos contribuintes substituídos pela responsabilidade dos tomadores de serviço será demonstrada na Declaração dos Serviços Tomados, instituída pela Secretaria Municipal da Fazenda.

§2º Os substitutos tributários estão obrigados à inscrição no Cadastro Geral do Município.

Seção III Da Base de Cálculo

Art.337. A base de cálculo do ISS é o preço do serviço.

§1º Quando se tratar de prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal, do próprio contribuinte, o imposto será anual, calculado, por meio de alíquotas fixas em URM, segundo enquadramento dos incisos I e II, abaixo, e na forma da Tabela II, desta Lei, caracterizando-se como trabalho autônomo:

I - aquele, de caráter material ou intelectual, exercido pela pessoa física que, habitualmente e sem subordinação jurídica e dependência hierárquica, exerce atividade de prestação de serviços previstos na lista de que trata a Tabela II, desta Lei;

II - aquele que, nas condições acima, ainda que se utilizar no máximo de 2 (dois) estagiários, ou secretários, ou auxiliares no desenvolvimento de sua atividade, desde que estes não respondam profissionalmente pelo trabalho que prestam, nem tampouco tenham a mesma qualificação técnica profissional do contratante;

III - aquele que terceirizar a produção dos serviços por ele prestados, de forma diferente do estabelecido no inciso I do § 1º, deste artigo.

§2º Descaracterizado o trabalho pessoal por inobservância ao disposto no §1º e incisos deste

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

artigo, a tributação do ISS será em razão do preço do serviço.

§3º Quando os serviços descritos no subitem 3.04 da lista de serviços da Tabela II, forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, ou número de postes localizados em cada Município.

§4º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista da Tabela II, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município de São Borja, calculado sobre a receita de pedágio apropriada à extensão da rodovia, cujo percurso explorado pela concessionária, se situa dentro do território deste Município.

Art.338. Considera-se preço do serviço, para efeitos de base de cálculo do ISS:

I - nas prestações de serviços previstas nos subitens 7.02 e 7.05 da lista de serviços da lista da Tabela II, desta Lei, quando se tratar de empreitada global:

a) o valor total dos serviços, com a exclusão do valor dos materiais consumidos, documentalmente comprovados através das notas fiscais de compra ou transferência de materiais que tenham como destinatário o endereço da obra, aplicados na consecução dos serviços, fornecidos pelo prestador do serviço e do valor das subempreitadas;

b) o total dos honorários, quando sob o regime de administração;

c) a receita presumida, a ser arbitrada, assim entendida aquela tomada por base o percentual mínimo de 40% (quarenta por cento) em relação ao Custo Unitário Básico da Construção Civil - CUB-RS do empreendimento em questão.

II - nos estabelecimentos lotéricos, a diferença entre o preço de aquisição de bilhetes de loteria e o apurado em sua venda, e o valor bruto das demais comissões auferidas sobre todas as demais atividades de intermediação, cobranças, agenciamento e representação;

III - nos serviços de registros públicos, cartorários e notariais, a receita total decorrente dos serviços mensais prestados, com ou sem a formalização da certificação da autenticidade documental, excluídas da base de cálculo as eventuais taxas judiciárias existentes, observada as demais disposições fiscais acessórias específicas, previstas nesta Lei e no Regulamento;

IV - o valor bruto da operação realizada de arrendamento mercantil (leasing), nela incluindo-se os valores das prestações, do saldo residual e dos demais encargos, como taxas de administração e de prêmios de seguros exigidos dos arrendatários e previstos nos instrumentos contratuais;

V - nos serviços de administração e intermediação de cartões de crédito, o valor cobrado mensalmente pelas operadoras, das indústrias, comércios ou prestadoras de serviço, independentemente de ser fixo ou por alíquota sobre o valor das operações, pela:

a) inscrição do usuário;

b) renovação anual;

c) filiação do estabelecimento;

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

d) comissão recebida do estabelecimento filiado ou associado, a título de intermediação;

e) utilização dos cartões de crédito e/ou débito.

VI - na prestação de serviços das agências operadoras de turismo, o preço cobrado, deduzido os valores referentes às passagens e diárias de hospedagem vinculadas aos programas de viagens e excursões da própria agência, desde que devidamente comprovadas;

VII - na prestação de serviços a que se referem os subitens 4.22 e 4.23 da lista da Tabela II, desta Lei Complementar, o montante da receita bruta, não incluído o valor da receita correspondente ao ato cooperativo principal, deduzido os valores despendidos com terceiros pela prestação de serviços de hospitais, laboratórios e clínicas médicas, odontológicas e congêneres;

VIII - nas cooperativas que possuam profissionais autônomos, o valor da taxa de administração;

IX - a receita arbitrada na forma das disposições dos incisos e parágrafos, dos artigos a 355, desta Lei Complementar;

X - a receita estimada na forma das disposições do artigo 356 desta Lei Complementar;

XI - em relação aos demais serviços a base de cálculo é o preço do serviço, assim considerada a receita bruta de serviços auferida mensalmente pela pessoa jurídica.

§1º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, visando acesso às informações prestadas à Secretaria Estadual da Fazenda pelas administradoras de cartões de crédito ou de débito em

conta corrente e demais estabelecimentos similares.

§2º As administradoras de cartões de crédito ou de débito em conta corrente e demais estabelecimentos similares deverão informar as operações e prestações realizadas no Município de São Borja, cujos pagamentos sejam feitos por meio de seus sistemas de crédito, débito ou similares, à Secretaria Municipal da Fazenda.

§3º A forma de disponibilização das informações da Secretaria Estadual da Fazenda para a Secretaria Municipal da Fazenda será prevista em convênio, na forma do Regulamento.

§4º Ficam também obrigadas as empresas tomadoras dos serviços de cartões de crédito e/ou de débito, a informar as alíquotas aplicadas para cada estabelecimento conveniado, sempre que solicitado pelo Município e diretamente a este.

Art.339. Ressalvada a dispensa da emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviço - NFS-e para os serviços enquadrados no artigo 371, são aplicáveis aos prestadores de serviços todas as disposições fiscais acessórias atribuídas aos contribuintes do ISS, previstas nesta Lei Complementar e no Regulamento.

Art.340. Para efeitos de base de cálculo do ISS, a receita de serviços de que trata o inciso I "a", do artigo 338, poderá ser arbitrada pela Autoridade Fazendária, de conformidade com o disposto no artigo 352, desta Lei.

Seção IV

Das Alíquotas e das Disposições Acessórias

Art.341. As alíquotas do ISS são as constantes da Tabela II, desta Lei Complementar, sendo a alíquota mínima de 2%(dois por cento).

§1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no *caput*, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista da Tabela II, anexa a esta Lei Complementar.

§2º Quando a natureza do serviço prestado tiver enquadramento em mais de uma alíquota, o imposto será calculado pela de maior valor, salvo quando o contribuinte discriminar a sua receita, de forma a possibilitar o cálculo pelas alíquotas em que se enquadrar.

§3º O serviço cuja especificação não estiver elencada na lista a que se refere a Tabela II, desta Lei Complementar, será tributado de conformidade com a atividade que apresentar com ela maior semelhança de características.

Art.342. O contribuinte sujeito ao imposto em razão de sua receita de serviços fará o recolhimento do ISS, de forma mensal, segundo a alíquota estipulada para a sua atividade, até o vigésimo dia do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador, por meio da Declaração do ISS, devendo, ainda:

I - emitir, por ocasião de cada prestação, um dos documentos fiscais, identificador da operação, abaixo especificados, observadas

as disposições do artigo 365 e do Regulamento do ISS;

II - escriturar as receitas de prestação de serviço no livro de Registro Especial do ISS, por sistema informatizado, ou não, até o dia 10 do mês seguinte ao da competência da receita, na forma regulamentada por Decreto do Executivo Municipal.

§1º Quando a natureza da operação, ou as condições em que se realizar, tornarem impraticável ou desnecessária a emissão de documentos fiscais de prestação de serviço, a juízo da Fazenda Municipal, poderá ser dispensado o contribuinte das exigências deste artigo calculando-se o imposto com base na receita estimada disposto nesta Lei Complementar, apurada na forma que for estabelecida no Regulamento.

§2º Poderá ser exigido, dos contribuintes, declaração de informação anual de dados relativos a prestação de serviços sujeitos ao ISS, cuja formalidade será definida em ato do Secretário Municipal da Fazenda.

§3º Os serviços de táxi, Uber e similares são tributados pelo ISS, em valor fixo, lançado por ano ou fração, em razão da licença para esse fim, de acordo com a Tabela II, desta Lei Complementar.

Art.343. Observadas as disposições do regulamento do ISS, para fins de controle da Fiscalização Tributária, os estabelecimentos abaixo mencionados ficam obrigados a fornecer à Secretaria Municipal da Fazenda, eletronicamente, relatório com as seguintes informações:

I - o Centro de Registro de Veículos Automotores - CRVA:

a) arquivo digital dos documentos fiscais vinculados aos registros de veículos adquiridos mediante operações de arrendamento mercantil, *leasing*;

b) cópia do relatório mensal emitido pelo DETRAN com os valores a eles creditados pelos serviços prestados.

II - os Centros de Formação de Condutores - CFC, cópia do relatório mensal emitido pelo DETRAN com os valores a eles creditados pelos serviços prestados;

III - os Centros de Remoção e Depósitos - CRD, cópia do relatório mensal emitido pelo DETRAN com os valores a eles creditados pelos serviços prestados.

Seção V Do Lançamento

Art.344. O imposto é lançado com base nos elementos do Cadastro Econômico e, quando for o caso, pelo contribuinte por meio da Declaração Mensal do ISS, tendo, esta, efeitos de confissão de dívida.

§1º Quando se tratar de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será lançado por ano ou fração, calculado por meio de alíquotas fixas em URM, em função da natureza do serviço ou de outros fatores pertinentes, nestes não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.

§2º Ressalvado o disposto no inciso I, do parágrafo 4º, quando os serviços a que se referem os subitens 4.01, 4.02, 4.06, 4.08, 4.09, 4.10, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 4.15, 4.16, 4.18, 5.01, 7.01, 10.03, 17.14, 17.16, 17.19, 17.20 da lista a que se refere o § 1º do artigo 329, desta Lei Complementar, forem prestados por sociedades, estas ficarão sujeitas ao imposto na forma do §

1º, calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da Lei aplicável.

§3º O tratamento diferenciado de que trata o parágrafo anterior não alcança as sociedades de profissionais que exploram atividades enquadradas nos subitens referidos no § 2º, acima, que atuam em caráter empresarial, nas quais haja retirada de pró-labore e distribuição de lucros, bem como as sociedades constituídas por quotas, cuja responsabilidade é limitada ao capital social.

§4º Os escritórios de serviços contábeis que aderirem ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 (Simples Nacional) estarão sujeitos à tributação do ISS em valor fixo anual correspondente ao disposto na Tabela II, I - trabalho pessoal, calculado em relação a cada sócio profissional habilitado no CRC/RS.

I - O recolhimento do ISS de que trata este parágrafo se dará por meio de Documento de Arrecadação do Município, conforme determina o § 22-A do art. 18 da LC nº 123/2006, e os valores recolhidos deverão ser informados quando do preenchimento do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - DAS, para fins de dedução da alíquota relativa ao ISS, prevista no Anexo III da mesma Lei Complementar.

II - Os escritórios de serviços contábeis optantes pelo Regime

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Simplificado de Arrecadação dos Tributos ficam condicionados ao cumprimento das obrigações previstas no § 22-B do art. 18 da LC nº 123/2006, sob pena de exclusão do Simples Nacional.

§5º A falta do cumprimento das disposições do parágrafo anterior e de seus incisos, ou por constatação ulterior, pela Fiscalização Tributária, de que as informações prestadas, ao seu tempo, não conferem com a verdade, constitui infração à disposições deste Código Tributário e da legislação do Simples Nacional, passível de exclusão daquele Regime Tributário Federal ao amparo das específicas disposições previstas na LC 123/2006.

Art.345. Se o início de atividade sujeita à valor fixo do ISS ocorrer no primeiro semestre do exercício, o lançamento do imposto será relativo a todo o ano e se o início das atividades ocorrer no segundo semestre, o lançamento do ISS será de apenas 50% (cinquenta por cento) do total, conforme estipulado na Tabela II.

Art.346. No caso de atividade iniciada antes de ser promovida a inscrição, o lançamento retroagirá ao mês do início.

Art.347. A receita bruta tributável e o imposto serão mensalmente declarados pelo contribuinte, pelo meio eletrônico a que se refere o § 2º abaixo, gerando guia de recolhimento e, no caso de verificação de pagamento a menor, este poderá ser lançado por Declaração Complementar.

§1º A falta de declaração da receita e/ou do recolhimento do imposto mensal, constitui infração tributária e determinará procedimento de ofício.

§2º A Declaração Eletrônica substitui a apresentação do livro de registro especial, manual ou por sistema informatizado, porém, não desobriga o contribuinte do ISS a manter e escriturar as operações

atinentes à prestação de serviços quer por meio digital, processamento eletrônico ou escritural, bem como adotar livros fiscais, nos modelos determinados ou instituídos por Decreto do Executivo e/ou por atos da Secretaria Municipal da Fazenda.

Art.348. As instituições financeiras integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a que refere a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, obrigadas a informar ao Banco Central do Brasil o plano de contas definido nas Normas Básicas de Plano de Contas - COSIF, instituídas por aquele Banco, e aquelas a elas equiparadas na forma do parágrafo único do art. 17 da referida Lei, deverão apresentar a Declaração Eletrônica Mensal de Serviços em modelo próprio, devendo escriturar, conforme dispuser o regulamento, informações sobre suas atividades e receitas, inclusive as contidas em seus balancetes analíticos mensais dos estabelecimentos prestadores de serviços no Município e do balancete consolidado da instituição financeira.

§1º Havendo mudança de modelo de plano de contas, a declaração apresentada sofrerá as devidas adaptações.

§2º As informações serão prestadas no maior detalhamento que os registros permitirem e delas deverão constar a conta interna de registro na contabilidade da instituição, sua correlação com a conta correspondente incluída nas Normas Básicas de Plano de Contas - COSIF, instituído pelo Banco Central do Brasil, ou aquele que vier a substituí-lo, e, em se tratando de receita de serviço sobre o qual incide o ISS, sua

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

correlação com o item da tabela de serviços do imposto, o valor do movimento da conta, a base de cálculo do imposto e o valor do imposto a ser pago.

§3º Será entregue uma Declaração para cada estabelecimento com inscrição própria.

§4º A apresentação da declaração referida no § 3º será regulamentada por decreto.

Art.349. No caso de atividade tributável com base no preço do serviço, tendo-se em vista às suas peculiaridades ou circunstâncias em que forem constatadas as práticas dos serviços, poderão ser adotadas pelo Fisco outras formas de lançamento, inclusive com a antecipação do pagamento do imposto por estimativa ou operação.

Art.350. Se a baixa de atividade sujeita à valor fixo do ISS ocorrer no primeiro semestre do exercício, o imposto será devido em relação ao primeiro semestre e se e a baixa das atividades ocorrer no segundo semestre, o imposto será devido na sua integralidade, conforme estipulado na Tabela II.

Subseção I Do Arbitramento

Art.351. Denomina-se arbitramento o procedimento administrativo adotado pelo Fisco para determinar a base de cálculo do imposto, depois de iniciada a ação fiscal, levando em conta indícios e presunções mediante observação de circunstâncias que permitam induzir o montante da receita bruta.

§1º Verificada a ocorrência de uma das situações citadas nos artigos 354, 355 e 356 o arbitramento será efetuado mediante processo regular, com lavratura do Auto de Infração, tomando por base alguns dos seguintes parâmetros:

I - as receitas correspondentes ao movimento diário da prestação de serviços, observadas em três dias, alternados desse mesmo mês, necessariamente representativos das variações de funcionamento do estabelecimento ou da atividade;

II - o somatório das despesas globais do estabelecimento, apropriadas ou incorridas em um mês de efetivo funcionamento, tais como:

a) matérias primas, combustíveis e outros materiais consumidos no período;

b) folha de salários pagos ou creditados durante o período, adicionada dos encargos sociais, inclusive honorários de diretores, contadores e retiradas dos sócios;

c) despesas com aluguel, fornecimentos de água, energia elétrica, telefone;

d) despesas com impostos, taxas, seguros e publicidade;

e) outras despesas mensais obrigatórias;

f) busca de informações junto a clientes e fornecedores;

g) levantamento de informações junto a outros órgãos municipais;

h) busca de informações junto a repartições públicas estaduais e federais, tais como: RAIS, guias de INSS e Declaração de Imposto de Renda.

§2º Para o arbitramento da receita mensal, pelo critério estabelecido no inciso I do parágrafo anterior, a Autoridade Tributária procederá a

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

multiplicação da média das receitas diárias apuradas pelo número de dias de efetivo funcionamento naquele mês.

§3º O mesmo critério estabelecido no inciso I do *caput*, poderá ser aplicado a, pelo menos, três meses consecutivos.

§4º A média da receita de serviços, apurada dentro dos critérios estabelecidos nos §§ 2º e 3º, para efeitos fiscais, servirá de base para arbitrar as receitas retroativas, respeitando-se o prazo de decadência.

§5º Para o arbitramento da receita mensal, pelo critério estabelecido no inciso II do *caput* deste artigo, a Autoridade Tributária acrescentará ao total das despesas mensais incorridas pelo estabelecimento um percentual a título de lucro presumido correspondente a não menos de 20% (vinte por cento), e nunca superior a 50% (cinquenta por cento).

Art.352. No caso de serviços de construção civil, a receita de serviços de que trata o inciso I, alínea "a" do artigo 338, poderá ainda ser arbitrada pela Autoridade Tributária, sempre que o preço pactuado pela prestação do serviço seja omissivo, ou não mereçam fé as declarações ou os documentos do sujeito passivo, que, neste caso, considerará:

I - o período da prestação do serviço;

II - o preço do serviço equivalente ao custo médio, atualizado, da construção civil, válido no Rio Grande do Sul - CUB-RS, calculado segundo a metragem quadrada da obra executada, o tipo ou grau de acabamento da mesma, de acordo com Decreto do Executivo Municipal, que levará em conta os parâmetros de custo, publicados mensalmente pelo SINDUSCON-RS para obras que mais se assemelharem.

§1º Em se tratando de obra da construção civil, o proprietário do terreno onde ocorrer

o fato gerador é o responsável solidário pelo ISS gerado, na forma estabelecida no artigo 26, desta Lei.

§2º Ressalvada a dispensa da emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviço para os casos definidos, são aplicáveis aos prestadores de serviços a que se refere o artigo anterior, todas as disposições fiscais acessórias atribuídas aos contribuintes do ISS, previstas na Lei e no Regulamento.

Art.353. No caso de operações de arrendamento mercantil (*leasing*) a base de cálculo do ISS, quando não declarada, terá o valor da operação arbitrada pelo Fisco considerando 130 % (cento e trinta por cento) do valor da nota fiscal do bem adquirido junto à instituição financeira.

Art.354. Nos casos de operações com cartões de crédito, a base de cálculo do ISS, a ser arbitrada corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor mensal das operações realizadas neste Município, informadas pelas Fazendas estadual ou federal, em decorrência de convênio.

Art.355. Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, a receita bruta poderá ainda, ser arbitrada pelo Fisco Municipal, com base em elementos ponderáveis, como média técnica de prestação de serviços, índice econômico-contábil, verificados de forma preponderante no mesmo ramo de negócio ou atividade, bem como, os preços adotados em atividades semelhantes, nos seguintes casos:

I - quando o contribuinte, depois de intimado, deixar de exibir ao Fisco os

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

documentos ou livros fiscais de utilização obrigatória;

II - quando houver fundada suspeita de que os documentos fiscais não refletem o preço real dos serviços, ou quando o declarado for notoriamente inferior ao corrente na praça;

III - quando, por qualquer motivo, o contribuinte não exibir ao Fisco os documentos fiscais ou administrativos, necessários à comprovação do preço do serviço prestado;

IV - quando o contribuinte não houver emitido a Nota Fiscal de Serviços nas operações sujeitas ao imposto, ou alegar perda, extravio ou inutilização dos documentos fiscais;

V - quando o contribuinte não estiver inscrito no Cadastro Econômico do Município e efetuar operações sujeitas ao imposto;

VI - quando o contribuinte houver comunicado oficialmente, mediante processo regular o furto, extravio ou destruição em incêndios ou enchente, de documentos fiscais de prestação de serviço e for comprovada a falta de recolhimento do imposto.

Subseção II Da Estimativa Fiscal da Receita de Serviços

Art.356. A Autoridade Tributária poderá instituir sistema de cobrança de imposto, em que a base imponible seja fixada por estimativa do preço dos serviços, ou, quando se tratar de trabalho pessoal, por valor fixo, nas seguintes hipóteses:

I - quando se tratar de estabelecimento de funcionamento provisório;

II - quando se tratar de prestadores de serviços de precária organização;

III - quando o contribuinte não tiver condições de emitir os documentos fiscais e escriturar livros previstos na legislação tributária;

IV - quando se tratar de contribuinte cuja espécie, modalidade ou volume de operações imponha tratamento fiscal especial;

V - quando se tratar de atividade temporária ou de difícil confirmação do preço do serviço;

VI - quando se tratar de trabalho que envolva responsabilidade técnica por serviços de que tratam os subitens 7.02, 7.04 e 7.05 da lista da Tabela II.

§1º Ressalvada a situação prevista no inciso VI deste artigo, caso em que o ISS será lançado de conformidade com o disposto no subitem 3 do item I (trabalho pessoal) da Tabela II desta Lei Complementar, nas demais hipóteses previstas neste artigo, o sistema de lançamento do imposto, em base fixada por estimativa da receita de serviços, será efetuada mediante documento expedido pela Autoridade Fazendária.

§2º Para cálculo do imposto, tomar-se-á por base o somatório das despesas globais do estabelecimento, apropriadas ou incorridas em um mês de efetivo funcionamento, tais como:

I - matérias primas, combustíveis e outros materiais consumidos no período;

II - folha de salários pagos ou creditados durante o período, adicionada dos encargos sociais, inclusive honorários de diretores, contadores e retiradas dos sócios;

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

III - despesas com aluguel, fornecimentos de água, energia elétrica, telefone;

IV - despesas com impostos, taxas, seguros e publicidade;

V - outras despesas mensais obrigatórias.

§3º Para a estimativa da receita mensal, pelo critério estabelecido no *caput* deste artigo, a Autoridade Tributária acrescentará ao total das despesas mensais incorridas pelo estabelecimento um percentual a título de lucro presumido correspondente a não menos de 20% (vinte por cento), e nunca superior a 50% (cinquenta por cento).

Art.357. O contribuinte que não concordar com a base de cálculo estimada, poderá apresentar impugnação no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da intimação.

Parágrafo único. No caso específico de atividade exercida em caráter provisório, a estimativa se dará por intermédio de Notificação de Lançamento Fiscal; por eventual discordância do valor lançado, poderá haver impugnação, no prazo máximo de setenta e duas horas antes do evento, acompanhado de justificativas plausíveis.

Art.358. A impugnação terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o interessado reputar justo, assim como os elementos para a sua aferição.

Art.359. A receita decorrente de obra de construção civil, a critério da Fiscalização, poderá ser estimada e o ISS recolhido antecipadamente à entrega do Alvará de Licença para Construção Civil, quando o construtor não seja contribuinte inscrito no Cadastro Econômico do Município, calculado, no caso, de acordo com o disposto inciso II do artigo 352, desta Lei.

§1º Terminada a construção é facultado a ambas as partes, sujeito ativo e passivo da relação tributária, exigir o imposto apurado a maior do que a estimativa para a edificação ou a devolução pelo recolhimento a maior.

§2º O sujeito ativo da relação tributária, de que trata o parágrafo anterior, terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias do despacho que determinar a devolução ao sujeito passivo, do recolhimento a maior em razão de prestação de serviços insuficientes para alcançar o imposto lançado.

§3º Poderá a Administração Tributária Municipal exigir a apresentação de prova do recolhimento dos tributos municipais incidentes sobre a obra, bem como das notas fiscais relativas aos materiais empregados na mesma por ocasião da liberação do "Habite-se".

Seção VI Do Pagamento

Art.360. O imposto será pago:

I - em parcelas mensais, quando calculada na forma do artigo 356, com vencimento no vigésimo dia do mês seguinte ao da receita estimada;

II - quando retido na fonte, apurado mensalmente e recolhido pelo tomador do serviço, até o 20º (vigésimo) dia do mês seguinte ao de sua apuração;

III - nos demais casos, sobre a soma dos serviços prestados, apurado mensalmente e pago até o 20º

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

(vigésimo) dia do mês seguinte ao de sua apuração;

IV - no caso dos contribuintes tributáveis pelo trabalho pessoal o pagamento obedecerá a calendário abaixo definido:

a) cota única com 10 %(dez por cento) de desconto, vencendo no dia 31 de março;

b) no ano subsequente ao da inscrição cadastral, em 6 (seis) parcelas com vencimentos no último dia útil do mês, iniciando pelo mês de março;

c) com exceção do disposto na alínea “d”, o ISS devido poderá ser pago em até seis vezes, desde que o número de parcelas não ultrapasse o exercício da inscrição;

d) em uma única parcela, quando a inscrição ocorrer a partir do último trimestre, simultaneamente com a inscrição cadastral;

e) no caso da baixa de atividade ocorrer no primeiro semestre do exercício, o imposto será devido em relação ao primeiro semestre e se e a baixa das atividades ocorrer no segundo semestre, o imposto será devido na sua integralidade, conforme estipulado na Tabela II, devendo ser pago em parcela única.

§1º Na hipótese do inciso I deste artigo, o sujeito ativo da relação tributária, poderá exigir o imposto apurado a maior do que a estimativa para o período.

§2º Na hipótese do inciso I (estimativa de receita, pagas em parcelas mensais), as diferenças apuradas a maior no exercício deverão ser recolhidas até o último dia do mês de janeiro do ano seguinte.

§3º Na hipótese do inciso I (estimativa fiscal), quando o início de atividades ocorrer durante o exercício, o imposto será calculado observando-se o número de

meses faltantes, calculando-se como inteiro a fração do mês.

§4º No mês em que não houver prestação de serviços, a declaração de ISS será informada com a expressão “SEM MOVIMENTO” e, apresentada até a data prevista para entrega da declaração no mês.

§5º Ressalvadas as disposições do § único do artigo 156, nas situações de lançamento por Auto de Infração o vencimento do tributo ocorrerá 30 (trinta) dias após a data da ciência do autuado e/ou em igual prazo em se tratando de decisão de recurso em qualquer instância.

Art.361. O imposto quando pago por estimativa fiscal terá seu valor expresso em URM, convertido para a moeda corrente (R\$) para pagamento nos vencimentos previstos no próprio documento, definidos no artigo anterior.

Art.362. O pagamento do imposto se fará mediante guia de recolhimento, autenticada em rede bancária autorizada e seus credenciados.

Seção VII Das Isenções

Art.363. É facultada a isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, em relação aos seus objetivos institucionais, as pessoas físicas, jurídicas e entidades não imunes descritas nos subitens 7.02, 7.05 e 16.0.1, em especial aos prestadores dos serviços enquadrados no subitem 7.02 da lista de serviços anexa à Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em relação aos referidos serviços, quando prestados

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

no âmbito de programas habitacionais, vinculadas à produção de novas unidades habitacionais no Município de São Borja, destinadas às famílias com renda de até 1,5 (um e meio) salários mínimos.

§1º O correspondente valor desse serviço, alcançado pela isenção, será escriturado como serviço não tributável pelo Imposto.

§2º As isenções, de que tratam o artigo 363 desta Lei Complementar serão solicitadas em requerimento, acompanhado das provas de que o contribuinte preenche os requisitos necessários à obtenção do direito.

§3º A isenção relativa aos prestadores de serviços dos programas habitacionais dirigidos à população de baixa renda depende de requerimento por parte do empreiteiro principal, dirigido ao Secretário Municipal da Fazenda, com prova de prévio cadastramento da obra na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

§4º Todos os contribuintes que na data imediatamente anterior à publicação desta Lei Complementar, gozem de isenção, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros concedidos com vínculo ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS que, de forma direta ou indireta reduzam a alíquota do imposto a percentual inferior a 2% (dois por cento), terão esses benefícios revogados a contar do dia 30 de dezembro de 2017.

Seção VIII

Dos Documentos Fiscais

Subseção I

Da Obrigatoriedade da Emissão

Art.364. O prestador de serviço pessoa jurídica e empresários, nos termos do artigo 966, do Código Civil, ou a esses equiparados, cuja atividade estiver prevista na lista de serviços a que se refere o § 1º

do artigo 329 desta Lei, emitirá, obrigatoriamente, por ocasião de cada operação ou prestação que realizar, segundo as peculiaridades de suas atividades e nas condições abaixo, um dos documentos instituídos, em modelo oficial e com sua utilização e impressão autorizada pelo Município, observadas as disposições do Regulamento e demais normas sobre essas instituídas pela Fazenda Municipal:

I - Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e;

II - Bilhete de Passagem;

III - *Ticket* de Ingresso;

IV - *Ticket* de pedágio;

V - RPS (Recibo Provisório de Serviço) que servirá como comprovante provisório da prestação de serviços podendo ser impresso, ou gerado eletronicamente (RPS-e), devendo ser substituído por NFS-e, conforme disposto em regulamento que trata sobre a Nota Fiscal de Serviço Eletrônica;

VI - Comprovante de emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - CENF-e;

VII - Ordens de Serviços, que deverão ser emitidas pelas empresas prestadoras dos serviços constantes nos subitens 14.01, 14.03, 14.05 e 14.11 da lista de serviços do Anexo I, anteriormente à efetiva prestação de serviço e a emissão da Nota Fiscal.

§1º A emissão da Ordem de Serviço, não exime o contribuinte da emissão da Nota Fiscal.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

§2º A Ordem de Serviço que trata este artigo, deverá ser emitida mesmo que o serviço não seja prestado.

§3º Os livros e documentos fiscais, que são de exibição obrigatória à fiscalização, não poderão ser retirados do estabelecimento ou domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos nas normas regulamentares.

§4º Constituem instrumentos auxiliares da escrita fiscal os livros de contabilidade geral do contribuinte, tanto os de uso obrigatório, quanto os auxiliares, os documentos fiscais, as guias de pagamento do imposto e demais documentos, ainda que pertencentes ao arquivo de terceiros, que se relacionem, direta ou indiretamente, com os lançamentos efetuados na escrita fiscal ou comercial do contribuinte ou responsável.

§5º Ressalvada a dispensa da obrigatoriedade de emissão de nota fiscal eletrônica instituída pelo Município, a que se refere o artigo 371, e o correspondente Regulamento, o prestador do serviço emitirá, ainda, tal documento:

I - sempre que prestar serviço tributável, ou não, pelo ISS;

II - quando receber adiantamentos por etapa de serviço prestado, assim entendido, parcelas de pagamento por serviços parcialmente prestados;

III - na regularização decorrente de diferença de preço ou reajustamento do serviço, que implique em aumento do valor original da prestação de serviço, quando já tenha sido emitido documento fiscal.

§6º Nos serviços prestados para recebimento a prazo, a base de cálculo do ISS corresponderá ao valor corrigido, incluindo-se os juros ou o ônus decorrente do prazo, desde que estes não sejam

contabilizados a título de juros ativos de financiamentos.

§7º A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e é de utilização obrigatória para todos os contribuintes, pessoa jurídica ou equiparada, sendo que sua eventual substituição poderá ser feita até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da sua emissão; decorrido este período, o cancelamento só será permitido mediante solicitação protocolada à Secretaria Municipal da Fazenda, pelo motivo que o justifique, mediante pagamento da penalidade prevista no inciso IX do art.150.

§8º Poderão ser considerados pela Fazenda Municipal, para efeitos de lançamento do ISS, na ausência da adoção de documento oficialmente instituído pelo Município, bilhetes de ingressos, *tickets*, convites, conhecimentos de fretes ou de depósito, além de outros não aqui previstos, desde que revestidos de requisitos identificáveis de controle fiscal, mesmo que não contenham valor ou preço a que se refiram.

§9º Documentos que circulem sem autorização ou, fora dos padrões habituais, adotados pela administração tributária, têm valor fiscal apenas para dar ocorrência ao fato gerador e presumem fraude.

§10º Ressalvado o disposto na Subseção III, desta Seção, é vedada a utilização de recibo em substituição a documento fiscal para comprovação da prestação de serviços, servindo aquele apenas para comprovação de valor ou outro bem efetivamente recebido.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Art.365. Os documentos fiscais mencionados nos incisos do artigo anterior, cujos modelos acham-se anexos ao Regulamento, obedecem às disposições do mesmo, e são identificados, ainda, segundo as operações de serviços:

I - NFS-e - nos serviços de pessoas jurídicas para cuja emissão obrigatória, via *online* ou *web service* for determinada por Ato do Executivo, comprovável, para fins de trânsito, pela emissão do Comprovante de Emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - CENF-e.

§1º No caso de eventual impedimento temporário da emissão *online*, ou *web service* da NFS-e pelo prestador do serviço, é permitida a emissão do Recibo Provisório de Serviços - RPS, observadas as normas do Regulamento.

§2º A NFS-e instituída pelo Município, para os prestadores de serviços e que explorem concomitantemente atividades sujeitas à incidência do ICMS, e que para essa operação se utilizam de Nota Fiscal Eletrônica Estadual, e poderão adotar a NF-eC (Nota Fiscal eletrônica conjugada), após assinatura de Convênio com a Fazenda Estadual, nos moldes do art. 26-A e 29, do Livro II do Regulamento do ICMS, com o devido destaque do ISS.

§3º Quando da opção pelo contribuinte da Nota Fiscal Eletrônica Conjugada (NFe-C), após a autorização do Fisco Estadual, tal procedimento deverá ser autorizado pelo Fisco Municipal.

§4º O modelo da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços Conjugada - NFe-C, nas situações previstas no parágrafo anterior, deverá ser adequada à discriminação dos serviços, ao valor dos serviços prestados, com destaques das respectivas bases de cálculo dos tributos em questão, observando-se, no que couber, as demais exigências fiscais

acessórias disciplinadas nesta Lei e no Regulamento.

§5º É facultada a utilização de Nota Fiscal de Serviço por profissional autônomo, que preste serviço sob a forma de trabalho pessoal, que nesse caso utilizará Nota Fiscal Eletrônica "não tributada - NT", conforme modelo anexo ao Regulamento.

Art.366. Nas hipóteses de documentos fiscais impressos, deverão ser adotados os formatos definidos no Regulamento.

Art.367. Cada estabelecimento terá documento fiscal próprio, seja matriz, filial, sucursal, agência, depósito ou qualquer outro.

Art.368. Quando o valor da base de cálculo for diverso do valor da prestação de serviço, o contribuinte mencionará esta circunstância no documento fiscal, indicando o montante sobre o qual foi calculado o imposto.

Art.369. A isenção ou imunidade do ISS atribuída ao prestador do serviço não dispensa o uso e a emissão de documentos ora instituídos, ressalvadas as hipóteses aqui previstas.

Art.370. Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI, nas situações previstas no § 1º do art. 26, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, o contribuinte ficará obrigado a fornecer ao tomador do serviço, pessoa jurídica, por ocasião da prestação do serviço, a correspondente Nota Fiscal de Serviços, com a devida indicação de "MEI", dados de seu cadastramento

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

no Município e no CNPJ, e dos serviços prestados.

Subseção III

Atividades Dispensadas da Emissão de Documentos Fiscais do ISS

Art.371. São dispensadas da emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, a prestação de serviços pelos estabelecimentos relacionados nos incisos abaixo, e desde que suas receitas, quando solicitadas à comprovação pelo Fisco Municipal, possam ser comprovadas por outros documentos idôneos, utilizados em obediência às disposições legais de outros órgãos ou instituições reguladoras e/ou controladoras daqueles serviços:

I - os serviços prestados pelos Bancos, Caixa Econômica e pelos demais que prestem serviços a esses assemelhados, autorizados pelo Banco Central do Brasil, em relação aos serviços de suas finalidades institucionais;

II - os serviços prestados pelos Registros Públicos, Cartorários e Notariais;

III - os serviços prestados pelos Correios;

IV - os serviços de cobrança de pedágios;

V - os serviços de atividades de diversões públicas (cinemas, circos, shows musicais e similares).

Parágrafo único. Aos contribuintes cujas atividades acham-se dispensadas da emissão de Nota Fiscal Eletrônica de Serviços são aplicáveis todas as disposições fiscais acessórias atribuídas aos demais contribuintes do ISS, conforme disposto no Regulamento.

Subseção IV

Dos Quesitos dos Documentos Fiscais

Art.372. Os documentos fiscais instituídos nesta e por outras Leis, posteriormente

editadas, bem como os seus quesitos, obedecerão aos modelos regulados por Decreto do Executivo Municipal, complementados, em sendo necessário, por demais normas baixadas por atos do Secretário Municipal da Fazenda.

Subseção V

Das Disposições Gerais

Art.373. Quando o contribuinte tiver documentos fiscais furtados, extraviados ou destruídos por sinistros, deverá, em relação ao Fisco, proceder em conformidade com o disposto no Regulamento.

Art.374. A Secretaria Municipal da Fazenda poderá autorizar a substituição da Nota Fiscal de Serviços por qualquer outro documento emitido em função da exigência contida nas legislações referentes aos impostos sobre a produção, a circulação e sobre serviços não compreendidos na competência municipal.

Art.375. A Secretaria Municipal da Fazenda poderá firmar convênio com a Secretaria Estadual da Fazenda com o objetivo de implantar no Município a emissão de documentos fiscais por intermédio do EMISSOR DE CUPOM FISCAL - ECF.

Subseção VI

Da Autorização de Impressão de Documento Fiscal

Art.376. Os estabelecimentos gráficos somente poderão confeccionar os documentos fiscais mediante prévia autorização do órgão competente da Administração Tributária Municipal, observadas as disposições do Regulamento.

TÍTULO IV

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

DAS TAXAS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES COMUNS A TODAS AS TAXAS

Seção Única Das Disposições Gerais

Art.377. A Taxa é a prestação pecuniária imposta pelo Município, em razão de serviços públicos prestados aos administrados, que se utilizam de serviço público especial e divisível, de caráter administrativo ou jurisdicional, ou o tem a sua disposição, e ainda quando provoca em seu benefício ou por ato seu, despesa especial dos cofres públicos.

Art.378. As disposições estabelecidas neste título aplicam-se a todos os tipos de Taxas cobradas pelo Município, quais sejam:

- I - Taxas decorrentes do Poder de Polícia;
- II - Taxa de Serviços Urbanos.

Art.379. As taxas cobradas pelo Município têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial de serviço público e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

CAPÍTULO II DAS TAXAS DECORRENTES DO PODER DE POLÍCIA

Seção I Disposições Gerais

Art.380. A taxa decorrente do Poder de Polícia do Município tem como fato gerador a atividade administrativa pública que regula as condutas do contribuinte em razão de interesse público relativo à segurança, à higiene, à ordem, aos

costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos interesses individuais ou coletivos, limitando ou disciplinando os interesses, direitos e liberdades individuais nos termos do artigo 78 do Código Tributário Nacional.

§1º O Poder de Polícia será exercido em relação a quaisquer atividades, lucrativas ou não, e a quaisquer atos a serem respectivamente exercidos ou praticados no território do Município, dependentes de Licenciamento da Prefeitura, nos termos deste Código.

§2º São Taxas decorrentes do Poder de Polícia:

- I - Taxa de Licença de Localização e Funcionamento de Estabelecimento de Qualquer Natureza;
- II - Taxa de Licença para Atividades de Ambulantes e/ou Eventuais;
- III - Taxa de Fiscalização do Funcionamento de Estabelecimento em Horários Especiais;
- IV - Taxa de Licença para Sepultamento;
- V - Taxa de Licença para Execução de Obras ou Serviços de Engenharia;
- VI - Taxa de Licença para Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos;
- VII - Taxas de Serviços de Vigilância Sanitária;
- VIII - Taxa de Licenciamento Ambiental;

IX -Taxa de Registro e Inspeção Sanitária dos Produtos de Origem Animal;

X -Taxa de Serviços Públicos de Trânsito;

XI -Taxa de Licença Para Publicidade;

XII -Taxa de Apreensão de bens e Mercadorias.

§3º É taxa decorrente do Poder de Polícia Ambiental a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), instituída e regulamentada por legislação específica.

§4º É obrigatório o licenciamento, para todas as pessoas físicas ou jurídicas, interessadas no exercício de quaisquer atividades ou ainda, na prática de atos sujeitos ao Poder de Polícia administrativa do Município, sob pena de multa.

§5º As licenças, conforme o caso, serão concedidas sob a forma de Alvará, que deverá ser exibido à Fiscalização, sempre que solicitado.

Seção I

Das Taxas de Licença de Localização e Funcionamento de Estabelecimento de Qualquer Natureza.

Subseção I

Do Fato Gerador, da Incidência e do Sujeito Passivo

Art.381. A Taxa de Licença de Localização e Funcionamento de Estabelecimento de Qualquer Natureza, fundada no Poder de Polícia do Município, concernente ao ordenamento das atividades urbanas e à proteção do meio ambiente, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a localização, instalação e funcionamento de quaisquer estabelecimentos em observância à legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo urbano, da higiene, saúde,

segurança, ordem e tranquilidade pública e do meio ambiente.

Parágrafo único. Considera-se estabelecimento o local do exercício de qualquer atividade comercial, industrial, profissional, de prestação de serviço e similar, ainda que exercida no interior de residência, com localização fixa.

Art.382. Nenhum estabelecimento poderá se localizar, nem será permitido o exercício de atividade, sem a prévia licença do Município.

Art.383. A incidência e o pagamento da Taxa independem:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulares ou administrativas;

II - do local onde é exercida a atividade;

III - do efetivo funcionamento da atividade ou da efetiva utilização dos locais;

IV - do caráter permanente ou transitório do estabelecimento.

Parágrafo único. Para efeito da incidência da Taxa consideram-se estabelecimentos distintos:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de negócio, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora com idêntico ramo de negócios e sob a mesma responsabilidade, estejam situados em prédios distintos ou locais diversos.

III - as pessoas físicas que, embora no mesmo local, exploram atividades econômicas distintas e/ou

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

enquadradas em diferentes subitens de serviços tributáveis pelo ISS.

Art.384. O sujeito passivo da Taxa é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão da localização, instalação e funcionamento dos estabelecimentos, assim entendidos os mencionados no parágrafo único do artigo 381.

Subseção II Da Base de Cálculo

Art.385. A Taxa é estabelecida de acordo com o custo de atividade de fiscalização e será cobrada em valor fixo, tendo como base de cálculo a URM, na forma da Tabela III desta Lei.

Subseção III Do Lançamento e da Arrecadação

Art.386. A Taxa será lançada por ocasião da localização e instalação do estabelecimento e, depois anualmente de ofício, com vencimento para o dia 30 de março.

§1º A Taxa será devida integral e anualmente, independente da data de abertura do estabelecimento, transferência do local ou qualquer alteração contratual.

§2º A taxa incidirá individualmente para cada estabelecimento distinto da pessoa física ou jurídica.

Art.387. Quando a abertura do estabelecimento ou constatação de ofício da ocorrência do fato gerador da taxa se der a partir do mês de março, esta será lançada com vencimento para até 30 (trinta) dias após o ocorrido.

Parágrafo único. Os estabelecimentos que já possuem o Alvará de Localização e funcionamento, não se eximem do pagamento da renovação anual da licença,

no prazo referido no *caput* deste artigo.

Subseção IV Da Isenção

Art.388. Embora sujeitas à atividade de fiscalização e inscrição no Cadastro Econômico do Município, estão isentas da Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento de estabelecimentos de Qualquer Natureza as seguintes, desde que devidamente inscritos no CNPJ, não possuam fins econômicos e cujo resultado operacional positivo de sua gestão seja revertido ao patrimônio das mesmas:

I - filantrópicas;

II - educacionais;

III - hospitalares;

IV - religiosas;

V - clubes de serviços oficialmente constituídos;

VI - associações beneficentes declaradas de utilidade pública;

VII - associações representativas de categorias profissionais;

VIII - organizações não governamentais constituídas com finalidade assistencial, defesa dos direitos humanos e cidadania.

§1º Não incidirá, ainda a Taxa a que se refere este artigo, aos artesãos regularizados e aos expositores pessoas físicas, quando em realização de feira de artesanatos, antiguidades e similares, de cunho social e de vendas da produção primária.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

§2º A Taxa a que se refere este artigo não alcança os eventos sociais sem fins lucrativos, de conagração de moradores em rua fechada ou em área de domínio público municipal, bem como da realização de eventos que compõem o Calendário Oficial do Município, desde que devidamente autorizados, com solicitação formal e finalidade argumentada, protocolada com 15 (quinze) dias de antecedência para que sejam tomadas as providências cabíveis pelos competentes Setores da Administração Municipal.

§3º A não incidência da Taxa referida no *caput*, não elide a obtenção do correspondente alvará de licença e funcionamento, nem do cumprimento das demais disposições regulamentares pelos demais órgãos fiscalizadores.

Seção II

Da Taxa de Licença para Atividades de Ambulantes e/ou Eventuais

Subseção I

Do Fato Gerador, da Incidência e do Sujeito Passivo

Art.389. A Taxa de Licença para Atividade de Ambulante ou Eventual, fundada no Poder de Polícia do Município, concernente ao ordenamento das atividades urbanas e à proteção do meio ambiente, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a atividade de ambulante ou eventual em observância à legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança, ordem e tranquilidade pública e do meio ambiente.

§1º Considera-se ambulante o comércio ou a prestação de serviços, exercida por pessoa natural ou jurídica, de forma habitual, nas vias e nos logradouros públicos do Município de São Borja, de maneira itinerante e personalíssima.

§2º Considera-se atividade eventual aquela exercida em caráter transitório, ocasional e por prazo determinado.

Art.390. A Taxa de Licença para Atividade Ambulante ou Eventual tem validade determinada, restringe-se, no máximo, para o período ou exercício em que for concedida e pode, desde que respeitado o interesse público, ser renovada na forma da legislação definida no Código de Posturas do Município de São Borja.

Parágrafo único. Não será permitido o exercício de atividade caracterizada como ambulante e/ou eventual sem a prévia licença do Município.

Art.391. O sujeito passivo da Taxa de licença para atividade de ambulante e/ou eventual é a pessoa física ou jurídica sujeita à fiscalização municipal em razão do exercício das atividades descritas nos §§ 1º e 2º do artigo 389.

Parágrafo único. São solidariamente responsáveis, o proprietário e o responsável pela locação do imóvel, onde estejam instalados equipamentos ou utensílios utilizados na exploração de serviços de diversões públicas eventuais.

Subseção II

Da Base de Cálculo

Art.392 A Taxa é estabelecida de acordo com o custo da atividade de fiscalização e será cobrada em valor fixo, tendo como base de cálculo a URM, na forma da Tabela IV desta Lei Complementar.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Subseção III Do Lançamento e da Arrecadação

Art.393. A Taxa será lançada por ocasião do requerimento da licença de atividade eventual e, anualmente, de ofício, com vencimento para o dia 30 de março, no caso de atividade ambulante.

§1º A Taxa de licença para atividade eventual será devida no ato do requerimento, segundo o período licenciado, conforme Tabela IV.

§2º Em relação aos ambulantes e atividades similares, o lançamento será feito de acordo com a Tabela IV, segundo o período licenciado.

Seção III Taxa de Fiscalização do Funcionamento de Estabelecimento em Horários Especiais

Subseção I

Do Fato Gerador, da Incidência e do Sujeito Passivo

Art.394. A Taxa de Fiscalização do Funcionamento de Estabelecimento em Horários Especiais, fundada no Poder de Polícia do Município, concernente ao ordenamento das atividades urbanas e à proteção do meio ambiente, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre as atividades praticadas em horário especial conforme definido na legislação de posturas no que pertine à segurança, à ordem e à tranquilidade pública, sendo devida pela pessoa física ou jurídica que exercer suas atividades fora do horário regular de negócios, seja em caráter permanente ou eventual.

Art.395. Nenhum estabelecimento poderá funcionar fora do horário normal sem a prévia licença, que será comprovada mediante a apresentação do competente alvará que deverá mencionar os horários

concedidos pela municipalidade para o empreendimento licenciado.

Subseção II Base de Cálculo e Alíquota

Art.396. O valor da Taxa de Fiscalização do Funcionamento de Estabelecimento em Horários Especiais será calculado em relação ao percentual incidente sobre a URM, condicionada ao horário especial praticado pelo contribuinte, conforme Tabela V desta Lei Complementar.

§1º O pagamento desta taxa, será efetuado previamente a concessão da licença, baseada na Tabela V desta Lei Complementar.

§2º A Taxa de Fiscalização do Funcionamento de Estabelecimento em Horários Especiais não incide sobre os "Trailers" que explorem o ramo de bar e lanchonete, tendo em vista a natureza do horário de funcionamento deste tipo de estabelecimento comercial.

Seção IV Da Taxa de Licença para Sepultamento

Subseção I Do Fato Gerador, da Incidência e do Sujeito Passivo

Art.397. A Taxa de Licença para Sepultamento tem como fato gerador a outorga de permissão para sepultamento nos cemitérios do Município.

Art.398. Contribuinte da taxa é o espólio e, após a partilha ou adjudicação dos bens, os herdeiros ou sucessores do falecido, a qualquer título.

Subseção II

Do Lançamento e da Arrecadação

Art.399. A taxa de licença de sepultamento deverá ser recolhida de uma só vez, podendo ser paga em até 5 (cinco) dias da ocorrência dos atos sujeitos à permissão pelo Município, de acordo com a Tabela XIV constante da presente Lei Complementar.

Seção V

Da Taxa de Licença para Execução de Obras e Serviços de Engenharia

Subseção I

Do Fato Gerador, da Incidência e do Licenciamento

Art.400. A Taxa de Licença para Execução de Obras ou Serviços de Engenharia tem como fato gerador o poder de polícia regularmente exercido pela administração pública sobre a execução de qualquer obra de construção, demolição, reforma ou parcelamento de solo, no âmbito do Município, verificando sua adequação à legislação vigente.

Art.401. A Taxa de Licença para Execução de Obras ou Serviços de Engenharia incide sobre todas as obras de construção civil, reconstruções, reformas, aumentos ou demolições no âmbito do Município, devidamente licenciados pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos, exceto quando se tratar de projetos habitacionais de interesse social, que obedeçam a quesitos determinados por legislação específica.

§1º A Taxa incide ainda, sobre:

- I** - a fixação do alinhamento.
- II** - aprovação e licenciamento de construção e regularização de projeto;
- III** - a renovação de alvará para execução de obra;

IV - a vistoria para a expedição da Certidão de Habite-se;

V - aprovação de parcelamento do solo urbano;

VI - demolição de prédios;

VII - numeração de prédios;

VIII - reconstruções, reformas e reparos;

IX - certidão predial.

§2º Nenhuma obra de construção civil será iniciada sem projeto aprovado e prévia licença do Município.

§3º A licença para execução de obra será comprovada mediante o respectivo Alvará, que deverá ser afixado no local da obra e a sua inobservância implicará em penalidade pecuniária, prevista em legislação específica.

Art.402. A Taxa de Vistoria de Obra Concluída para liberação do "Habite-se" incide quando o corpo técnico da Secretaria responsável vistoria a obra concluída, fiscalizando se a execução está de acordo com o projeto, para a expedição da Certidão de "Habite-se", cujo procedimento de concessão será estabelecido em lei específica.

Subseção II Da Não Incidência

Art.403. A Taxa não incide sobre:

- I** - a limpeza ou pintura interna e externa de prédios, muros e grades;
- II** - a construção de passeios;
- III** - a construção de muros de contenção de encostas;

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

IV - pequenos reparos em prédios, desde que não sejam alterados, ou modificadas partes essenciais da edificação e que não sejam utilizados tapumes ou andaimes;

V - a construção de barracões e ou galpões destinados a guarda de materiais para obras já licenciadas, enquanto perdurar a obra.

Subseção III Do Sujeito Passivo

Art.404. O sujeito passivo da Taxa é a pessoa física ou jurídica, proprietária, titular do domínio útil ou possuidora a qualquer título do imóvel, sobre o qual incida fiscalização municipal na forma preconizada pelos artigos anteriores.

Subseção VI Da Base de Cálculo

Art.405. A Taxa, diferenciada em função da natureza do ato administrativo, é calculada por valores fixos, tendo por base a URM, na forma da Tabela VI, desta Lei.

Subseção V Do Lançamento e Arrecadação

Art.406. A Taxa será lançada após análise, independente do seu deferimento, quando do encerramento do ato administrativo objeto do pedido do contribuinte.

§1º Após a análise, o requerente será cientificado da decisão e do respectivo lançamento, abrindo-se o prazo de 30 (trinta) dias para pagamento.

§2º Sendo constatado pelo Fiscal de Obras execução de obra não licenciada, o lançamento da taxa ocorrerá no ato da informação da ocorrência do fato à Secretaria Municipal da Fazenda.

Seção VII

Da Taxa de Licença de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos

Subseção I

Da Incidência e do Fato Gerador

Art.407. A Taxa de Licença de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos, em solo rural e urbano, subsolo e espaço aéreo, fundada no poder de polícia do Município, concernente ao ordenamento da utilização dos bens públicos de uso comum, tem como fato gerador o licenciamento e a fiscalização por ele exercida sobre a localização, a instalação e a permanência de móveis, equipamentos, veículos, utensílios e quaisquer outros objetos, em observância às normas municipais de posturas relativas à estética urbana, aos costumes, à ordem, à tranquilidade, à higiene, ao trânsito e à segurança pública.

Parágrafo único. Entende-se por ocupação e de permanência em áreas em vias e em logradouros públicos aquela feita mediante instalação provisória ou temporária de balcões, barracas, toldos, mesas, cadeiras, tabuleiros, quiosque, aparelhos e quaisquer outros móveis ou utensílios, depositados ou utilizados para fins econômicos, comerciais ou não, para cuja exploração é previsto prévio licenciamento e pagamento da Taxa a que se refere este artigo.

Art.408. O fato gerador da Taxa considera-se ocorrido com o deferimento do pedido de ocupação e a posterior fiscalização da localização, da instalação e a permanência de móveis,

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

equipamentos, utensílios e quaisquer outros objetos em áreas, em vias e em logradouros públicos, solo, subsolo rural urbano e o espaço aéreo.

Parágrafo único. A ocupação do solo ou via pública de que trata este artigo deverá ser previamente requerida, protocolizada, resguardado, acima de tudo, o interesse público, no que diz respeito às normas do Código de Posturas e do poder de polícia do Município, para deferimento do pleito.

Subseção II Da Isenção

Art.409. É isento da Taxa de Licença de que trata este Capítulo o espaço ocupado:

I - para a realização de feira de livros, exposições, concertos, palestras, conferências e demais atividades de caráter notoriamente cultural ou científico;

II - para a realização de exposições, palestras, conferências, pregações e demais atividades de caráter de cunho notoriamente religioso;

III - para a realização de brechós, feira de artesanatos, antiguidades e similares, de cunho social e de vendas da produção primária;

IV - por postes utilizados com finalidade de distribuição de energia elétrica ou de telefonia, incluídas as cabines de telefone, ou para coleta de correspondência, explorados pelas empresas concessionárias de serviços públicos.

V - por entidade filantrópica, quando em eventos com finalidade social e sem fins lucrativos.

VI - para a realização, por pessoas físicas e sem fins lucrativos e/ou cobrança de ingressos, de eventos sociais de conagração de moradores, em rua

fechada ou em área de domínio público municipal.

Parágrafo único. Não incide ainda a Taxa de que trata este artigo, as situações a que se referem os incisos I, II e III, deste artigo, quando ocorridas em eventos integrantes do calendário oficial do Município, e, no caso do inciso VI, desde que devidamente autorizado pelo Município, com solicitação formal e finalidade argumentada, protocolado com 15 (quinze) dias de antecedência, para as providências cabíveis pelo setor de Trânsito do Município.

Subseção III Do Sujeito Passivo

Art.410. O sujeito passivo da Taxa é a pessoa física ou jurídica, requerente e/ou fiscalizada, proprietária, titular do domínio útil ou possuidora, a qualquer título, de móvel, equipamento, utensílio e quaisquer outros objetos em áreas, em vias ou em logradouros públicos, em solo e subsolo, urbano e rural e no espaço aéreo.

Subseção IV Da Base de Cálculo

Art.411. A base de cálculo da Taxa de Licença de que trata este Capítulo será determinada em função da natureza, da atividade e da finalidade de utilização do móvel, equipamento, utensílio, veículo e ou qualquer outro objeto, de acordo com a Tabela VII, desta Lei.

§1º Enquadrando-se o contribuinte em mais de uma das especificações, será utilizada para efeito de cálculo da Taxa, aquela que conduzir ao maior valor.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

§2º A Taxa de que trata este Capítulo é válida para o período a que se referir o pedido, podendo ser renovada se mantidas as condições iniciais do pedido, do qual decorrerá novo lançamento em razão do exercício regular de fiscalização.

Subseção V Do Lançamento e do Recolhimento

Art.412. A Taxa será devida por dia, mês ou ano, conforme a modalidade de licenciamento solicitada pelo sujeito passivo ou constatação fiscal.

Art.413. Sendo por dia, por mês ou anual o período de incidência, o lançamento e o recolhimento da Taxa ocorrerá:

I - no ato da solicitação, quando requerido pelo sujeito passivo.

II - no ato da notificação, quando constatado pela fiscalização.

Seção VIII Da Taxa de Serviços de Vigilância Sanitária

Subseção I Das Disposições Gerais

Art.414. As disposições estabelecidas neste Capítulo, aplicam-se às Taxas de Serviços de Vigilância Sanitária.

Art.415. São Taxas de Serviços de Vigilância Sanitária:

I - Alvará Sanitário;

II - Vistoria e/ou Inspeção Técnica;

III - Aprovação de Projeto Arquitetônico;

IV - Certificado de Vistoria de caminhões, utilitários, motos ou quaisquer outros veículos utilizados para transporte de alimentos, produtos de interesse da saúde, pessoas ou equipamentos;

V - Segunda via de documentação.

Subseção II Do Fato Gerador e da Incidência

Art.416. A Taxas de Serviços de Vigilância Sanitária fundada no Poder de Polícia do Município, concernente ao controle da saúde pública e do bem-estar da população, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a localização, a instalação, bem como o seu funcionamento, de estabelecimentos, comerciais, sociais e prestadores de serviços, onde são fabricados, produzidos, manipulados, acondicionados, conservados, depositados, armazenados, transportados, distribuídos, vendidos ou consumidos alimentos, bem como o exercício de outras atividades administrativas pertinentes à higiene e saúde pública, em observância às normas sanitárias.

§1º A Taxa de que trata esta Seção é devida para custear o gasto com o exercício regular do Poder de Polícia no âmbito da vigilância sanitária, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

§2º Os atos administrativos de controle e vigilância sanitária terão como objeto de verificação a observância das normas e exigências constantes da legislação federal, estadual e municipal, voltadas à proteção da saúde.

Art.417. Ficam dispensados da exigência de Alvará Sanitário, os autônomos e representantes comerciais e outras atividades, mesmo que pessoa jurídica, que não possuam local próprio ou específico para o desenvolvimento de suas

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

atividades, com exceção dos profissionais autônomos atuantes nas áreas de interesse da saúde e ambulantes que comercializem alimentos.

Parágrafo único. Não gozam do benefício estabelecido no *caput* deste artigo:

I - os representantes comerciais de indústrias e distribuidoras de produtos como: alimentos, cosméticos e perfumes, de produtos químicos, naturais e dietéticos, de higiene, odontológicos, de saneantes domissanitários e correlatos, de medicamentos e correlatos, de higiene e farmacêuticos, bem como importadores e exportadores dos produtos anteriormente citados, de próteses (ortopédicas, estéticas, odontológicas, auditivas e similares) e de equipamentos, instrumentos e insumos laboratoriais e congêneres;

II - os representantes comerciais que possuam área física para exposição, show room e similares, com fins de atendimento ao público para demonstrações dos produtos representados, mesmo que a entrega dos produtos ali vendidos, venha a ser feita pela empresa produtora, com nota fiscal direta ao comprador.

Art.418. O atendimento do disposto no artigo anterior será comprovado mediante declaração firmada pelo interessado, sujeita a confirmação pela Fiscalização Sanitária, e deverá constar no processo de inclusão, alteração ou renovação do Alvará Sanitário, que ficará arquivada no setor competente.

Subseção III

Do Lançamento e do Recolhimento

Art.419. A Taxa de Serviços Públicos de Saúde (Vigilância Sanitária) será lançada e cobrada de acordo com a Tabela XV desta Lei, no ato do requerimento para exame de projetos, vistoria, alvará de saúde ou, quando a atuação administrativa ocorrer de

ofício, na forma que for estabelecida em Regulamento, em conformidade com os critérios de enquadramento definidos nesta Lei, com o objetivo de atender as demandas e circunstâncias estabelecidas pelas particularidades dos cidadãos e munícipes.

Art.420. A Taxa de Serviços de Vigilância Sanitária será lançada e cobrada de acordo com a Tabela XV, desta Lei, por ocasião da localização e instalação do estabelecimento e, depois anualmente de ofício, com vencimento para o último dia útil do mês de março.

§1º A guia da Taxa de Serviços de Vigilância Sanitária será emitida pela Secretaria Municipal da Fazenda, respeitadas a natureza e condição da atividade a ser desempenhada pelo contribuinte, cujas descrições encontram-se na legislação específica em vigor.

§2º A Taxa de Serviços de Vigilância Sanitária será paga em estabelecimento bancário autorizado ou repartição arrecadadora, observadas as formalidades estabelecidas pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art.421. Em se tratando de instalação de novo estabelecimento no Município, o lançamento e o pagamento da Taxa de Serviços de Vigilância Sanitária far-se-á quando da prática do ato de vistoria.

Art.422. Tratando-se de renovação do licenciamento, a exceção do MEI, o lançamento da Taxa a que se refere esta seção ocorrerá de ofício pela Administração a todos os contribuintes, com vencimento para

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

pagamento até o último dia útil do mês de março de cada exercício financeiro.

Art.423. A expedição do Alvará Sanitário é anual e dependerá de vistoria e aprovação das normas exigidas pela legislação pertinente a cada tipo de atividade exercida pelo contribuinte, devidamente certificada pela Fiscalização da Vigilância Sanitária.

Art.424. As vistorias realizadas pela Vigilância Sanitária em estabelecimentos físicos licenciados pelo Município, para o funcionamento de mais de uma atividade no mesmo endereço, estarão, desde que exercidas pelo mesmo contribuinte, sujeitas ao lançamento de apenas uma Taxa de Serviços de Vigilância Sanitária.

Parágrafo único. A constatação, pela Vigilância Sanitária, da situação existente prevista neste artigo, será anotada no Cadastro do Contribuinte.

Art.425. No estabelecimento em que estiver sendo desempenhada mais de um ramo de atividade, a taxa devida é a correspondente a de maior grau de risco.

Art.426. Adota-se a URM (Unidade de Referência Municipal), como referência na cobrança das taxas de serviços da Vigilância Sanitária das ações descritas nas tabelas anexas a esta Lei Complementar.

Art.427. Aplicam-se à Taxa de Serviços de Vigilância Sanitária, os dispositivos constantes do Código Tributário Municipal, em especial no que se refere ao lançamento, arrecadação, multas, juros, correção monetária, inscrição em dívida ativa e demais aspectos pertinentes.

Art.428. À exceção dos demais lançamentos da Taxa de Serviços de Vigilância Sanitária, cuja periodicidade é anual, a incidência a que se referem as atividades envolvendo controle de alimentos, constantes da legislação

específica em vigor, poderão ser lançadas à razão 0,30 (zero vírgula trinta) da URM por evento ou período de comercialização, desde que este não seja superior a 90 (noventa) dias, e não mais do que em duas oportunidades no mesmo ano.

Subseção IV Das Isenções

Art.429. Ficam isentos do recolhimento da Taxa de Serviços de Vigilância Sanitária:

I - a União, o Estado, as autarquias, as fundações, as secretarias públicas municipais e órgãos públicos municipais;

II - as instituições beneficentes, com personalidade jurídica, que se dediquem exclusivamente às atividades assistenciais, sem fins lucrativos, mediante apresentação do correspondente título de filantropia atualizado.

Parágrafo único. Ficam excluídas da mencionada isenção as empresas públicas e sociedades de economia mista.

Subseção V Das Infrações e Penalidades

Art.430. Os contribuintes que praticarem infrações sanitárias serão penalizados com base nesta Lei, no Código Sanitário Municipal, no Decreto Estadual nº 23.430, de 24 de outubro de 1974 e na Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Subseção VI Disposições Finais

Art.431. Os recursos financeiros arrecadados das Taxas de Serviços

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

de Vigilância Sanitária, que integram a gestão financeira do Sistema Único de Saúde, nos termos do Artigo 33 da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, serão depositados em subconta especial vinculada à conta do Fundo Municipal de Saúde e movimentados sob a fiscalização dos respectivos Conselhos de Saúde, para a realização das finalidades dos Serviços de Vigilância Sanitária.

Seção VI

Da Taxa de Licenciamento Ambiental e da Taxa de Fiscalização Ambiental

Subseção I

Da Incidência e do Fato Gerador

Art.432. A Taxa de Licenciamento e Fiscalização Ambiental, fundada no Poder de Polícia Ambiental, concernente a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico, visando ao desenvolvimento sustentável, tem como incidência as influências e interações de ordem física, química, biológica, urbanística, social e econômica que permite, abriga, rege, regula e orienta a vida e a interação com o meio ambiente, em todas as suas formas.

Art.433. A Taxa de Fiscalização Ambiental tem como fato gerador o exercício regular e permanente do cumprimento e das condições dispostas na legislação específica.

Art.434. A Taxa de Licenciamento Ambiental tem como fato gerador a expedição das licenças ambientais dispostas na legislação específica.

Subseção II

Do Sujeito Passivo

Art.435. É contribuinte da Taxa de Licenciamento Ambiental e da Taxa de Fiscalização Ambiental o empreendedor, público ou privado, responsável pelo pedido

da licença ambiental para o exercício da atividade respectiva.

Subseção III

Base de Cálculo

Art.436. A Taxa de Licenciamento Ambiental e a Taxa de Fiscalização Ambiental terão seu valor definido de acordo com o porte do empreendimento e o potencial poluidor da atividade, de acordo com a lei ambiental municipal em vigor e as Tabelas XII e XIII anexas a essa lei.

Subseção IV

Do Lançamento e do Recolhimento

Art.437. A Taxa será devida pelo período de validade concedida, contados da data do licenciamento.

Art.438. A Taxa de Licenciamento Ambiental, bem como a sua renovação, deverá ser recolhida previamente ao pedido das licenças ou de sua renovação, sendo seus pagamentos pressupostos para análise dos projetos, conforme Tabela XIII.

Art.439. A Taxa de Fiscalização Ambiental será lançada e cobrada de acordo com a Tabela XII, desta Lei, por ocasião da localização e instalação do estabelecimento e, depois anualmente de ofício, com vencimento para o último dia útil do mês de março.

Parágrafo único. O produto da arrecadação da Taxa constante deste Capítulo será depositado para o Fundo Municipal do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 2.601, de 04 de agosto de 1999.

Seção VII

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Da Taxa de Registro e Inspeção Sanitária dos Produtos de Origem Animal

Subseção I

Do Fato Gerador e da Incidência

Art.440. A Taxa de Registro e Inspeção Sanitária dos Produtos de Origem Animal é devida em razão do exercício regular do Poder de Polícia no âmbito da Secretaria Municipal de Agricultura.

Art.441. A Taxa de Registro e Inspeção Sanitária dos Produtos de Origem Animal, fundada no poder de polícia do Município, concernente ao controle da saúde pública e do bem-estar da população, tem como fato gerador a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, nos estabelecimentos registrados no serviço de inspeção Municipal, em observância às normas sanitárias estabelecidas em Lei específica, respeitadas a legislação federal e estadual.

Subseção II

Do Sujeito Passivo

Art.442. O sujeito passivo da Taxa de Registro e Inspeção Sanitária dos Produtos de Origem Animal é a pessoa física ou jurídica que executar atividades sujeitas à inspeção sanitária e industrial prevista em Lei específica.

Subseção III

Da Base de Cálculo

Art.443. A base de cálculo da Taxa de Registro e Inspeção Sanitária dos Produtos de Origem Animal, é fixada em URM, diferenciada em função da atividade do contribuinte, classificação do estabelecimento e por tipo e quantidade de produtos, na forma da Tabela VIII, desta Lei.

Subseção IV

Do Lançamento e do Recolhimento

Art.444. A Taxa relativa aos procedimentos de vistoria do estabelecimento, constantes na Tabela VIII, será lançada por ocasião da localização e instalação do estabelecimento e, depois anualmente de ofício, com vencimento para o dia 30 de março.

§1º A Taxa será devida integral e anualmente, independente da data de abertura do estabelecimento.

§2º A Taxa incidirá individualmente para cada estabelecimento distinto da pessoa física ou jurídica.

§3º Quando a abertura do estabelecimento ou constatação de ofício da ocorrência do Fato Gerador da taxa se der a partir do mês de março, a taxa será lançada com vencimento para até 30 (trinta) dias após o ocorrido.

Art.445. A Taxa relativa aos procedimentos de inspeção sanitária de produtos de origem animal, constante da referida Tabela, será lançada com base no termo de inspeção do veterinário no qual constará o tipo de abate, quantidade abatida e dados do sujeito passivo e, no caso de inspeção dos produtos de origem animal, no termo de inspeção deverá constar também os quantitativos da produção.

Art.446. O pagamento da Taxa de procedimentos de inspeção sanitária de produtos de origem animal far-se-á após a informação do termo de inspeção da Secretaria da Agricultura com vencimento para o 15º dia útil do mês subsequente ao da produção.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

Art.447. A Taxa de Registro e Inspeção Sanitária dos Produtos de Origem Animal será paga em estabelecimento bancário autorizado, observados os modelos de guias aprovadas pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Art.448. A Taxa de Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal, a Taxa de Registro no Serviço de Inspeção Municipal e os valores arrecadados de Autos de Infração, decorrentes do Serviço de Inspeção Municipal destinar-se-ão ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário - FMDA, criado pela Lei Municipal nº 5.259 de 26 de março de 2013.

Seção VIII Da Taxa de Serviços Públicos de Trânsito

Subseção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art.449. A Taxa de Serviços Públicos de Trânsito tem como fato gerador a fiscalização de veículos de transporte de passageiros, de pessoas, mercadorias e cargas perigosas, fundada no Poder de Polícia do Município, concernente à preservação da segurança pública e ao bem-estar da população, em observância às normas municipais de autorização, permissão e concessão ou outorga para exploração do serviço de transporte de passageiros.

Subseção II Do Sujeito Passivo

Art.450. O sujeito passivo da Taxa é a pessoa física ou jurídica, proprietária, titular de domínio útil ou possuidora, a qualquer título, do utilitário motorizado, sujeita à fiscalização municipal em razão do veículo de transporte de passageiros, pessoas, mercadorias e cargas perigosas.

Subseção III Da Base de Cálculo

Art.451. A Taxa, diferenciada em função da natureza da licença é calculada em URM, na forma da Tabela IX, desta Lei Complementar.

Subseção IV Do Lançamento e do Recolhimento

Art.452. A Taxa será lançada de ofício tendo por base o Cadastro Econômico Municipal na data de primeiro de janeiro do ano corrente e depois anualmente por ocasião da revalidação do Alvará, com vencimento para o dia 30 de março.

§1º A Taxa será devida integral e anualmente, independente da data de início da atividade, transferência ou qualquer alteração cadastral.

§2º A taxa incidirá individualmente para cada veículo.

§3º Quando o início da atividade se der a partir do mês de março, a taxa será lançada com vencimento para 30 (trinta) dias da data do ocorrido.

§4º O lançamento é feito seja ela decorrente de solicitação do contribuinte ou *ex officio*.

Seção IX Da Taxa de Licença para Publicidade

Subseção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art.453. A Taxa de Licença para Publicidade, nos termos da Tabela X, desta Lei, será devida pela atividade municipal de vigilância, controle e

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

fiscalização quanto às normas concernentes à estética urbana, a poluição do meio ambiente, higiene, costumes, ordem, tranquilidade e segurança pública, a que se submete qualquer pessoa que pretenda utilizar ou explorar, por qualquer meio, publicidade em geral, em vias e logradouros públicos ou em locais visíveis ou de acesso ao público, nos termos do regulamento.

Parágrafo único. Para efeito de incidência da Taxa, consideram-se anúncios e publicidade quaisquer instrumentos ou formas de comunicação sonora, visual ou audiovisual de mensagens, inclusive aqueles que contiverem apenas dizeres, desenhos, siglas, dísticos ou logotipos indicativos ou representativos de nomes, produtos, locais ou atividades de pessoas físicas ou jurídicas, mesmo aqueles afixados em veículos de transporte de qualquer natureza.

Art.454. Quaisquer alterações procedidas quanto ao tipo, características ou tamanho do anúncio, assim como a sua transferência para local diverso, acarretarão nova incidência da Taxa.

Subseção II Da Isenção

Art.455. A Taxa de Licença de Publicidade é isenta quando:

I - aos anúncios destinados a fins patrióticos e à propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos, na forma prevista na legislação eleitoral;

II - aos anúncios, ou placas indicativas da atividade, no interior ou parte externa do próprio estabelecimento, divulgando artigos ou serviços neles negociados ou explorados, salvo aqueles que se projetarem sobre o espaço público;

III - aos anúncios e emblemas de entidades públicas, ordens e cultos religiosos, irmandades, asilos, orfanatos, entidades sindicais, ordens ou associações profissionais e representações diplomáticas, quando colocados nas respectivas sedes ou dependências;

IV - aos anúncios e emblemas de sociedades beneficentes, culturais e esportivas e entidades declaradas de utilidade pública, quando colocados nas respectivas sedes ou dependências;

V - às placas ou letreiros que contiverem apenas a denominação do prédio;

VI - aos anúncios que indiquem uso, lotação, capacidade ou quaisquer avisos técnicos elucidativos do emprego ou finalidade da coisa;

VII - às placas ou letreiros destinados, exclusivamente, à orientação do público, desde que sem qualquer legenda, dístico ou desenho de valor publicitário e que, em sua totalidade, não excedam a 0,5 m² (cinco décimos de metro quadrado);

VIII - aos anúncios que recomendem cautela ou indiquem perigo e sejam destinados, exclusivamente, à orientação do público;

IX - às placas indicativas de oferta de emprego, afixadas no estabelecimento do empregador;

X - aos anúncios de locação ou venda de imóveis em cartazes ou em impressos de dimensões até 0,09 m² (nove centésimos de metros quadrados), quando colocados no respectivo imóvel pelo proprietário;

XI - ao painel ou tabuleta afixado por determinação legal, no local da obra de construção civil, durante o período de sua execução;

XII - aos anúncios de afixação obrigatória decorrentes de disposições legais ou regulamentares;

XIII - aos nomes, siglas, dísticos, logotipos e breves mensagens publicitárias identificativas de empresas que, nas condições legais e regulamentares, responsabilizem-se, gratuitamente, pela colocação e manutenção de cestos destinados à coleta de lixo nas vias e logradouros públicos, ou se encarreguem da conservação, sem ônus para a Prefeitura, de parques, jardins e demais logradouros públicos arborizados, ou, ainda, do plantio e proteção de árvores.

XIV - aos permissionários do serviço público de transporte de passageiros;

XV - aos partidos políticos, entidades sindicais dos trabalhadores, instituições de educação e de assistência sem fins lucrativos, entidades filantrópicas, entidades de assistência social, clubes esportivos que se dediquem exclusivamente à prática do esporte amador, Associações de Pais e Mestres dos estabelecimentos de ensino do Município e a Sociedades Amigos de Bairro do Município.

§1º Na hipótese do inciso XIII, a não incidência da Taxa restringe-se, unicamente, aos nomes, dísticos, logotipos e breves mensagens publicitárias afixados nos cestos destinados à coleta de lixo, de área não superior a 0,3 m² (três décimos de metros quadrados), e em placas ou letreiros de área igual ou inferior, em sua totalidade, a 0,5 m² (cinco décimos de metros quadrados), afixados nos logradouros cuja conservação esteja permitida à empresa anunciante.

§2º As disposições dos incisos XIV e XV compreendem somente a publicidade relacionada com as finalidades essenciais das entidades neles mencionados.

Subseção III Do contribuinte

Art.456. O contribuinte da Taxa de Licença para Publicidade é a pessoa física ou jurídica que, na forma e nos locais mencionados no artigo 453:

I - fizer qualquer espécie de anúncio;

II - explorar ou utilizar a divulgação de anúncios de terceiros.

Subseção IV Do Pagamento

Art.457. O pagamento da Taxa independe:

I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao anúncio;

II - da licença, autorização, permissão ou concessão, outorgadas pela União, Estado ou Município.

Art.458. São solidariamente obrigados pelo pagamento da Taxa:

III - aquele a quem o anúncio aproveitar, quanto ao anunciante ou ao objeto anunciado;

IV - o proprietário, o locador ou o cedente de espaço em bem imóvel ou móvel, inclusive veículos.

Art.459. O cálculo e o lançamento da Taxa serão efetuados na forma e condições do disposto na Tabela X, desta Lei.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Subseção V Das Disposições Finais

Art.460. O sujeito passivo da Taxa, quando não inscrito, deverá promover sua inscrição no Cadastro Geral, nas condições e prazos regulamentares, independentemente de prévio licenciamento e cadastramento do anúncio ou da publicidade, nos termos da legislação própria.

Parágrafo único. A Administração poderá promover, de ofício, a inscrição, assim como as respectivas alterações de dados, inclusive cancelamento, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Art.461. Além da inscrição no Cadastro Geral, a Administração poderá exigir do sujeito passivo a apresentação de quaisquer declarações de dados ou outros documentos, na forma e prazos regulamentares.

Seção X Da Taxa de Apreensão de Bens e Mercadorias

Subseção I Do Fato Gerador e da Incidência

Art.462. A Taxa de Apreensão de Bens, Mercadorias e Semoventes é devida pelo recolhimento dos bens ou semoventes abandonados na via pública ou de mercadorias em situação irregular e será recolhida por ocasião da retirada dos bens, mercadorias ou semoventes do depósito municipal.

Parágrafo único. Além da Taxa a que se refere o *caput*, será cobrada a armazenagem dos bens ou semoventes apreendidos, mediante Preço Público, de acordo com critérios a serem definidos em legislação específica.

Subseção II Do Sujeito Passivo

Art.463. Sujeito passivo da Taxa de Apreensão de Bens e Mercadorias é o proprietário ou responsável pelos bens, mercadorias ou semoventes abandonados em via pública ou em situação irregular.

Subseção III Do Pagamento

Art.464. O cálculo e o lançamento da Taxa serão efetuados em conformidade com o disposto na Tabela XI, desta Lei Complementar.

Art.465. Os bens, mercadorias, objetos ou semoventes apreendidos somente serão restituídos após o pagamento das correspondentes Taxas, assim como dos Preços Públicos dos valores correspondentes a estadias, despesas com alimentação e o tratamento de animais e o transporte até o depósito Municipal.

CAPÍTULO III DA TAXA DE SERVIÇOS URBANOS

Seção I Da Taxa de Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos Urbanos

Art.466. As disposições estabelecidas neste Capítulo aplicam-se a Taxa de Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos Urbanos.

Seção II Do Fato Gerador e da Incidência

Art.467. A Taxa de Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos Urbanos tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial desses serviços, específicos e

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

divisíveis prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

Seção III Do Sujeito Passivo

Art.468. São contribuintes da Taxa de Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos Urbanos os proprietários, titulares do domínio útil ou os possuidores, a qualquer título, de imóveis localizados no território do Município que efetivamente se utilizem ou tenham a sua disposição quaisquer dos serviços públicos desta Lei, de forma isolada ou cumulativa.

Parágrafo único. Aplica-se à Taxa de Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos Urbanos a regra de solidariedade prevista no parágrafo único do artigo 26 desta Lei Complementar.

Seção IV Do Lançamento

Art.469. O lançamento da Taxa de Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos Urbanos será feito anualmente e sua arrecadação poderá ser processada juntamente do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, devendo os valores lançados permanecerem íntegros, independentemente do eventual desconto que possa ser dado ao IPTU.

Parágrafo único. Nos casos em que o serviço seja instituído no decorrer do exercício, a Taxa será cobrada e lançada a partir do mês seguinte ao do início da prestação do mesmo, na proporção do período faltante para seu término, a razão de 1/12 (um doze avos) ao mês, em guia de arrecadação, ou cumulativamente com a do ano subsequente.

Seção V Da redução

Art.470. Os contribuintes da taxa incidente sobre os imóveis que comprovadamente

realizarem os serviços de coleta e destinação adequada do lixo industrial, as suas expensas, dotados de infraestrutura e métodos adequados ao desempenho ideal das atividades inerentes de acordo com os padrões e normas técnicas de manejo definidos pelos órgãos ambientais e devidamente adequados à legislação vigente, poderão requerer redução da taxa das áreas utilizadas exclusivamente para fins industriais.

§1º A redução de taxa deverá ser solicitada até 30 de setembro do exercício em curso, para vigência no exercício seguinte, limitada a 50% (cinquenta por cento), desde que comprovados 12 (doze) meses consecutivos de recolhimento de resíduos industrial, considerando o exercício anterior ao lançamento.

§2º São documentos hábeis à comprovação da coleta e destino adequados do lixo industrial, a serem apresentados cumulativamente pelo contribuinte, e referentes à redução pleiteada:

I - notas fiscais comprovantes do serviço de recolhimento prestado, se terceirizado;

II - cópia do contrato de Prestação de Serviços, firmando em Cartório, com empresa licenciada para o recolhimento e destinação de lixo industrial;

III - comprovação do licenciamento ambiental do local da destinação do lixo da empresa contratada.

§3º A não aprovação das notas fiscais inviabiliza a habilitação do exercício respectivo para fins de comprovação do disposto no *caput*.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

§4º Para fins de lançamento da Taxa de Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos Urbanos aplica-se o valor da URM em vigor no exercício vigente na data do lançamento.

§5º Considera-se lixo industrial os resíduos resultantes do processo de produção das indústrias, podendo ser representado por cinzas, lodos, óleos, plásticos, madeiras, resíduos alcalinos ou ácidos, papel, fibras, metal, vidros, borrachas, escórias, cerâmicas.

Seção VI Da Base de Cálculo

Art.471. Para compor a base de cálculo da Taxa de Coleta e destinação de Resíduos Sólidos Urbanos aplicam-se as seguintes fórmulas:

I - Taxa: $A \times 2,13 \%$ da URM, quando a coleta for de 5(cinco) a 6 (seis) vezes por semana;

II - Taxa: $A \times 1,78\%$ da URM, quando a coleta for de 3(três) vezes por semana;

III - Taxa: $A \times 1,07\%$ da URM, quando a coleta for realizada na sede dos distritos 01 (uma) vez por semana.

Parágrafo único. Nas fórmulas dispostas pelo caput leia-se:

TCDRSU: Taxa de Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos Urbanos;

A: Área edificada da unidade;

% URM: Porcentagem da Unidade de Referência Municipal.

TÍTULO V DAS CONTRIBUIÇÕES

CAPÍTULO I DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Seção I Do Fato gerador e da Incidência

Art.472. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização do imóvel localizado em zona beneficiada, diretamente ou indiretamente, por obra pública, realizada pelo Município.

Art.473. A Contribuição de Melhoria será devida a partir da valorização do imóvel decorrente da execução das seguintes obras públicas:

I - abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

II - construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

III - construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

IV - proteção contra secas, inundações, erosão, ressacas e de saneamento de drenagem em geral, diques, cais, desobstrução de barras, portos e canais, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

V - construção de estradas de ferro e construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

VI - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Parágrafo único. A execução de obra pública será efetuada diretamente pelo Município, podendo haver a contratação de terceiros, observadas, em qualquer caso, as seguintes exigências:

I - o termo de início de obra a ser executada diretamente pelo Município deverá ser precedido obrigatoriamente, sob pena de responsabilização administrativa e funcional, pela apresentação de ata de audiência pública respectiva e aprovação da lei específica de que trata o art. 484.

II - no caso de terceirização de obra pública o processo de licitação e contratação deverá respeitar, sob pena de responsabilização administrativa e funcional, as seguintes condições:

a) a abertura de processo licitatório com a finalidade de execução de obra pública somente poderá ser autorizada com a apresentação de ata de audiência pública respectiva e comprovante de encaminhamento de projeto de lei específico de que trata o art. 484;

b) a adjudicação do objeto licitatório com a finalidade de execução de obra pública somente poderá ser realizada com a apresentação de lei específica de que trata o art. 484.

Seção II Do Sujeito Passivo

Art.474. O sujeito passivo da obrigação tributária é o titular do imóvel beneficiado ao tempo do lançamento do tributo.

Art.475. Para efeitos desta Lei, considera-se titular do imóvel o proprietário, o detentor do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, ao tempo do respectivo lançamento, transmitindo-se esta responsabilidade aos adquirentes e sucessores, a qualquer título.

§1º No caso de enfiteuse ou aforamento, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta ou foreiro.

§2º No caso de bens indivisos, o lançamento poderá ser realizado em nome de um só dos titulares, cabendo a este o direito de exigir dos demais as parcelas que lhe couber.

§3º Quando houver condomínio, quer de simples terreno, quer com edificações, o tributo será lançado em nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de suas quotas.

Seção III Do Cálculo

Art.476. A Contribuição de Melhoria será calculada em função do valor total ou parcial das despesas realizadas e terá como limite individual a valorização do imóvel beneficiado.

Art.477. O Poder Executivo determinará para cada obra o valor da contribuição de melhoria a ser ressarcido, observando o custo total ou parcial, fixado em conformidade com o disposto no artigo seguinte.

Art.478. Na verificação do custo da obra serão computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução e financiamento ou empréstimos, bem como demais investimentos a ela imprescindíveis, e terá a sua expressão monetária atualizada, na época do lançamento, mediante a aplicação de coeficientes de correção monetária.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Art.479. Na elaboração do cálculo da Contribuição de Melhoria, a Administração elaborará planilha na qual sejam comparados o custo da obra a ser rateado e a valorização imobiliária estimada, com base em Laudo de Valorização Imobiliária conforme preconizado pela NBR-14.653, admitindo como valor da contribuição de melhoria devida, o menor valor entre o custo da obra rateado e a valorização imobiliária estimada, para cada imóvel, observando os procedimentos a seguir:

I - definirá, com base nas Leis que estabelecem o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, as obras ou sistema de obras a serem realizadas e que, por sua natureza e alcance, comportarem a cobrança do tributo lançando em planta própria sua localização;

II - elaborará o memorial descritivo de cada obra e o seu orçamento detalhado de custo, observado o disposto no artigo anterior;

III - delimitará, na planta a que se refere o inciso I, a zona de influência da obra, para fins de relacionamento de todos os imóveis que sejam por ela beneficiados;

IV - relacionará, em lista própria, todos os imóveis que se encontrarem dentro da área delimitada na forma do inciso anterior;

V - fixará, por meio de avaliação, o valor de cada um dos imóveis constantes da relação a que se refere o inciso IV, independentemente dos valores que constarem do Cadastro Imobiliário Fiscal, sem prejuízo de consulta a este quando estiver atualizado em face do valor de mercado;

VI - estimará, por meio de nova avaliação, o valor que cada imóvel terá após a execução da obra, considerando a

influência do melhoramento a realizar na formação do valor do imóvel;

VII - lançará, na relação a que se refere o inciso IV, em duas colunas separadas e na linha correspondente à identificação de cada imóvel, os valores de que tratam os incisos V e VI;

VIII - lançará, na relação a que se refere o inciso IV, em outra coluna na linha de identificação de cada imóvel, a valorização decorrente da execução da obra, assim entendida a diferença, para cada imóvel, entre os valores fixados nos incisos V e estimados na forma do inciso VI;

IX - somará as quantias correspondentes a todas as valorizações, obtidas na forma do inciso anterior;

X - definirá em que proporção o custo será recuperado pela cobrança da Contribuição de Melhoria.

§1º Na determinação do valor individual da contribuição, será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no inciso III do art. 145 da Constituição Federal, nos artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional, bem como as diretrizes do Decreto-lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - e Lei nº. 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

§2º Na apuração da valorização dos imóveis beneficiados, as avaliações a que se referem os incisos V e VI serão procedidas levando em conta a situação do imóvel na zona de

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

influência, sua área, testada, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente, mediante a aplicação de métodos e critérios usualmente utilizados na avaliação de imóveis para fins de determinação de seu valor venal.

§3º A fixação da zona de influência das obras públicas de que trata o inciso III, poderá ser determinada em função do benefício direto, como testada do imóvel, ou em função do benefício indireto, como localização do imóvel, área, destinação econômica e outros elementos a serem considerados isolada ou conjuntamente.

§4º A parcela do custo da obra a ser recuperada não será superior à soma das valorizações obtidas na forma do inciso VIII do artigo anterior.

Art.480. O fator de absorção será definido por Lei específica obra por obra.

§1º A Lei observará, entre outros fatores, a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades predominantes e o nível de desenvolvimento da zona beneficiada.

§2º Para a definição da percentagem do custo da obra a ser cobrado como Contribuição de Melhoria, entre o teto e o limite mínimo estabelecido no *caput* deste artigo, o Poder Público poderá realizar audiência pública para a qual deverão ser convocados todos os titulares de imóveis situados na zona de influência, regendo-se a consulta nela realizada pelo disposto em regulamento.

Seção IV Do Lançamento

Art.481. A Contribuição de Melhoria será lançada em nome do titular do imóvel beneficiado ao tempo do lançamento do

tributo, com base nos dados constantes no Cadastro Imobiliário.

Art.482. O lançamento da contribuição de melhoria será precedido da publicação de lei específica, obra por obra, que mencionará, entre outros aspectos:

I - a obrigatoriedade de publicação de edital prévio, em meio oficial do Município, contendo os elementos descritos no artigo 484, sem prejuízo de outros;

II - a obrigatoriedade de publicação de edital posterior à obra, em meio oficial do Município, contendo os elementos mencionados do artigo 485, sem prejuízo de outros;

III - a fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no artigo 484 e 485;

IV - a regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial.

Art.483. Ao executar a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, o Poder Público Municipal procederá aos atos administrativos necessários à realização do lançamento do tributo no que se refere a esses imóveis, em conformidades com o disposto neste capítulo.

Art.484. Aprovada a lei específica relativa à Contribuição de Melhoria, a Administração publicará edital prévio à execução das obras,

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

contendo, entre outros elementos julgados convenientes, os seguintes:

- I** - memorial descritivo do projeto;
- II** - orçamento total ou parcial do custo da obra;
- III** - determinação da parcela do custo da obra a ser ressarcida pela contribuição;
- IV** - delimitação da zona beneficiada.
- V** - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

Art.485. Após a conclusão, será publicado edital, em órgão oficial do Município, com o demonstrativo do custo final de cada obra, que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

- I** - determinação da parcela do custo da obra a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;
- II** - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;
- III** - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;
- IV** - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;
- V** - prazo para a impugnação.

§1º O órgão encarregado do lançamento deverá escriturar, em registro próprio individualizando, o valor da contribuição relativa a cada imóvel seguindo-se a notificação do sujeito passivo.

§2º Considera-se efetiva a notificação pessoal quando for entregue no endereço indicado pelo contribuinte, constante do Cadastro Imobiliário, utilizado pelo Município para o lançamento do IPTU.

§3º Na ausência de indicação de endereço e de não ser conhecido pela Administração o domicílio do contribuinte, verificada a impossibilidade de entrega da notificação pessoal, o contribuinte será notificado do lançamento por edital, nele constando os elementos previstos no parágrafo seguinte.

§4º A notificação referida no *caput* deverá conter, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

- I** - nome do notificado e seu número de inscrição no Cadastro Econômico do Município;
- II** - local e data da expedição;
- III** - identificação da contribuição de melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal em que se funda o lançamento;
- IV** - previsão de incidência e montante da multa, juros e atualização monetária aplicável e indicação do embasamento legal neste sentido;
- V** - prazo para impugnação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;
- VI** - assinatura do notificado e do notificante.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

§5º A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art.486. Os contribuintes, no prazo que lhes for assinado na notificação de lançamento, poderão apresentar impugnação contra:

I - erro na localização ou em quaisquer outras características dos imóveis;

II - o valor da Contribuição de Melhoria.

§1º A impugnação será dirigida à autoridade tributária mediante petição escrita, indicando os fundamentos ou as razões que a embasem e determinará a abertura do processo administrativo.

§2º Os titulares de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras, notificados do lançamento de forma pessoal, têm o prazo de 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia útil após a ciência da notificação e, quando notificados por edital, o prazo de 30 (trinta) dias contados do primeiro dia útil após a publicação, para impugnar quaisquer dos elementos, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§3º A impugnação não suspende o início ou prosseguimento das obras, nem obsta a prática dos atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria.

§4º O disposto neste artigo se aplica também aos casos de cobrança de Contribuição de Melhoria por obras públicas em execução, constantes de projeto ainda não concluído.

Seção V Do Pagamento

Art.487. O contribuinte será cientificado, pelos meios estabelecidos nesta Lei, acerca do valor da Contribuição de Melhoria e das formas de pagamento.

§1º O contribuinte terá 30 (trinta) dias, a contar do primeiro dia útil após a ciência da notificação, para realizar o pagamento à vista com desconto de 20% (vinte por cento), requerer o parcelamento, sem qualquer desconto, apresentar impugnação, ou, ainda requerer isenção.

§2º Ultrapassado o prazo previsto no parágrafo anterior, sem que tenha ocorrido pagamento, parcelamento, pedido de isenção ou impugnação, o valor devido poderá ser inscrito em dívida ativa, com a incidência dos acréscimos legais.

§3º Na hipótese de parcelamento, que se formalizará por termo de confissão de dívida, a Contribuição de Melhoria poderá ser paga em até 60 (sessenta) meses, em parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação da URM (Unidade Referência Municipal), respeitados, o valor mensal mínimo de 50% (cinquenta por cento) da URM para cada parcela e o disposto no artigo 488 desta Lei, caso em que a parcela poderá ser inferior.

§4º As disposições do parágrafo anterior aplicam-se também aos débitos constituídos anteriormente à vigência desta Lei.

Art.488. A Contribuição de Melhoria, parcelada na forma do § 3º do artigo anterior, será paga pelo contribuinte de modo que a parcela anual não exceda 3% (três por cento) do maior valor fiscal do seu imóvel, atualizado à época da cobrança, assim entendido aquele apontado pelo laudo de avaliação após a conclusão da obra.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

§1º O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento pelo sujeito passivo.

§2º As parcelas pagas em atraso serão atualizadas na data do pagamento com a incidência dos acréscimos legais previstos nesta Lei.

§3º O atraso de qualquer parcela, por período superior a 90 (noventa) dias, implica no cancelamento do parcelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

Seção VI Da Não Incidência

Art.489. A Contribuição de Melhoria não incide nos casos de:

I - simples reparação e/ou recapeamento de pavimentação;

II - alteração do traçado geométrico de vias e logradouros públicos;

III - colocação de meio-fio e sarjetas;

IV - obra realizada na zona rural, cujos imóveis beneficiados sejam dessa natureza, salvo disposição em contrário, em Lei específica;

V - obra realizada na implantação de loteamento popular de responsabilidade do município;

VI - construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos.

Seção VII Das Isenções

Art.490. Será concedida isenção, mediante requerimento, do pagamento da Contribuição de Melhoria, sobre o imóvel beneficiado pela obra pública:

I - pertencente ao contribuinte portador de moléstias graves, conforme classificação da

Lei Federal nº 8.213/90 ou, que lhe sirva de moradia própria, constituindo-se como único bem imóvel de sua propriedade e cuja renda mensal familiar, assim compreendida a dos proprietários e todos os ocupantes do imóvel, não seja superior a 1,5 (um vírgula cinco) salários mínimos nacional, vigentes na data do requerimento;

II - pertencente ao contribuinte com deficiência física e/ou mental, com incapacidade permanente para o trabalho, ou ao seu tutor ou curador, que lhe sirva de moradia própria, constituindo-se como único bem imóvel de sua propriedade e cuja renda mensal familiar, assim compreendida a dos proprietários e todos os ocupantes do imóvel, não seja superior 1,5 (um vírgula cinco) salários mínimos nacional, vigentes na data do requerimento;

§1º Será igualmente isenta a propriedade composta por 1 (um) único imóvel urbano predial, cuja área de terreno não seja superior a 360 m² (trezentos e sessenta metros quadrados) e a área construída não seja superior a 50m² (cinquenta metros quadrados), utilizada exclusivamente para residência do proprietário, e a renda bruta familiar, assim compreendida a de todos os ocupantes do imóvel, não seja superior a 1,5 (um vírgula cinco) salários mínimos nacionais vigentes no mês do requerimento da isenção.

§2º A isenção de que trata esta seção somente será deferida se o contribuinte não possuir débito com a Fazenda Pública Municipal.

§3º Poderão ser utilizados como critério para a concessão da isenção,

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

as informações constantes no Cadastro Único do Governo Federal.

Art.491. A isenção do pagamento da Contribuição de Melhoria deverá ser requerida no prazo de 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia útil após a ciência da notificação e, quando notificados por edital, no o prazo de 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia útil após a publicação.

§1º A isenção de que trata esta seção deverá ser requerida pelos proprietários, sendo que o pedido será instruído com os seguintes documentos:

I - Matrícula do Registro de Imóveis atualizada ou, na falta desta, Escritura Pública;

II - Comprovantes de renda do grupo familiar;

III - Certidão de único imóvel emitida pelo cartório de imóveis;

IV - Certidão de Nascimento ou qualquer outro documento de identificação que comprove a idade do contribuinte;

V - Declaração do imposto de renda ou declaração de próprio punho, firmada por duas testemunhas e reconhecida em cartório, na hipótese de contribuinte profissional autônomo ou que exerça atividade no âmbito da economia informal;

VI - Certidão Negativa de Débitos municipais ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

§2º A concessão da isenção será efetivada por decisão do Secretário Municipal da Fazenda, após exame do atendimento das condições e documentos previstos neste artigo, ouvida a Procuradoria do Município, quando necessário.

§3º A decisão da autoridade competente para decidir sobre a concessão do benefício de isenção deverá ser sempre fundamentada, sob pena de nulidade.

§4º A isenção poderá ser revogada a qualquer tempo, exigindo-se o tributo com os respectivos acessórios, sem prejuízo das penas legais, nos casos de dolo, fraude, simulação ou falsidade ideológica na apresentação dos documentos e declarações.

§5º A Secretaria Municipal da Fazenda poderá realizar vistorias, exames, perícias, investigações, ou outros meios para averiguar a autenticidade dos documentos e veracidade das declarações, inclusive para verificar a compatibilidade dos rendimentos declarados com as condições socioeconômicas dos contribuintes, ainda que posteriormente à sua efetivação.

§6º Será negada a isenção ao contribuinte que dificultar, embaraçar, elidir, obstruir ou qualquer ato que venha a impossibilitar a averiguação dos requisitos para a obtenção do benefício.

Seção VIII

Das Disposições Finais sobre a Contribuição de Melhoria

Art.492. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Art.493. Aos casos omissos no presente capítulo, aplicar-se-á subsidiariamente a Legislação Federal pertinente.

CAPÍTULO II DA CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP

Seção I Da Incidência e do Fato Gerador

Art.494. A Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CIP, prevista no artigo 149-A da Constituição Federal, para fins de custeio, compreende o consumo de energia destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, e a instalação, manutenção, melhoramento e expansão da rede de iluminação pública.

Art.495. A CIP incide sobre o consumo de energia elétrica e é devida pelas pessoas físicas e jurídicas e a estas equiparadas, residentes ou estabelecidas no território do Município, consumidoras de energia elétrica.

Parágrafo único. O valor da Contribuição será incluído no montante total da fatura mensal de energia elétrica emitida pela concessionária desse serviço.

Art.496. O fato gerador da CIP é a utilização efetiva ou potencial dos serviços públicos de instalação, melhoramento, administração, manutenção, expansão e fiscalização do sistema de iluminação pública e incidirá, mensalmente, sobre cada uma das unidades autônomas de imóveis situados no território municipal.

Seção II Dos Contribuintes

Art.497. O contribuinte da CIP é o consumidor de energia elétrica, residente ou estabelecido no território do Município, que esteja cadastrado junto à

concessionária distribuidora de energia elétrica titular da concessão no território do Município.

Art.498. O contribuinte da CIP será identificado pelo número da ligação elétrica fornecido pela concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Seção III Da Base e da Metodologia de Cálculo

Art.499. A base de cálculo, para aplicação das alíquotas de Contribuição de Custeio da Iluminação Pública CIP, será o valor da tarifa definida pela ANEEL para a classe Iluminação Pública e aplicada pela concessionária ao faturamento da iluminação do Município, equivalente a um megawatt/hora.

Parágrafo único. O valor da CIP será calculado de acordo com a classe e faixa de cada unidade consumidora cadastrada junto à concessionária de energia elétrica, de acordo com a Tabela XVI desta Lei Complementar.

Seção IV Do Convênio com as Empresas de Energia Elétrica

Art.500. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio ou contrato para cobrança, arrecadação e repasse dos recursos da CIP à Municipalidade com qualquer concessionária que atue ou venha a atuar no fornecimento de energia elétrica no Município.

§1º O convênio ou contrato a que se refere o *caput* deverá, obrigatoriamente, prever repasse imediato do valor arrecadado pela

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

concessionária ao Município, retendo os valores necessários ao pagamento da energia fornecida para a iluminação pública e os valores fixados para remuneração dos custos de arrecadação e de débitos que, eventualmente, o Município tenha ou venha a ter com a concessionária, relativos aos serviços supracitados.

§2º O convênio deverá prever a responsabilidade da Concessionária em manter atualizados todos os dados dos consumidores sujeitos à Contribuição de Iluminação Pública (CIP) para fins de controle e fiscalização.

Seção V Do Lançamento e da Cobrança

Art.501. Caberá à Secretaria Municipal da Fazenda proceder ao lançamento e à fiscalização do pagamento da CIP, tendo por base o relatório emitido pela Concessionária de Energia, contendo a relação das pessoas a que se refere o artigo 497.

Art.502. A CIP será lançada para pagamento juntamente com a fatura mensal de energia elétrica.

Art.503. A concessionária de energia elétrica é responsável pela cobrança e recolhimento da CIP, devendo transferir o montante arrecadado para a Municipalidade na medida em que a mesma for arrecadada.

Seção VI Do Pagamento

Art.504. O pagamento da CIP será efetuado até a data prevista para o vencimento da fatura mensal de energia elétrica, conforme estipulado pela Concessionária de Energia Elétrica.

Art.505. Os valores da CIP devidos e não pagos no vencimento serão

monetariamente atualizados nos termos da legislação tributária do Município e inscritos em Dívida Ativa, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. Servirá como título hábil para a inscrição em Dívida Ativa:

I - a comunicação do não pagamento efetuada pela Concessionária, quando for o caso;

II - a duplicata da fatura de energia elétrica não paga;

III - a verificação da inadimplência por qualquer outro meio.

Seção VII Das Isenções

Art.506. Estão isentos do pagamento da CIP os sujeitos passivos da classe/categoria residencial e rural com consumo de até 70 (setenta) Kw/h/mês, além dos consumidores abaixo enumerados:

I - o Asilo São Vicente de Paula, inscrito no CNPJ sob nº 87.581.195/0001-99;

II - a Associação de Pais e Amigos do Excepcionais de São Borja - APAE, inscrito no CNPJ sob o nº 90.791.922/0001-57;

III - a Fundação Ivan Goulart - Hospital Infantil, inscrito no CNPJ sob nº 96.488.598/0001-89.

Parágrafo único. Na determinação da classe/categoria de consumidor, observar-se-ão as normas baixadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, ou do órgão que a substituir.

Seção VIII

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

Do Fundo Municipal de Iluminação Pública

Art.507. Os recursos provenientes da cobrança da CIP serão depositados em conta específica do Município, mantida em banco oficial, e serão utilizados exclusivamente para pagamento das despesas de consumo de energia elétrica em iluminação pública, instalação, manutenção e ampliação das respectivas redes, instalações, equipamentos e despesas com folha de pagamento com pessoal lotado no setor responsável pela manutenção da rede elétrica.

Seção IX Das disposições Finais

Art.508. O Poder Executivo regulamentará a aplicação da CIP, no que for necessário.

TÍTULO VI

DAS MICROEMPRESAS-ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP e MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI

CAPÍTULO I DO REGIME ESPECIAL

Seção Única Das Disposições Gerais

Art.509. São beneficiadas pelo regime especial tributário as microempresas, as Empresas de Pequeno Porte, a Sociedade Empresária, a Sociedade Simples e o empresário a que se refere o artigo 966 do Código Civil Brasileiro, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos limites e condições estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 123/06, e Leis que a complementam.

CAPÍTULO II DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO

Seção I

Da Consulta Prévia, Inscrição e Baixa

Art.510. Os órgãos do Município envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas, deverão:

I - observar os dispositivos constantes na Lei Complementar Federal 123/06 (com as alterações que a complementam), na Lei 11.598/07 e nas Resoluções do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM), inclusive os trâmites especiais e opcionais destinados ao MEI;

II - considerar a unicidade do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas, devendo articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos e entidades dos três âmbitos de governo, compatibilizando e integrando procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do usuário;

III - criar arquivo de banco de dados com informações e orientações, a serem disponibilizadas em meio físico e na rede mundial de computadores, sobre as etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a promover ao cidadão a certeza quanto à documentação exigida e à viabilidade do seu registro e inscrição;

IV - disponibilizar pesquisas prévias à elaboração de ato constitutivo ou

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

de sua alteração para que o usuário seja informado quanto à viabilidade do exercício da atividade pretendida, mediante fornecimento das seguintes informações:

a) descrição oficial do endereço de interesse do contribuinte e da possibilidade de exercício da atividade desejada no local escolhido.

b) todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças de autorização de funcionamento, segundo a atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização.

Art.511. Será procedido ao registro no Cadastro dos Contribuintes do Município de suas alterações e extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas na abertura da empresa, independentemente da regularidade de obrigações tributárias, principais ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem, sem prejuízo das responsabilidades do empresário, dos titulares, dos sócios ou dos administradores por tais obrigações, apuradas antes ou após o ato de extinção.

Art.512. A baixa do empresário ou da pessoa jurídica não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados tributos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da falta do cumprimento de obrigações ou da prática comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas pessoas jurídicas ou por seus titulares, sócios ou administradores.

§1º A solicitação de baixa do empresário ou da pessoa jurídica importa responsabilidade solidária dos empresários, dos titulares, dos sócios e dos administradores no período da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§2º Os órgãos referidos no artigo 511 terão o prazo de 60 (sessenta) dias para efetivar a baixa no Cadastro Econômico Municipal.

§3º Ultrapassado o prazo previsto no § 2º deste artigo sem manifestação do órgão competente, presumir-se-á a baixa dos registros das microempresas e a das empresas de pequeno porte.

§4º Na ocorrência de fraude no registro do Microempreendedor Individual - MEI feito por terceiros, o pedido de baixa deve ser feito por meio exclusivamente eletrônico, com efeitos retroativos à data de registro, na forma a ser regulamentada pelo CGSIM, não sendo aplicáveis os efeitos do §1º do art.29 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006.

§5º A baixa do MEI via portal eletrônico dispensa a comunicação aos órgãos da administração pública.

Art.513. Serão reduzidos a 0 (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos ou valores a qualquer título, relativos a: abertura, inscrição, registro, alteração, baixa, alvará, licença, arquivamento, permissões, autorizações e cadastro do MEI.

Seção IV Dos Documentos Fiscais

Art.514. As pessoas mencionadas no artigo 510 e as microempresas, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual estão obrigadas a emitir nota fiscal eletrônica nas operações de prestação de serviço.

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Art.515. Ao microempreendedor individual é facultativa a emissão de notas fiscais para Pessoas Físicas.

CAPÍTULO VI DA TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Seção I Da Competência Municipal

Art.516. Para se beneficiarem do regime especial, os contribuintes enquadrados nas disposições da Lei Complementar Federal nº 123/06 deverão optar formalmente pelo regime tributário do Simples Nacional, que implicará no recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação - DAS.

Art.517. A competência para fiscalizar o cumprimento das obrigações principais e acessórias, relativas ao Simples Nacional e para verificar a ocorrência das hipóteses previstas no art. 29 da Lei Complementar Federal nº 123/06 é da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Secretaria Estadual da Fazenda, porém, tratando-se de prestação de serviços tributáveis pelo ISS, a competência será também deste Município desde que o contribuinte do ISS tenha estabelecimento em seu território ou quando se tratar das exceções de competência previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 2003.

§1º No exercício da competência de que trata o *caput*:

I - a ação fiscal, após iniciada, poderá abranger todos os estabelecimentos da ME e da EPP, independentemente das atividades por eles exercidas, observado o disposto no § 2º;

II - as autoridades fiscais não ficarão limitadas à fiscalização dos tributos instituídos pelo próprio ente federado fiscalizador, estendendo-se sua

competência a todos os tributos abrangidos pelo Simples Nacional.

§2º Na hipótese de realização, por órgão da administração tributária do Estado, do Distrito Federal ou do Município, de ação fiscal em contribuinte com estabelecimento fora do âmbito de competência do ente federado, este deverá comunicá-la à administração tributária do outro ente federado para que, havendo interesse, se integre à ação fiscal.

§3º A comunicação de que trata o § 2º dar-se-á por meio do sistema eletrônico de que trata o art. 78 da RCGSN nº 94/2011, no prazo mínimo de 10 (dez) dias antes do início da ação fiscal.

§4º A competência para fiscalizar de que trata este artigo poderá ser plenamente exercida pelos entes federados, de forma individual ou simultânea, inclusive de forma integrada, mesmo para períodos já fiscalizados.

§5º Na hipótese de ação fiscal simultânea, a autoridade fiscal deverá tomar conhecimento das ações fiscais em andamento, de forma a evitar duplicidade de lançamentos referentes ao mesmo período e fato gerador.

§6º Na hipótese de ação fiscal relativa a períodos já fiscalizados, a autoridade fiscal deverá tomar conhecimento das ações já realizadas, dos valores já lançados e das informações contidas no sistema eletrônico a que se refere o art. 78 da RCGSN nº 94/2011, observando-se as limitações práticas e legais dos procedimentos fiscalizatórios.

§7º A seleção, o preparo e a programação da ação fiscal serão realizadas de acordo com os critérios e diretrizes da administração tributária municipal.

Subseção I

Da Utilização do Sistema Eletrônico Único de Fiscalização - SEFISC

Art.518. As ações fiscais serão registradas no Sistema Único de Fiscalização, Lançamento e Contencioso (Sefisc), a partir da data em que estiver disponibilizado no Portal do Simples Nacional, o acesso ao Município, devendo conter, no mínimo:

- I** - data de início da fiscalização;
- II** - abrangência do período fiscalizado;
- III** - os estabelecimentos fiscalizados;
- IV** - informações sobre:
 - a)** planejamento da ação fiscal, a critério do Município;
 - b)** fato que caracterize embaraço ou resistência à fiscalização;
 - c)** indício de que o contribuinte esteja praticando, em tese, crime contra a ordem tributária;
 - d)** fato que implique hipótese de exclusão de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 75 III da RCGSN nº 94/2011;
- V** - prazo de duração e eventuais prorrogações;
- VI** - resultado, inclusive com indicação do valor do crédito tributário apurado, quando houver;
- VII** - data de encerramento.

§1º A autoridade fiscal deverá registrar o início da ação fiscal no prazo de até 7 (sete) dias.

§2º O mesmo ente federado que abrir a ação fiscal deverá encerrá-la, observado o prazo previsto em sua respectiva legislação.

Subseção II

Da Lavratura do Auto de Infração e Notificação Fiscal

Art.519. Verificada infração à legislação tributária por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional, deverá ser lavrado Auto de Infração e Notificação Fiscal (AINF), emitido por meio do Sefisc, quando este estiver disponibilizado ao Município.

§1º O AINF é o documento único de autuação, a ser utilizado por todos os entes federados, em relação ao inadimplemento da obrigação principal prevista na legislação do Simples Nacional.

§2º No caso de descumprimento de obrigações acessórias deverão ser utilizados os documentos de autuação e lançamento fiscal, específicos do Município.

§3º A ação fiscal relativa ao Simples Nacional poderá ser realizada por estabelecimento, porém o AINF deverá ser lavrado sempre com o CNPJ da matriz, observado o disposto no art. 77 da RCGSN nº 94/2011 e art. 33, § 4º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

§4º Para a apuração do crédito tributário, deverão ser consideradas as receitas de todos os estabelecimentos da ME ou EPP, ainda que a ação fiscal seja realizada por estabelecimento.

§5º A competência para autuação por descumprimento de obrigação acessória é privativa da

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

administração tributária perante a qual a obrigação deveria ter sido cumprida.

§6º A receita decorrente das autuações por descumprimento de obrigação acessória será destinada ao ente federado responsável pela autuação de que trata o § 5º, caso em que deverá ser utilizado o documento de arrecadação específico do referido ente que promover a autuação e lançamento fiscal, sujeitando-se o pagamento às normas previstas em sua respectiva legislação de acordo com o art. 33, § 1º-D; art. 41, § 5º, inciso IV da Lei Complementar nº 123, de 2006.

§7º Não se exigirá o registro no Sefisc de lançamento fiscal que trate exclusivamente do disposto no § 5º.

§8º Os débitos relativos aos impostos e contribuições resultantes das informações prestadas na DASN ou no PGDAS-D encontram-se devidamente constituídos, não sendo cabível lançamento de ofício por parte da administração tributária municipal.

Art.520. O AINF será lavrado em 2 (duas) vias e deverá conter:

- I** - data, hora e local da lavratura;
- II** - identificação do autuado;
- III** - identificação do responsável solidário, quando cabível;
- IV** - período autuado;
- V** - descrição do fato;
- VI** - o dispositivo legal infringido e a penalidade aplicável;
- VII** - a determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la, no prazo fixado na legislação do ente federado;
- VIII** - demonstrativo de cálculo dos tributos e multas devidos;

IX - identificação do autuante;

X - hipóteses de redução de penalidades.

Parágrafo único. O documento de que trata o *caput* deverá contemplar todos os tributos abrangidos pelo Simples Nacional de acordo com o art. 33, §§ 1º-C e 4º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art.521. Os documentos emitidos em procedimento fiscal podem ser entregues ao sujeito passivo:

I - somente em meio impresso;

II - mediante utilização do sistema de comunicação eletrônica previsto no art. 110 da RCGSN nº 94/2011, observado o disposto em seus §§ 3º e 4º; ou

III - em arquivos digitais, devendo, neste caso, ser entregues também em meio impresso:

a) os termos, as intimações, o relatório fiscal e a folha de rosto do AINF; ou

b) somente os termos e as intimações, desde que o relatório fiscal e a folha de rosto do AINF sejam assinados com certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) e possam ser validados em endereço eletrônico informado pelo autuante.

Parágrafo único. Nas hipóteses previstas no inciso III do *caput*:

I - os documentos serão entregues ao sujeito passivo por meio de mídia não regravável;

II - a entrega dos documentos será feita com o respectivo termo de

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

encerramento e ciência do lançamento, no qual devem constar a descrição do conteúdo da mídia digital, o resumo do crédito tributário lançado e demais informações pertinentes ao encerramento.

Art.522. O valor apurado no AINF deverá ser pago por meio do DAS, utilizando-se de aplicativo disponível no Portal do Simples Nacional, de acordo com o art. 21, inciso I e art. 33, § 4º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art.523. Aplicam-se a este Capítulo, no que couber, todas as disposições legais contidas na Lei Complementar nº 123, de 2006 - legislação fiscal relativa ao Simples Nacional, observado o disposto na RCGSN nº 94/2011 e suas alterações.

TÍTULO VII DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

CAPÍTULO ÚNICO DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I Dos Descontos do IPTU

Subseção I A Título de Incentivo Ambiental

Art.524. Fica o Município autorizado a instituir o IPTU Ecológico, com objetivo de fomentar medidas que preservem, protejam e recuperem o meio ambiente, ofertando em contrapartida benefício tributário ao contribuinte.

§1º Será concedido benefício tributário, consistente em reduzir o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), aos imóveis residenciais que adotem medidas que estimulem a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente (habitação sustentável).

§2º Os critérios para que o imóvel possa ser considerado como habitação

sustentável e os benefícios serão definidos em lei específica.

Subseção II A Título de Incentivo ao Bom Pagador

Art.525. Poderá ser concedido desconto anual no Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, por Lei específica, para os contribuintes que não tiverem débitos vencidos de IPTU no cadastro do seu imóvel, até a data limite de 30 (trinta) de novembro do ano anterior à concessão do benefício.

Art.526. O desconto a que se refere o artigo anterior será concedido de ofício e registrado junto ao cadastro do imóvel beneficiado.

Seção III Das Disposições Gerais

Art.527. Os valores dos débitos de natureza tributária, ou não tributária, vencidos e exigíveis, inscritos ou não em dívida ativa, serão corrigidos monetariamente, considerando-se o índice de variação positiva do IGP-M ou outro índice que vier porventura a substituí-lo, calculado anualmente, até o dia do seu pagamento, sem prejuízo dos juros e da multa moratória, previstos.

§1º Os tributos cuja base de cálculo é representativa em URM, serão convertidos em reais (R\$) por ocasião de seus lançamentos.

Art.528. O Município define a URM (Unidade de Referência Municipal), como fator de atualização monetária para lançamento dos tributos municipais, preços públicos e

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

lançamento das penalidades por descumprimento de obrigações tributárias acessórias (multas fixas).

Art.529. A Unidade Padrão Municipal em 2017 é equivalente a R\$ 113,98 (cento e treze reais e noventa e oito centavos).

Parágrafo único. Sua atualização será anual é efetuada por Decreto Executivo com base na variação positiva do IGP-M - Índice Geral de Preços - Mercado, ocorrida entre meses de janeiro a dezembro do ano anterior.

Art.530. O Poder Executivo regulamentará este Código no que se fizer necessário e baixará normas necessárias à sua aplicação, exceto no que concerne a forma de tributação, imunidade, isenção, anistia ou majoração de alíquotas.

Art.531. O Secretário da Fazenda do Município poderá expedir instruções normativas e atos de execução ou de interpretação necessários ao fiel cumprimento das disposições estabelecidas neste Código e no seu regulamento.

Art.532. A Secretaria Municipal da Fazenda expedirá, por decreto, a consolidação, em texto único, da legislação vigente, relativa a cada um dos tributos, repetindo-se esta providência até o dia 31 de janeiro de cada ano.

Art.533. Revogam-se as disposições constantes nas seguintes leis: Lei nº 1.299 de 17 de dezembro de 1984, Lei nº 1.328 de 13 de junho de 1985, Lei nº 1.331 de 13 de junho de 1985, Lei nº 1.360 de 17 de outubro de 1985, Lei nº 1.487 de 21 de dezembro de 1987, Lei nº 1.488 de 21 de dezembro de 1987, Lei nº 1.644 de 26 de dezembro de 1989, Lei nº 1.743 de 22 de outubro de 1990, Lei nº 1.759 de 04 de dezembro de 1990, Lei nº 1.784 de 05 de março de 1991, Lei nº 1.789 de 19 de abril de 1991, Lei nº 1.791 de 19 de abril de

1991, Lei nº 1.823 de 28 de junho de 1991, Lei nº 1.826 de 11 de julho de 1991, Lei nº 1.855 de 30 de setembro de 1991, Lei nº 1.862 de 01 de novembro de 1991, Lei nº 1.885 de 07 de janeiro de 1992, Lei nº 1.912 de 11 de maio de 1992, Lei nº 1.924 de 07 de julho de 1992, Lei nº 1.958 de 26 de outubro de 1992, Lei nº 1.998 de 25 de março de 1993, Lei nº 2.001 de 01 de abril de 1993, Lei nº 2.007 de 19 de abril de 1993, Lei nº 2.038 de 25 de junho de 1993, Lei nº 2.084 de 07 de outubro de 1993, Lei nº 2.143 de 28 de dezembro de 1993, Lei nº 2.171 de 17 de março de 1994, Lei nº 2.174 de 17 de março de 1994, Lei nº 2.180 de 08 de abril de 1994, Lei nº 2.274 de 12 de dezembro de 1994, Lei nº 2.279 de 08 de fevereiro de 1995, Lei nº 2.297 de 26 de abril de 1995, Lei nº 2.299 de 03 de maio de 1995, Lei nº 2.357 de 17 de novembro de 1995, Lei nº 2.447 de 14 de outubro de 1996, Lei nº 2.478 de 04 de fevereiro de 1997, Lei nº 2.506 de 16 de maio de 1997, Lei nº 2.542 de 06 de outubro de 1997, Lei nº 2.556 de 04 de dezembro de 1997, Lei nº 2.558 de 08 de dezembro de 1997, Lei nº 2.585 de 02 de abril de 1998, Lei nº 2.606 de 28 de maio de 1998, Lei nº 2.637 de 14 de outubro de 1998, Lei nº 2.655 de 31 de dezembro de 1998, Lei nº 3.086 de 13 de dezembro de 2002, Lei nº 3.244 de 12 de dezembro de 2003, Lei nº 3.254 de 23 de dezembro de 2003, Lei nº 3.263 de 2003, Lei nº 3.561 de 10 de janeiro de 2006, Lei nº 3.562 de 10 de janeiro de 2006, Lei nº 3.671 de 06 de outubro de 2006, Lei nº 3.776 de 17 de maio de 2007, Lei nº 3.870 de 28 de dezembro de 2007, Lei nº 3.981 de 30 de dezembro de 2008, Lei nº 3.983 de 30 de dezembro de

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

2008, Lei nº 4.311 de 16 de novembro de 2010, Lei nº 4.493 de 26 de dezembro de 2011, Lei nº 4.576 de 15 de junho de 2012, Lei nº 4.175 de 31 de dezembro de 2009, Lei nº 4.633 de 28 de novembro de 2012.

Art.534. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

São Borja, 26 de Dezembro do ano de 2017.

Eduardo Bonotto.

Prefeito

Registre-se e Publique-se:

Publicado no Diário Oficial de São Borja, DOESB(www.saoborja.rs.gov.br) em: 29/12/2017

Reinaldo Menezes Garcia
Chefe de Gabinete

ANEXOS

TABELA I

IPTU	
ZONA	VALOR DO M ² EM 2017, DECRETO Nº 16.933/2017
Especial	R\$ 62.137533
1ª Zona	R\$ 42.949665
2ª Zona	R\$ 23.563764
3ª Zona	R\$ 17.008957
4ª Zona	R\$ 8.511467

VALOR DO M² DE CONSTRUÇÃO PARA FINS DE CÁLCULO DO IPTU EXERCÍCIO 2017:
Valor de 01(um) ponto R\$ 2,1662764

TABELA II

LISTA DE SERVIÇOS INCIDENTES AO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA- ISS	
Especificações	% da URM
I - TRABALHO PESSOAL	
1 - Profissionais liberais com formação de nível superior	600
2 - Profissionais com formação técnica ou nível médio	400
3 - Profissionais responsáveis por serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.04 e 7.05 da lista abaixo, não estabelecidos no Município de São Borja, por licenciamento de obra.	100
4 - Demais prestadores de serviço não enquadrados acima, por ano ou fração	200
II - SERVIÇOS DE TAXI-Pessoa Física	
1 - Por veículo e por ano ou fração	200
III - JOGOS DE MESA/CANCHA DE BOCHA	
1 - Sinuca ou similar e canchas de bocha, boliche, bolão, por mês ou fração, por unidade	5%
IV - PESSOAS JURÍDICAS OU A ESSAS EQUIPARADAS	
LISTA DE SERVIÇOS	ALÍQUOTA
1 - Serviços de informática e congêneres	
1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas.	3%

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

1.02 - Programação.	3%		
1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	3%		vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 , sujeita ao ICMS). (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)
1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	3%		2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	3%		2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.
1.06 - Assessoria e consultoria em informática.	3%		3 - Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.
1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	3%		3.01 - (VETADO)
1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	3%		3.02 - Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.
1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio,	3%		3.03 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
			3.04 - Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

natureza.	
3.05 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	3%
4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.	
4.01 - Medicina e biomedicina.	3%
4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	3%
4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	3%
4.04 - Instrumentação cirúrgica.	3%
4.05 - Acupuntura.	3%
4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	3%
4.07 - Serviços farmacêuticos.	3%
4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	3%
4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	3%
4.10 - Nutrição.	3%
4.11 - Obstetrícia.	3%
4.12 - Odontologia.	3%
4.13 - Ortóptica.	3%

4.14 - Próteses sob encomenda.	3%
4.15 - Psicanálise.	3%
4.16 - Psicologia.	3%
4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	3%
4.18 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%
4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	3%
4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%
4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%
4.22 - Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	3%
4.23 - Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	3%
5 - Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.	
5.01 - Medicina veterinária e zootecnia.	3%
5.02 - Hospitais, clínicas,	3%

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	
5.03 - Laboratórios de análise na área veterinária.	3%
5.04 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%
5.05 - Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	3%
5.06 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%
5.07 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%
5.08 - Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	3%
5.09 - Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	3%
6 - Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.	
6.01 - Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	3%
6.02 - Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	3%
6.03 - Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	3%
6.04 - Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais	3%

atividades físicas.	
6.05 - Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	3%
6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	3%
7 - Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.	
7.01 - Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	3%
7.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3%
7.03 - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia;	3%

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	
7.04 - Demolição.	3%
7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	3%
7.06 - Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	3%
7.07 - Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	3%
7.08 - Calafetação.	3%
7.09 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	3%
7.10 - Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	3%
7.11 - Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	3%
7.12 - Controle e	3%

tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	
7.13 - Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	3%
7.14 - (VETADO)	
7.15 - (VETADO)	
7.16 - Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres.	
7.16 - Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	3%
7.17 - Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	3%
7.18 - Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	3%
7.19 - Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e	3%

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

urbanismo.	
7.20 - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	3%
7.21 - Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretização, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	3%
7.22 - Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	3%
8 - Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.	
8.01 - Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	3%
8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	3%
9 - Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.	
9.01 - Hospedagem de qualquer natureza	3%

em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	
9.02 - Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	3%
9.03 - Guias de turismo.	3%
10 - Serviços de intermediação e congêneres.	
10.01 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	3%
10.02 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	3%
10.03 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	3%
10.04 - Agenciamento,	3%

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	
10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	3%
10.06 - Agenciamento marítimo.	3%
10.07 - Agenciamento de notícias.	3%
10.08 - Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	3%
10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	3%
10.10 - Distribuição de bens de terceiros.	3%
11 - Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.	
11.01 - Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	3%
11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	3%
11.03 - Escolta, inclusive de veículos e cargas.	3%
11.04 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	3%
12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.	
12.01 - Espetáculos teatrais.	5%
12.02 - Exibições cinematográficas.	5%
12.03 - Espetáculos circenses.	5%
12.04 - Programas de auditório.	5%
12.05 - Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	5%
12.06 - Boates, taxi-dancing e congêneres.	5%
12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5%
12.08 - Feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%
12.09 - Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5%
12.10 - Corridas e competições de animais.	5%
12.11 - Competições esportivas ou de	5%

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	
12.12 - Execução de música.	5%
12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	3%
12.14 - Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	5%
12.15 - Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	5%
12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	5%
12.17 - Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	5%
13 - Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.	
13.01 - (VETADO)	
13.02 - Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	3%
13.03 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem	3%

e congêneres.	
13.04 - Reprografia, microfilmagem e digitalização.	3%
13.05 - Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.	
13.05 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	3%
14 - Serviços relativos a bens de terceiros.	
14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3%
14.02 - Assistência técnica.	3%

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

14.03 - Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	3%
14.04 - Recauchutagem ou regeneração de pneus.	3%
14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	3%
14.06 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	3%
14.07 - Colocação de molduras e congêneres.	3%
14.08 - Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	3%
14.09 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	3%
14.10 - Tinturaria e lavanderia.	3%
14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	3%

14.12 - Funilaria e lanternagem.	3%
14.13 - Carpintaria e serralheria.	3%
14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	3%
15 - Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.	
15.01 - Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5%
15.02 - Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5%
15.03 - Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%
15.04 - Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

15.05 - Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%	alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	
15.06 - Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%	15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5%
15.07 - Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%	15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5%
15.08 - Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão,	5%	15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5%
		15.12 - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%
		15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração,	5%

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.		15.17 - Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5%
15.14 - Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%	15.18 - Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%
15.15 - Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%	16 - Serviços de transporte de natureza municipal.	
15.16 - Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%	16.01 - Serviços de transporte de natureza municipal.	
		16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	3%
		16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	3%
		17 - Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.	
		17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta	3%

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	
17.02 - Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infraestrutura administrativa e congêneres.	3%
17.03 - Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	3%
17.04 - Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	3%
17.05 - Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	3%
17.06 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	3%
17.07 - (VETADO)	
17.08 - Franquia (franchising).	3%
17.09 - Perícias, laudos, exames	3%

técnicos e análises técnicas.	
17.10 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	3%
17.11 - Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	3%
17.12 - Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	3%
17.13 - Leilão e congêneres.	3%
17.14 - Advocacia.	3%
17.15 - Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	3%
17.16 - Auditoria.	3%
17.17 - Análise de Organização e Métodos.	3%
17.18 - Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	3%
17.19 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	3%
17.20 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	3%
17.21 - Estatística.	3%
17.22 - Cobrança em geral.	3%
17.23 - Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de	3%

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).		distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	
17.24 - Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	3%	20 - Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.	
17.25 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita). (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	3%	20.01 - Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	3%
18 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.		20.02 - Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	3%
18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	3%	20.03 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros,	3%
19 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.			
19.01 - Serviços de	3%		

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	
21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	
21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	3%
22 - Serviços de exploração de rodovia.	
22.01 - Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	2%
23 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	
23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	3%
24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	
24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners,	3%

adesivos e congêneres.	
25 - Serviços funerários.	
25.01 - Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	3%
25.02 - Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	
25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	3%
25.03 - Planos ou convênio funerários.	3%
25.04 - Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	3%
25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)	3%
26 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

26.01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.	3%
27 - Serviços de assistência social.	
27.01 - Serviços de assistência social.	3%
28 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	
28.01 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	3%
29 - Serviços de biblioteconomia.	
29.01 - Serviços de biblioteconomia.	3%
30 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.	
30.01 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.	3%
31 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	
31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	3%
32 - Serviços de desenhos técnicos.	
32.01 - Serviços de desenhos técnicos.	3%

33 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	
33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	3%
34 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	
34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	3%
35 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	
35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	3%
36 - Serviços de meteorologia.	
36.01 - Serviços de meteorologia.	3%
37 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	
37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	3%
38 - Serviços de museologia.	
38.01 - Serviços de museologia.	3%
39 - Serviços de ourivesaria e lapidação.	
39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o	3%

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

material for fornecido pelo tomador do serviço).	
40 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.	
40.01 - Obras de arte sob encomenda.	3%

TABELA III

TAXAS DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO DE QUALQUER NATUREZA	
Especificações	% da URM
1. ESTABELECIMENTOS COM LOCALIZAÇÃO FIXA	60%
3. AGROINDÚSTRIA FAMILIAR	60%

TABELA IV

TAXA DE LICENÇA PARA ATIVIDADES AMBULANTES E EVENTUAIS			
Especificações	URM		
	ANO	SEM ANA	DIA
1. EM CARÁTER EVENTUAL:			
1.1. Sem veículo		30%	15%
1.2. Com veículo motorizado		55%	25%
1.3. Em tendas, estandes e similares, inclusive nas feiras anexo ou não a veículo		50%	20%
1.4. Comércio de produtos agropecuários de economia familiar (c/ bloco de produtor)		50%	20%

1.5. Comércio de produtos agropecuários de economia familiar, por intermédio de associação legalmente constituída (por sócio)		50%	20%
1.6. Divulgação promocional de vendas e serviços		50%	20%
2. AMBULANTE	ANO		
1.1. Sem veículo	40%		
1.2. Com veículo motorizado	50%		
1.3. Em tendas, estandes e similares, inclusive nas feiras anexo ou não a veículo	40%		
1.4. Comércio de produtos agropecuários de economia familiar (c/ bloco de produtor)	40%		
1.5. Comércio de produtos agropecuários de economia familiar, por intermédio de associação legalmente constituída (por sócio)	40%		
1.6. Divulgação promocional de vendas e serviços	40%		
3. COM FECHAMENTO DE RUA			
4. OUTRAS LICENÇAS EM CARÁTER EVENTUAL	MÊS	SEM ANA	DIA
4.1. Jogos e diversões públicas exercidas em tendas, estandes,	120%	40%	25%

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

	palanques ou similares			
4.2.	Eventos sociais, esportivos, bailes, teatros e similares de caráter particular com ou sem fechamento de rua	-	60%	30%
4.3.	Eventos Oficiais realizados pelo Município, em tendas, estandes ou similares com ou sem fechamento de rua	-	40%	15%
4.4	Eventos circenses, shows e parque de diversões	300%	120%	60%

TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA

OBS: Para incidência da taxa diária, a licença não poderá ser maior que 10 dias.

TABELA V

TAXA DE FISCALIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO EM HORÁRIOS ESPECIAIS	
Especificações	% URM
1-Para prorrogação de horário:	
1.1 até 22 horas por mês	20%
1.2 após às 22 horas, por mês	40%
2-Para antecipação de horário, por mês	40%
3-Para funcionamento em dias não úteis	
3.1 - Por dia	20%
3.2- Por mês	30%
3.3- Por ano	50%

TABELA VI

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Nº	Descrição	% da URM
1	Alinhamento de Construção por metro	2,94%
2	Alinhamento de Muro / Calçada por metro	4,92%
3	Certidão Predial	11,89%
4	Demolição por m ²	0,35%
5	Extinção de Condomínio - Desmembramento de 3 a 6 Lotes por lote	23,67%
6	Extinção de Condomínio - Desmembramento de 7 a 15 Lotes Lotes por lote	16,06%
7	Extinção de Condomínio - Desmembramento acima de 15 Lotes Lotes por lote	11,05%
8	Extinção de Condomínio - Fracionamento de 2 a 4 Lotes por lote	18,70%
9	Extinção de Condomínio - Fracionamento de 5 a 10 Lotes por lote	9,84%
10	Extinção de Condomínio - Fracionamento de acima de 10 Lotes por lote	8,29%
11	Extinção de Condomínio - Loteamento - até 20 Lotes por lote	73,59%
12	Extinção de Condomínio - Loteamento - Acima de 20 Lotes por lote	51,52%
13	Habite-se por m ²	0,81%
14	Individualização - de 2 a 4 Unidades por unidade	18,70%
15	Individualização - de 5 a 10 Unidades por unidade	9,84%
16	Individualização - Acima de 10 Unidades por unidade	8,29%
17	Licença de Construção - Galpão - até 2.000m ² por m ²	0,99%
18	Licença de Construção - Galpão - acima de 2.000m ² por m ²	0,70%
19	Licença de Construção Marquises e Alterações de Fachada por metro	0,77%
20	Licença de Construção Residencial - Unifamiliar por m ²	0,31%
21	Licença de Construção Residencial - Multifamiliar / Comercial por m ²	0,99%
22	Localização de Parcela - Desmembramento de 3 a 6 Lotes por lote	23,67%
23	Localização de Parcela - Desmembramento de 7 a 15 Lotes por lote	16,06%

24	Localização de Parcela - Desmembramento acima de 15 Lotes por lote	11,05%
25	Localização de Parcela - Fracionamento de 2 a 4 Lotes por lote	18,70%
26	Localização de Parcela - Fracionamento de 5 a 10 Lotes por lote	9,84%
27	Localização de Parcela - Fracionamento de acima de 10 Lotes por lote	8,29%
28	Localização de Parcela - Loteamento - até 20 Lotes por lote	73,59%
29	Localização de Parcela - Loteamento - Acima de 20 Lotes por lote	51,52%
30	Numerações por unidade	36,42%
31	Parcelamento de Solo - Desmembramento de 3 a 6 Lotes por lote	23,67%
32	Parcelamento de Solo - Desmembramento de 7 a 15 Lotes por lote	16,06%
33	Parcelamento de Solo - Desmembramento acima de 15 Lotes por lote	11,05%
34	Parcelamento de Solo - Fracionamento de 2 a 4 Lotes por lote	18,70%
35	Parcelamento de Solo - Fracionamento de 5 a 10 Lotes por lote	9,84%
36	Parcelamento de Solo - Fracionamento de acima de 10 Lotes por lote	8,29%
37	Parcelamento de Solo - Loteamento - até 20 Lotes por lote	73,59%
38	Parcelamento de Solo - Loteamento - Acima de 20 Lotes por lote	51,52%
39	Reforma de Construção - Residencial - Unifamiliar por m ²	0,31%
40	Reforma de Construção - Residencial - Multifamiliar / Comercial por m ²	0,99%
41	Reforma de Construção - Galpão - até 2.000m ² por m ²	0,99%
42	Reforma de Construção - Galpão - acima 2.000m ² por m ²	0,70%
43	Renovação de Licença de construção por m ²	0,81%

TABELA VII

TAXA DE LICENÇA DE OCUPAÇÃO E DE

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

PERMANÊNCIA EM ÁREAS, EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS			
Especificações	URM		
	P/DIA	P/MÊS	P/ANO
1. ESPAÇO OCUPADO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS			
a) Mesas, Cadeiras, tabuleiros, e objetos diversos.	10%	50%	300%
2. ESPAÇO OCUPADO EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS (p/unidade)			
a) Caças coletoras de resíduos de materiais de construção/lixo ou outro uso	10%	50%	-

TABELA VIII

TAXA DE REGISTRO E INSPEÇÃO SANITÁRIA DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL		
ITEM	DENOMINAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR (URM)
	I - SERVIÇOS DE REGISTRO DE ESTABELECIMENTO NO (S.I.M)	
1	Exame de projetos de prédios não residenciais, sujeitos à aprovação do S.I.M, da abertura ou alteração.	50%
2	Certificação do serviço de inspeção municipal (selo S.I.M.)	100%
	II - SERVIÇOS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	
1	Inspeção sanitária de produtos de origem animal: laticínios: por 100 l. de Leite ou 100 kg de derivados	1%
	Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal: ovos e derivados - por 1000 unidades	1%
	Inspeção Sanitária fabricação de embutidos e charque: por lote de 100kg	1%
	Inspeção Sanitária de mel e derivados: por lote de 100 kg.	1%

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

	de mel	
	Registro de produtos rótulos ou embalagens por unidade	35%
	III - TAXA DE INSPEÇÃO DE ABATE	
1	Bovinos e Bubalinos, por unidade abatida	4%
2	Ovino, suíno, caprinos, por unidade abatida	2%
3	Aves e pescados, por lote de 100 unidades	1%

TABELA IX

DA TAXA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRÂNSITO	
Especificações	VALOR (URM)
1. TAXA DE VISTORIA	
Veículo táxi (anual) Veículo moto táxi (anual)	50%
2.2 Veículo de transporte de gás e cargas perigosas (anual)	40%
2.3 Veículo transporte fretado (exceto item 2.4 e 2.5) (anual)	60%
2.4 Veículo de transporte escolar (semestral)	60%
2.5 Veículo de passageiros - ônibus (anual)	75%
2.6 Motocicletas com serviço de frete (anual)	75%

TABELA X

TAXA DE LICENÇA PARA PUBLICIDADE		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO ANÚNCIO	URM
1	Anúncios de propagandas, publicidade em faixas, outdoor, Painéis rodoviários, empenas, bandeiras, lonas, frontlights, backlights, totens, letreiros, tabuletas, dísticos e congêneres, visíveis da via pública, em locais frequentados pelo público ou, por qualquer forma, expostos ao público.	
	a) Por ano	100%
	b) Por mês	15%
	c) Por dia	5%
2	Uso de auto faltantes nos estabelecimentos comerciais e/ou na via pública, para qualquer fim, inclusive em veículos:	
	a) Por ano	60%
	b) Por mês	10%
	c) Por dia	5%

TABELA XI

TAXA DE APREENSÃO DE BENS E MERCADORIAS		
ITEM	Especificação	VALOR EM URM
1	Animais (por unidade)	50%
2	Bens (por quilo)	5%

TABELA XII

DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

(Anual)	
Taxa de Fiscalização Anual	50% da URM

TABELA XIII

DA TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL (Anual)	
Licenciamento Prévio - LP	
a.1) Porte mínimo:	URM
Grau de poluição baixo	60%
Grau de poluição médio	77%
Grau de poluição alto	101%
a.2) Porte pequeno	URM
Grau de poluição baixo	150%
Grau de poluição médio	184%
Grau de poluição alto	243%
a.3) Porte médio	URM
Grau de poluição baixo	276%
Grau de poluição médio	381%
Grau de poluição alto	562%
a.4) Porte grande	URM
Grau de poluição baixo	787%
Grau de poluição médio	1292%
Grau de poluição alto	1292%
a.5) Porte excepcional	URM
Grau de poluição baixo	915%
Grau de poluição médio	1600%
Grau de poluição alto	2901%
b) Licenciamento para Instalação - LI	
b.1) Porte mínimo	
Grau de poluição baixo	175%
Grau de poluição médio	213%
Grau de poluição alto	276%
b.2) Porte pequeno	
Grau de poluição baixo	428%
Grau de poluição médio	511%
Grau de poluição alto	660%
b.3) Porte médio	
Grau de poluição baixo	788%
Grau de poluição médio	1074%

Grau de poluição alto	1543%
b.4) Porte grande	
Grau de poluição baixo	1439%
Grau de poluição médio	2211%
Grau de poluição alto	3526%
b.5) Porte excepcional	
Grau de poluição baixo	2591%
Grau de poluição médio	4719%
Grau de poluição alto	7936%
c) Licenciamento para Operação - LO	
c.1) Porte mínimo	
Grau de poluição baixo	88%
Grau de poluição médio	147%
Grau de poluição alto	235%
c.2) Porte pequeno	
Grau de poluição baixo	211%
Grau de poluição médio	359%
Grau de poluição alto	566%
c.3) Porte médio	
Grau de poluição baixo	392%
Grau de poluição médio	754%
Grau de poluição alto	1350%
c.4) Porte grande	
Grau de poluição baixo	719%
Grau de poluição médio	1550%
Grau de poluição alto	3028%
c.5) Porte excepcional	
Grau de poluição baixo	1293%
Grau de poluição médio	3151%
Grau de poluição alto	6822%

TABELA XIV

TAXA DE SEPULTAMENTO	
Especificação	%URM
Licença para sepultamento	13

TABELA XV
TAXAS DE SERVIÇOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VISA 01 A 08)

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Solicitação do Alvará Sanitário Inicial/Renovação

TABELA VISA 01

Código de Classificação	Atividade/Estabelecimentos *	Valor (URM)
VISA - 01	Beneficiamento de grãos (arroz, café e outros), torrefação e moagem; Indústria de Bebidas e águas envasadas; Indústria de sorvetes (por sorveterias) e outros congelados; Indústria de aditivos para alimentos (fermentos, leveduras, produtos orgânicos e inorgânicos não especificados); Indústria de embalagens para alimentos; Armazéns Gerais e depósitos de mercadorias; Indústria de Medicamentos (alopáticos, homeopáticos e fitoterápicos) e correlatos; Indústria de gases; Indústria Farmo-Química; Indústrias de cosméticos, perfumes e produtos de higiene (dentre fraldas descartáveis,	d) 2,5 In

absorventes e outros); Indústrias de saneantes domissanitários, sabões, detergentes sintéticos e produtos de limpeza e polimentos; Indústria de produtos para saúde (artefatos, aparelhos, máquinas, equipamentos, instrumentais, utensílios, ortopédicos em geral, artigos ópticos e outros); Serviço de terapia renal substitutiva; Hospital Geral, Especializado, Hospital Dia ou Maternidade; Serviços que utilizam Radiação Ionizante; Serviços de Hemoterapia; Serviços de Urgência e Emergência; Serviço de Quimioterapia e Radioterapia; Banco de Órgãos, de Medula, de Leite Humano, dentre outros; Farmácias que preparam Nutrição Parenteral; Empresa de Irradiação de Produtos; Serviço de esterilização de produtos/artigos; Estabelecimentos de ensino de nível superior e de pesquisa; Lavanderia
--

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

	<p>de roupas de uso hospitalar, industrial e hotelaria; Agência transfusional; Estabelecimentos de ensino técnico, de nível superior e de pesquisa; Cozinhas industriais e similares; Supermercados e hipermercados; Comércio Atacadista/Distribuidoras de serviços de saúde e de interesse à saúde (Alimentos, produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene, perfumaria, saneantes domissanitários, medicamentos e outros); Empresas de transporte de material de alto risco para a saúde; Empresas de transporte de cargas (Alimentos, Saneantes, domissanitários, Medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos, Cosméticos, perfumarias e produtos de higiene e outros) com ou sem responsável técnico; Atividades funerárias e serviços relacionados (cremação, somato-conservação, tanatopraxia,</p>	
--	---	--

	<p>transporte/transportado e outros); Cemitérios e crematórios; Outros estabelecimentos de saúde ou de interesse da saúde.</p>	
--	--	--

TABELA VISA 02

Código de Classificação	Atividade/Estabelecimentos *	Valor (URM)
VISA - 02	e) Clínicas médicas (com ou sem serviço de imunização), odontológicas e Unidades de Saúde com Procedimento Invasivo;	2,0
	<p>Drogarias; Serviços relacionados à saúde como drogarias, ervanárias e postos de medicamentos; Casa de repouso, ILPI's (Instituições de Longa permanência para idosos), residências geriátricas, de reabilitação e comunidades terapêuticas; Centro de atenção psicossocial- CAPS; Estabelecimentos de ensino fundamental; Clubes sociais de lazer e diversão, ginástica e práticas desportivas; Serviços de Imunização e controle de pragas urbanas; Óticas com ou sem laboratórios; Restaurantes, Pizzarias, churrascarias e congêneres; Serviços buffet e congêneres; Outros estabelecimentos de saúde ou de interesse da saúde.</p>	

TABELA VISA 03

Código de Classificação	Atividade/Estabelecimentos *	Valor (URM)

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

VISA - 03	<p style="text-align: right;">a } F</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Serviços de transporte de pacientes com procedimento (unidade móvel e ambulância). ✓ Laboratório de análises clínicas, citopatologia, anatomia patológica, de pesquisas e de análises em geral; ✓ Clínicas de fisioterapia (com ou sem atividade de estética e atividade física); ✓ Consultórios médicos (Unidade de saúde com ou sem procedimento invasivo) e odontológicos (Unidade odontológica com e sem equipamento de Raios-X); ✓ Demais consultórios profissionais na área de saúde; ✓ Demais Clínicas de atividades/profissionais na área de saúde; ✓ Posto de coleta para análises clínicas; ✓ Estabelecimentos que praticam acupuntura; ✓ Estabelecimentos de tatuagem e congêneres; ✓ Lavanderia de roupas de uso domiciliar; ✓ Laboratório de próteses odontológica; ✓ Serviços veterinários; ✓ Comércio varejista de Alimentos em geral; ✓ Lanchonetes, cafeterias, bares, sorveterias e congêneres; ✓ Hotéis, Motéis, Pensões, Albergues e congêneres; ✓ Educação infantil, Creches e congêneres; 	1,5
------------------	--	-----

TABELA VISA 04

Código de Classificação	Atividade/Estabelecimentos *	Valor (URM)
VISA - 04	✓ Comércio varejista de Produtos saneantes,	1,0

	<ul style="list-style-type: none"> domissanitários, e Correlatos, Cosméticos, perfumes e produtos de higiene. ✓ Comércio varejista de artigos médico, odontológicos e hospitalares; ✓ Academia de ginástica, musculação condicionamento físico, dança, artes marciais e congêneres; ✓ Serviços de Piscinas e saunas de uso público; ✓ Instituto de beleza sem responsabilidade técnica legalmente habilitada (cabeleiros, pedicure, manicure, barbearia, e congêneres); ✓ Aeroportos, rodovias e ferroviárias; ✓ Eventos e congêneres; ✓ Lavanderia de roupas de uso doméstico/residencial; 	
--	---	--

TABELA VISA 05

Código de Classificação	Atividade/Estabelecimentos *	Valor (URM)
VISA - 05	✓ Quiosques, Feirantes/Feiras livres, serviços de alimentos permanentes e/ou ambulantes (lanches, bebidas e outros) e congêneres;	0,5

TABELA VISA 06

- Vistoria Prévia ou Parecer Técnico

Em estabelecimento de código VISA - 01	1,50 URM
Em estabelecimento de código VISA - 02	1,25URM
Em estabelecimento de código VISA - 03	1,00 URM
Em estabelecimento de código visa - 04	0,50 URM
Em estabelecimento de código visa - 05	0,20 URM

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA

Número 59

São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

TABELA VISA 07

Certificado de Vistoria por veículo

De caminhões tipo baú, com gerador de frios ou não para transporte de alimentos e de transporte de pessoas;	0,70 URM
De veículos utilitários para transporte de alimentos;	0,50 URM
De motos ou quaisquer outros veículos de pequeno porte utilizados para transporte de produtos;	0,20 URM

TABELA VISA 08

- Diversos

Aprovação de projeto arquitetônico	0,01 URM/m ²
2ª via de documentação	0,15 URM

TABELA XVI

CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP Alíquotas por Classe/Subclasse e Faixa de Consumo

CLASSE/SUBCLASSE	FAIXA DE CONSUMO EM KWh	ALÍQUOTA %
Residencial Subclasse - todas	De 00 a 100	0,00%
	De 101 a 300	4,00%
	De 301 a 500	5,00%
	De 501 a 1000	6,00%
	De 1001 a 2000	7,00%
Residencial - Baixa Renda Subclasse - todas	De 00 a 70	0,00%
	De 71 a 100	0,00%
	De 101 a 200	4,00%
	De 201 a 300	4,00%
	De 301 a 500	5,00%
Industrial Subclasse - todas	Acima de 501	6,00%
	De 00 a 100	0,00%
	De 101 a 300	4,00%
	De 301 a 500	5,00%
	De 501 a 1000	6,00%
	De 1001 a 2000	7,00%
	De 2001 a 3000	8,00%
	De 3001 a 5000	9,00%
	De 5001 a 10000	10,00%
	De 10001 a 20000	10,00%
Acima de 20001	10,00%	

Rural Subclasse - todas	De 00 a 100	0,00%
	De 101 a 200	0,00%
	De 201 a 300	0,00%
	De 301 a 500	0,00%
	De 501 a 1000	0,00%
	De 1001 a 2000	0,00%
	De 2001 a 3000	0,00%
	De 3001 a 5000	0,00%
	De 5001 a 10000	0,00%
	De 10001 a 20000	0,00%
	Acima de 20001	0,00%
Rural Irrigantes Subclasse - todas	De 00 a 100	0,00%
	De 101 a 200	0,00%
	De 201 a 300	0,00%
	De 301 a 500	0,00%
	De 501 a 1000	0,00%
	De 1001 a 2000	0,00%
	De 2001 a 3000	0,00%
	De 3001 a 5000	0,00%
	De 5001 a 10000	0,00%
	De 10001 a 20000	0,00%
	Acima de 20001	0,00%
Comercial Serviços Subclasse - todas	De 00 a 100	0,00%
	De 101 a 300	4,00%
	De 301 a 500	5,00%
	De 501 a 1000	6,00%
	De 1001 a 2000	7,00%
	De 2001 a 3000	8,00%
	De 3001 a 5000	9,00%
	De 5001 a 10000	10,00%
	De 10001 a 20000	10,00%
	Acima de 20001	10,00%
	Poder Público Municipal Subclasse - todas	De 00 a 100
De 101 a 200		0,00%
De 201 a 300		0,00%
De 301 a 500		0,00%
De 501 a 1000		0,00%
De 1001 a 2000		0,00%
De 2001 a 3000		0,00%
De 3001 a 5000		0,00%
De 5001 a 10000		0,00%
Acima de 10001		0,00%
Poder Público Estadual Subclasse - todas		De 00 a 100
	De 101 a 200	4,00%
	De 201 a 300	5,00%
	De 301 a 500	6,00%
	De 501 a 1000	7,00%
	De 1001 a 2000	8,00%
	De 2001 a 3000	9,00%
	De 3001 a 5000	10,00%
	De 5001 a 10000	10,00%
	Acima de 10001	10,00%
	Poder Público Federal Subclasse - todas	De 00 a 100
De 101 a 200		4,00%
De 201 a 300		5,00%
De 301 a 500		6,00%
De 501 a 1000		7,00%
De 1001 a 2000		8,00%
De 2001 a 3000		9,00%
De 3001 a 5000		10,00%
De 5001 a 10000		10,00%
Acima de 10001		10,00%
Serviços Públicos		De 3001 a 5000
	De 5001 a 10000	5,00%
	De 100001 a 20000	6,00%
	De 500001 a 100000	7,00%
Consumo	151 a 200	0,00%

DIÁRIO OFICIAL



Ano I

PREFEITURA DE SÃO BORJA
São Borja, sexta-feira, 29 de dezembro de 2017

Número 59

Próprio Subclasse - todas	3001 a 5000	0,00%
--	-------------	-------